



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE -
PPGELS

ALEXANDRA VALÉRIA FLORA GAMA

A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA COMO
FORMADORA DE PROFESSORES EM CAETITÉ-BA (1960-1990)

CAETITÉ – BA

2024

ALEXANDRA VALÉRIA FLORA GAMA

**A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA COMO
FORMADORA DE PROFESSORES EM CAETITÉ-BA (1960-1990)**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Wilson da Silva Santos.

CAETITÉ – BA

2024

G184t

Gama, Alexandra Valéria Flora

A trajetória do Instituto de Educação Anísio Teixeira como formadora de professores em Caetité-BA (1960 – 1990)/Alexandra Valéria Flora Gama.— Caetité - Ba, 2024. 119 f., il., color.

Orientador: Prof. Dr. Wilson da Silva Santos.

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, 2024.

1. Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT). 2. Educação - História. 3. Escola Normal (Caetité - Ba). I. Santos, Wilson da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade. III. Título.

CDD: 370.9142

Bibliotecária: Vilma de Almeida Santos CRB-5/1439

ALEXANDRA VALÉRIA FLORA GAMA

**A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA COMO
FORMADORA DE PROFESSORES EM CAETITÉ-BA (1960 -1990)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* VI, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson da Silva Santos (Orientador - UNEB)

Prof.^a Dr.^a. Marta Loula Dourado Viana (Membro externo - UESB)

Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva (Membro interno - UNEB)

CAETITÉ – BA

2024

Dedico aos estudantes do Instituto de Educação Anísio Teixeira –
IEAT.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é fruto de um percurso repleto de desafios e aprendizados, e não teria sido possível sem o apoio de uma força maior que me ampara, protege e ilumina. Obrigada, meu Deus!

Nesse percurso, pude contar, também, com o apoio e incentivo de várias pessoas, às quais sou imensamente grata. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Wilson da Silva Santos, pelo direcionamento, paciência e pelas valiosas contribuições acadêmicas. Seu compromisso com o conhecimento e sua dedicação foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de pesquisa e amigos, em especial Nelma Azevedo e Zélia Malheiro, agradeço pela troca constante de ideias, pelo incentivo e pelas discussões construtivas ao longo desta jornada. A colaboração e o suporte de vocês foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

Sou igualmente grata à minha família, Raphael Gama e Etelvino Lourenço Filho, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando durante todos os momentos difíceis. Vocês são minhas maiores fontes de força e inspiração.

Por fim, deixo aqui minha gratidão às instituições Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus VI, ao Laboratório de Pesquisas em Didática da História (LAPEDHI); em especial, à Professora Antonieta Miguel e Rick de Jesus Santos, à Equipe da Secretaria e do Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira, à Cínthia, Daniana, Tamyres, Thayná, Sílvia e Vera Alves, por todo o suporte técnico e estrutural; e a todos os profissionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

A todos meu muito obrigada.

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra” (Anísio Teixeira).

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a legislação e trajetória de uma instituição de ensino no Alto Sertão da Bahia, o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), que é escola-referência nessa região, por ter sido continuidade da Escola Normal de Caetité. Deste modo, a partir de uma pesquisa documental, em uso de fontes, como atas, livros e outros documentos, buscamos apresentá-las e problematizá-las, tendo em vista o processo da História da Educação, que passa a ser a Pedagogia Histórico Crítica o referencial teórico a ser utilizado, considerando avanços e retrocessos dos pioneiros da educação pública no país e o processo de implantação do IEAT (1962-2012), período de transferência da Escola Normal de Caetité até o processo de extinção do Curso Normal Médio a dizer sobre final da formação docente e de perspectivas por uma proposta de formação além do ensino, considerando o acervo gerado, as memórias e histórias educacionais. Espera-se com a proposta reconstruir a história educacional do lugar, problematizá-la e sugerir a intensificação de práticas museológicas iniciadas a partir do fechamento do ensino docente.

Palavras-chave: IEAT; Escola Normal; História da Educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the legislation and trajectory of an educational institution in the Alto Sertão da Bahia, the Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), which is a reference school in this region as it was a continuation of the Escola Normal de Caetité. In this way, based on documentary research, using sources such as minutes, books and other documents, we seek to present and problematize them, taking into account the process of the History of Education, which becomes the theoretical reference to be used, considering advances and setbacks of the pioneers of public education in the country and the process of implementing the IEAT (1962-2012), period of transfer from the Escola Normal de Caetité until the process of extinction of the Medium Normal Course to say about the end of teacher training and perspectives for a training proposal beyond teaching, considering the collection generated, memories and educational stories. The proposal is expected to reconstruct the educational history of the place, problematize it and suggest the intensification of museological practices initiated after the closure of teaching education.

Keywords: IEAT; Normal School; History of Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividade Complementar
AFST	Arquivo da Família Spínola Teixeira
ANCARBA	Associação Nordestina de Crédito e Assitência Rural da Bahia
APMC	Arquivo Público Municipal de Caetité
BA	Bahia
CEAT	Complexo Escolar Anísio Teixeira
CIEBTEC	Complexo Integrado de Educação Básica, Profissional e Tecnológica
CIEC	Complexo Integrado de Educação
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
FFCLC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAT	Instituto de Educação Anísio Teixeira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional
LAPEDHI	Laboratório de Pesquisas em Didática da História
MASB	Museu do Alto Sertão do Estado da Bahia
MG	Minas Gerais
NTE 13	Núcleo Territorial de Educação 13
ORPAM	Organização de processamentos mecanizados
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SEC/BA	Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia
SIGEDUC	Sistema Intergrado de Gestão da Educação do Estado da Bahia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O Instituto de Educação Anísio Teixeira - IEAT (1962-2024)	14
2 INSTITUIÇÕES ESCOLARES, CULTURA, MEMÓRIA, ARQUIVO E COTIDIANO: LUGARES EDUCATIVOS MUITO ALÉM DO ENSINO.....	24
2.1 Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT: lugar escolar e não escolar	33
3 A LEGISLAÇÃO E A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1962-2012)	45
3.1 Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT: um avanço?	49
3.1.1 O acervo: memória da instituição de ensino	51
3.2 O IEAT, escola-mãe do Alto Sertão da Bahia.....	56
3.3 O IEAT, proposta de ressignificação da formação docente.....	66
4 A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DOCENTE NO ALTO SERTÃO BAIANO ..	74
4.1 As Escolas Normais de Caetité (1895-1926)	74
4.2 A popularização do Ensino no Instituto de Educação Anísio Teixeira	79
4.3 A Profissionalização das mulheres no Instituto de Educação Anísio Teixeira nos cursos: Normal, Magistério e Normal Médio.....	84
4.3.1 O Curso Normal.....	85
4.3.2 O Curso de Magistério.....	88
4.3.3 O Novo Normal Médio	92
5 CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS	99
ANEXO A - Matriz Curricular utilizada na década de 1970	105
ANEXO B - Matriz Curricular utilizada em 1973	106
ANEXO C - Matriz Curricular utilizada em 1974	107
ANEXO D - Matriz Curricular utilizada em 1975, 1976 e 1977	108
ANEXO E - Matriz Curricular utilizada em 1978	109
ANEXO F - Matriz Curricular utilizada em 1980 e 1982.....	110
ANEXO G - Matriz Curricular utilizada em 1981 e 1987	111
ANEXO H - Matriz Curricular utilizada em 1988 e 1990	112
ANEXO I – Fotografias.....	113

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, que objetiva compreender o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), em Caetité-BA, insere-se nos estudos da História da Educação. Para isso, baseamos-nos em conceitos como os de Instituição Escolar, Cultura, Memória, Arquivo e Cotidiano, pela necessidade de problematização do lugar no que se refere às ações educativas, que ultrapassam o processo de sala de aula. Neste sentido, destacamos a instituição escolar com papel social além do ensino, pensando, inclusive, o produto, um catálogo, a fim de projetar o IEAT como centro de memória da história da educação, no Alto Sertão da Bahia.

Surgiu este estudo das experiências construídas em articulação formativa pessoal e social, pela construção de projetos pedagógicos diversos. Diante disso, torna-se importante traçar linhas gerais da formação docente recebida no IEAT, lugar que se entrelaça com a história de educação e formação desta pesquisadora na referida instituição.

Na atualidade, por fazer parte da coordenação do campus educacional, do qual o IEAT passa a integrar o projeto, e em razão dos estudos do Mestrado, que indicam a necessidade de revistar a trajetória de formação docente, tornou-se imperioso pensar/dialogar com os conceitos traçados para a pesquisa (Instituição Escolar, a Cultura, a Memória, o Arquivo e o Cotidiano). Com base nele, então, foram delineadas as questões de partida: por que o IEAT é uma instituição escolar representativa da formação docente do Alto Sertão da Bahia? Quais legislações indicam a participação do IEAT neste processo formativo? Qual temporalidade e quais cursos?

Para responder às questões, além da análise memorialista, fez-se necessário considerar os seguintes documentos: Atas de Colação de Grau, Registro de Matrículas, revistas de educação da Escola Normal, Portarias, Diários de Classe, dentre outros. No intuito de entender melhor o cenário da pesquisa, consideramos estudos sobre a cidade de Caetité dentro da ótica da História Local, para entender alguns conceitos que serão utilizados ao longo deste estudo. No livro *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)*, Erivaldo Fagundes Neves (1998) apresenta o povoamento, a ocupação econômica e a formação sociocultural do interior do Brasil, especificamente o Sudoeste da Bahia, na Região da Serra Geral, Chapada Diamantina Setentrional, que recebeu uma grande influência do município de Caetité.

Ao considerar a Pedagogia Histórico-Crítica serão analisadas as obras: *Educação do senso comum à consciência filosófica* (2013), *Escola e Democracia* (2021) e *Pedagogia Histórico-Crítica* (2019), produções de Demerval Saviani. O autor discute, no primeiro livro,

a prática desenvolvida pelos educadores brasileiros do senso comum à consciência filosófica; na segunda obra considera também a gênese da Pedagogia Histórico-Crítica e culmina nas condições de produção e operação da pedagogia na sociedade capitalista; na terceira obra aborda os múltiplos aspectos do trabalho educativo analisado sob a ótica da pedagogia histórico-crítica.

Quanto ao conceito de Instituição Escolar, é mencionado nas contribuições de Paolo Nosella e Ester Buffa (2013), na obra de diversos autores sob a organização de Dermeval Saviani (2004) e também na produção conjunta de Luchese, Fernandes e Belusso (2018). A cultura escolar é considerada elemento constituinte do modo como os professores constroem a sua vivência dentro das práticas educativas, discutidas pelas autoras Souza e Valdemarin (2004).

Essas mesmas autoras abordam o processo de feminização do magistério, no livro *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*, dentro de marcos importantes conquistados e apontados em experiências enfrentadas na educação brasileira (Souza; Valdemarin, 2004). Prosseguindo a discussão sobre Instituição Escolar, é importante destacar os estudos sobre a “Memória”, que, conforme Benito (2017), é analisada dentro do cotidiano da “Cultura Escolar” e se pauta na subjetividade da prática como mecanismo para decifrar uma cultura que está atrelada ao universo pedagógico das Instituições de Ensino.

Outra abordagem sobre a Memória está preconizada na obra *O Passado, a Memória e o Esquecimento*, na qual Paolo Rossi (2010) chama atenção para a condição de entendermos a realidade. Como mecanismo de se preservar a Memória, *A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória*, produzida por Casimiro, Lombardi e Magalhães (2009), traz discussões regionais consoantes à preocupação com a preservação dos arquivos escolares.

Os espaços denominados Arquivos Escolares são uma importante fonte para se entender a cultura e aspectos cotidianos das instituições de ensino. Eles também estão pautados em normatizações que asseguram a sua preservação e democratizam o acesso às produções de muitos pesquisadores da educação.

O estudo da temática “Instituição Escolar” pauta-se também na Legislação da Educação Básica Baiana e em outras leis de âmbito nacional. Assim, revisitar a legislação sobre a história educacional, fontes da pesquisa, na temporalidade do estudo, indicou o quanto histórias e memórias são pilares representativos da educação, que é simultaneamente pessoal e coletiva; também, da memória e da cultura, conforme Bosi (1994); assim como em reconstrução, de modo que, na perspectiva de Halbwachs (1990, p. 34): “Somente assim

podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. [...]”.

Sobre os estudos da história educacional, no Alto Sertão da Bahia, autores ligados à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, concluíram pesquisas referentes à Antiga Escola Normal de Caetité e ao Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), a exemplo de Leite (2021), Nogueira (2015), Santos (2016), pesquisadores que abordam aspectos relacionados à História da Educação no Alto Sertão da Bahia.

Destaca-se a relevância para esta pesquisa, ainda, dos estudos de Marques (2021), que versam sobre as práticas de leitura e de escrita, com base em correspondências de mulheres do Alto Sertão da Bahia em três gerações. A autora pesquisa mulheres pertencentes a uma elite da referida região e como elas se inserem no processo das práticas educativas a partir do diálogo entre o local e o global, com objetivo de realizar transformações no ensino público do país.

Os estudos citados sobre o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), no município de Caetité, usam fontes regionais que ajudam a entender o processo de educação no Alto Sertão da Bahia. No entanto, esta pesquisa, em apresentação, torna-se inédita, considerando o objeto de estudo que está focado na instituição escolar e em confronto às legislações vigentes. Deste modo, inscreve-se como pesquisa documental, baseada na História da Educação, para ampliar as discussões educacionais, tão necessárias para todas as pessoas.

Foi o nosso propósito, também, trazer para a academia as contribuições e transformações promovidas pelo Instituto na vida da população sertaneja e como essa escola está inserida na memória afetiva da comunidade local, com ênfase na formação docente.

Entre diversas abordagens sobre a história da educação, compreendemos a necessidade da preservação das histórias e memórias docentes desta região. Por isso, a disponibilização do produto deste estudo será a confecção de um “Catálogo” que mostrará a trajetória desse Centro de Memória surgido a partir do encontro das documentações deixadas pela Escola Normal de 1926 com o Instituto de Educação Anísio Teixeira. Essas duas instituições, juntas, possuem muitas histórias preservadas e nos convidam a ser desvendadas.

Nesta abordagem, cumpre, também, a este texto o papel de demonstrar a importância do esforço conjunto de projetos afins de Caetité que já indicaram o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) como escola de continuidade educacional, a exemplo do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), projeto de extensão pioneiro na preservação documental da região, apoiando espaços de arquivo, como o do Instituto em questão,

inclusive com o “Projeto Arquivo-Escola”. Também, o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), que iremos retratar neste estudo como entidade parceira.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. Assim, além da introdução e da conclusão, também inclui os anexos, que consideramos importantes para elucidar várias informações pertinentes ao estudo. Na introdução, como se verifica, há uma breve apresentação da pesquisa, com enfoque na problematização, objeto e objetivo de pesquisa, bem como são descritos os autores e suas obras por categorias e como elas serão sequenciadas no texto.

O primeiro capítulo apresenta o arcabouço teórico-metodológico deste estudo, que traz o cenário dos conceitos (instituições escolares, cultura, memória, arquivo e cotidiano) e discute a respeito de instituição escolar, cultura e memória. Ainda nesse tópico realiza-se uma descrição sobre o lócus onde se encontra o IEAT, a cidade de Caetité, e também sobre a própria escola.

O segundo capítulo dedica-se a explorar todas as regulamentações legais que embasam o estudo sobre o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), com destaque para as que regularizaram o curso de Formação de Professores.

O terceiro capítulo enfatiza a formação de professores no Instituto de Educação Anísio Teixeira, que herdará a expertise da Escola Normal de Caetité, com um olhar voltado para a profissionalização feminina do Magistério.

Por fim, segue a conclusão, na qual, ao responder o objetivo da pesquisa, apresentam-se as discussões de resultados que foram desenvolvidos neste trabalho. No tópico seguinte, vislumbra-se uma descrição e detalhamento a respeito do histórico do IEAT.

1.1 O Instituto de Educação Anísio Teixeira - IEAT (1962-2024)

As dependências do prédio histórico que abrigou o Instituto de Educação Anísio Teixeira passaram a ser utilizadas em 1955 e, atualmente, conservam-se algumas características originais, com dois pavimentos. O antigo Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) no ano de 2024 passou integrar o Módulo II do Complexo Integrado de Educação Básica, Profissional e Tecnológica (CIEBTEC) de Caetité, na informalidade CIEBTEC “Anísio Teixeira”. Ele está situado na Avenida Anísio Teixeira, S/Nº, no Centro da cidade de Caetité.

O prédio que abriga a referida escola é uma construção do final da década de 1940 centralizado no complexo das escolas estaduais, antigo Complexo Integrado de Educação

(CIEC - Módulo I) do CIEBTEC, CETEP Sertão Produtivo (Módulo III) e Escola de Aplicação, um prédio do Estado da Bahia cedido ao Município de Caetité para abrigar uma escola de Fundamental I. Quando foi criado o Instituto, na década de 1960, a Escola de Aplicação era um laboratório do Curso de Formação de Professores com o nome: “ Escola de Aplicação Anexa ao IEAT”. Nesse mesmo conjunto de escolas encontra-se a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus VI.

O espaço para a construção do prédio que abrigava o IEAT foi projetado em 1949, no Governo de Otávio Mangabeira e do Secretário de Educação Anísio Spinola Teixeira, sendo implantado na categoria de Ginásio; no ano de 1958 recebeu a Escola Normal e Colégio de Caetité; em 1962 foi transformado em Instituto de Educação Anísio Teixeira; em 1970 foi transformado em Complexo Escolar Anísio Teixeira, voltando ao título de Instituto; e em 2024 se transformou em módulo II do Complexo Integrado de Educação Básica, Profissional e Tecnológica (CIEBTEC).

A escola que abriga o Módulo II do CIEBTEC possui uma ampla área externa e possui um Complexo Esportivo com três quadras, sendo duas cobertas, uma piscina semiolímpica, um campo de futsal e um Auditório.

A escola possui o prédio principal, que está dividido em Térreo e Primeiro Andar. No Térreo encontram-se as salas 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14 e 15. No Primeiro andar as salas 22, 23, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 38 e a 43. Observa-se que no térreo a numeração não possui uma sequência, isso acontece porque nos intervalos as salas utilizadas são para a Reprografia, Gabinete de Educação Física, Vice-Direção, Almojarifado, a Biblioteca “Edgard Pitangueira”, “Depósito de Merenda”, Cozinha, Refeitório e Banheiro dos funcionários. O Primeiro Andar segue a mesma lógica de organização e possui no início do corredor os banheiros femininos; os das alunas e professoras e salas extras utilizadas para Videoconferência, Laboratório de Ciências Naturais (Biologia, Química e Física), Secretaria, Direção, Arquivo, Sala da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), Sala da Coordenadora, sala de Coordenação, Sala de Professores; ao final do corredor no sentido dessa descrição de salas encontram-se paralelos os banheiros masculinos; os dos alunos e os dos professores.

A escola possui três salas anexas que ficam em uma área externa próxima ao estacionamento. O chamado Anexo possui também banheiros feminino e masculino. Os banheiros do prédio antigo seguem o padrão de quando foi construída a escola, por isso não têm acessibilidade. No entanto, a escola fez uma adaptação no banheiro masculino no Primeiro Andar e no banheiro dos funcionários no térreo. Já os banheiros do Anexo possuem acessibilidade.

De todos os três Módulos, a menor cozinha que se tem é a do Módulo II, onde se encontra o antigo IEAT. Ela possui os utensílios indispensáveis ao preparo da Alimentação Escolar, no entanto o espaço é muito pequeno para atender as grandes demandas da escola.

Os professores do Módulo II possuem três espaços para encontros, o que poderíamos chamar de “Sala de Professores”. A primeira delas encontra-se na Portaria, que é conhecida por gerações como Protocolo. Esse local é o ponto de chegada de espera utilizado por professores que aguardam o sinal de entrada das aulas, assinam as aulas dadas, tomam o cafezinho no intervalo. Já para o público externo é o espaço para protocolar pedidos de documentos, segunda chamada das verificações da aprendizagem e entrega dos materiais pedagógicos. A segunda “Sala de Professores” encontra-se no Primeiro Andar e fica em frente à “Sala de Coordenação”, geralmente ela é utilizada como “válvula de escape” das Atividades Complementares (AC), para um bate-papo mais descontraído, também é um local de pausa para se tomar uma água, um cafezinho, merenda, dentre outros. E a terceira sala é a de Coordenação, lá ocorrem as reuniões das ACs, é muito utilizada para o planejamento e correção de atividades.

Na referida Unidade Escolar há uma biblioteca que foi criada de forma improvisada, isto é, juntaram-se duas salas para criar um espaço de organização de livros e outro de leitura. O nome da Biblioteca é Edgard Pitanguera, Diretor da Escola Normal de 1926. A biblioteca, além dos livros didáticos, de literatura, técnicos, paradidáticos, também possui alguns livros do acervo da Escola Normal, que para a História da Educação são raros, o que faz desse espaço um patrimônio material da Comunidade Escolar.

Aqueles que estudaram no IEAT nas décadas de 1970 e 1980 talvez se recordem que o Laboratório do IEAT era bastante equipado, o que ficou marcado na memória afetiva de muitos estudantes. As aulas de Biologia eram ministradas no laboratório, onde se aprendia observando e se apropriando das informações que aqueles recursos ofereciam. Com o passar dos anos, muitos desses recursos foram se desgastando com o tempo, restando apenas os recursos de Química e Física e poucos da Biologia.

O prédio do antigo IEAT, por suas características arquitetônicas e história, faz parte do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), que é um museu território, plurinucleado, que tem a sua sede no município de Caetité e engloba municípios vizinhos de Guanambi e Igaporã. O Museu do Alto Sertão possui 10 Núcleos. O instituto possui ainda um arquivo com o acervo da documentação da segunda Escola Normal de Caetité (1926) até os dias atuais.

Para se construir o Ginásio, nome carinhoso do Instituto, o espaço escolhido foi nas proximidades de um bairro periférico chamado “Morro do Piolho”, atual Bairro São José. Era

uma área bastante extensa, dessa forma a escola ficou com uma grande área externa. Antigamente a área era cercada e com o solo bastante erosivo. Atualmente o local é murado e divide o espaço das três escolas estaduais que estão no seu entorno e a UNEB. No plano de criação do CIEBTEC Caetitê está previsto unir todas instituições de ensino dentro de um único muro, fechando ruas de acesso e criando um grande Complexo de Educação Estadual.

A escola possui vários espaços de aprendizagens que serão compartilhados com as outras instituições de ensino do seu entorno e também a universidade, são eles: as quadras do Complexo Esportivo, a piscina, os Auditórios, salas de aulas, pátios e estacionamentos. A utilização desses espaços torna-se pedagógica a partir do momento em que há propostas pedagógicas que contemplem a sua utilização, o espaço pedagógico é muito subjetivo, logo, depende da mente criadora daqueles que pretendem utilizá-los.

A construção do prédio escolar, apesar de antiga, está bastante preservada. Ele foi construído com materiais de alvenaria, cimento e ferro para atender um projeto arquitetônico bastante inovador para o contexto histórico em que foi criado. As suas salas de aula possuem um “pé-direito” muito alto e possuem a metragem de 7m x 9m com janelas amplas, que foram modificadas nas várias reformas e comprometeram o isolamento acústico e o resfriamento térmico, conforme relatam professores e estudantes. Essa situação descrita compromete muito o andamento das atividades pedagógicas, uma vez que as salas possuem a base de 35 a 40 alunos.

Os outros espaços da escola são utilizados para administração e acolhimento da comunidade escolar. Todas as transformações ocorridas em um espaço escolar objetivam acolher bem a todos que nela convivem, seja por meio do estudo ou trabalho. Além de socializar os conhecimentos historicamente construídos através de suas ações pedagógicas, na escola estão depositados os anseios e sonhos de uma comunidade. Daí a intenção de tornar o espaço escolar um espaço de acolhimento e de mediação das vivências.

As salas de aulas possuem cortinas blackout, mural e lousa para a utilização de pincel recarregável, ar condicionado, revestimento de cerâmica nas paredes, móveis adequadas para atender as exigências de quem passa muitas horas do seu tempo sentado. A escola recentemente recebeu da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) vários conjuntos de carteiras novas, que foram distribuídas em todas as salas. As mudanças no mobiliário deixam os espaços mais harmoniosos.

No passado, as salas de aulas eram mais escuras, o piso era de uma lajota amarelada, as paredes pintadas do assoalho até a metade da parede na cor verde água e da metade até o teto na cor branca. As janelas eram de madeira e estavam desgastadas pelo tempo, e a pintura

bege bastante estragada. Atualmente as janelas são de alumínio, esteticamente mais práticas e facilitam a higienização. Acontece que a praticidade retirou o conforto do ambiente, deixando-o mais abafado, bem diferente dos períodos antigos, quando era preciso usar blusa de frio se aquecer. O mobiliário de antigamente era pesado e escuro, o que não impedia de deixar um “autógrafo” daqueles que, na ingenuidade da adolescência, queriam deixar a sua marca registrada e as transgressões, como as famosas “colas”. Os quadro eram negros, depois se tornaram verdes, mas todos quadro de giz. As professoras eram impedidas de usar roupas escuras, porque ficavam todas marcadas do giz branco; as mãos ficavam ásperas; e próximo ao quadro havia bastante pó branco e no chão uma crosta de sujeira, pois era difícil manter o ambiente higienizado.

As carteiras ainda hoje são enfileiradas, como era em outras épocas. Visto que são muitas carteiras, a disposição das mesmas só é modificada quando ocorrem atividades pedagógicas que requerem uma metodologia mais diversificada.

A escola dispõe de algumas ferramentas que têm por finalidade dinamizar a aprendizagem, dialogando com a contemporaneidade. Por isso, foram ampliados os sinais da internet para serem utilizadas nas Smart TVs, favorecendo a explanação do professor, com músicas, documentários, filmes, imagens, dentre outros. As ferramentas da internet podem ser utilizadas em celulares, notebooks e computadores de mesa. Há também professores que utilizam o livro didático, porque para alguns estudantes que moram em regiões remotas do município, esse recurso é o mais acessível. Na escola existe um espaço chamado reprografia. Nesse local são reproduzidas as cópias de provas e atividades complementares que são subsídio para o trabalho pedagógico. O professor envia as tarefas para e-mail ao setor e as recebem as cópias prontas.

Em tempos atrás, nos anos 1980, quando frequentei a instituição como estudante, os professores exigiam o livro didático, porém muitos alunos não tinham como comprá-lo. Quando havia provas era uma penúria para esses estudantes, porque costumavam copiar os conteúdos e exercícios do livro ou esperarem aqueles que podiam comprar um livro estudarem para depois emprestarem. Quando chegava o momento da prova se deparava com outro momento constrangedor, teria que arcar com o pagamento da cópia da prova. Quem não dispusesse da quantia não poderia fazer as provas. Essa prática excluiu muitos alunos das camadas populares da escola pública.

No Curso de Magistério, as formandas eram orientadas a produzir os recursos didáticos ou recursos de ensino, como eram chamados no período. Nas aulas de Didática, eram orientadas à construção de recursos audiovisuais para serem aplicados nas séries iniciais

do que chamamos Ensino Fundamental I. As formandas tinham que ser dinâmicas, caprichosas e criativas, porque todos os recursos eram feitos de forma artesanal. Era confeccionado o normógrafo (que era um molde de letras) com vários centímetros. Eram utilizados para cartazes, faixas, murais. O flanelógrafo era composto por duas partes, que se transformavam em quatro (as duas partes de fora eram cartazes decorativos que indicavam meses e estações do ano, aniversário dos alunos, uma imagem para inspirar uma aula ou construir um texto; as duas partes de dentro possuíam uma parte de flanela que servia de mural e recebia figurinhas (flanelagravuras) com uma lixa para aderir a flanela também confeccionada pelas formandas, e o quadro de pregas, que também se transformava em um Quadro valor de lugar. Esse recurso era multifuncional e muito útil nas aulas práticas.

As flanelogravuras podiam ser utilizadas no móbile, que era um outro recurso de ensino utilizado em todas as Áreas do Conhecimento.

As formandas também poderiam e deveriam fazer o uso das réalias, que eram a representação de uma realidade. Esse recurso era bastante utilizado nas aulas de Ciências e Geografia, e os estudantes gostavam bastante, porque comprávamos brinquedos e através deles eram explanados os conteúdos.

A construção dos recursos audiovisuais era o momento mais aguardado pelas alunas do Curso de Magistério, as quais sonhavam com os temas, compravam papel de cartas para escolherem as melhores decorações para seus materiais, era como se fosse a organização de um enxoval para um Estágio de Regência.

Quando chegava finalmente a Regência, era o momento de fazer planos: Planos de Curso, Planos de Unidade e Plano de Aula. A Professora de Estágio que ministrava didática passava todas as orientações para as construções dos planos, que deveriam estar em conformidade com a série escolhida, conteúdos e faixa etária dos estudantes. Tudo isso deveria ser registrado no caderno de Estágio.

Naquele contexto utilizavam muito o mimeógrafo e o estêncil, que consistiam em um recurso artesanal para se construir e reproduzir uma atividade ou avaliação.

Os materiais utilizados para a realização de estudos são objetos de uso pessoal e os didáticos disponibilizados pela escola.

Nessa direção, a escola, em uma cidade de interior, não é vista somente como um local de socialização do conhecimento, mas um local para se encontrar e fazer amizades. O cotidiano escolar é preenchido com as interações, troca de conhecimento das salas de aula e das amizades nos intervalos.

As turmas de alunos são organizadas por idade, e observando a documentação dos ex-alunos da instituição percebe-se que é uma prática herdada por muitas décadas, portanto uma permanência na organização das turmas de estudantes. No entanto, percebe-se uma mudança no comportamento dos alunos em relação ao entrosamento com os novos colegas. Os alunos atuais demonstram uma dificuldade muito grande em interagir com os novos colegas, são mais introspectivos, o que causa sérios problemas para desenvolver propostas pedagógicas coletivas. Os professores e a Direção da Escola constantemente fazem a moderação dessas condutas com conversas, palestras e atividades de socialização.

A escola possui um quantitativo muito baixo de auxiliares de limpeza, no entanto, essa equipe se desdobra para oferecer um ambiente de asseio e de saúde. São orientados pelos professores quanto à importância de se manter um ambiente limpo e organizado. Os protocolos de prevenção para a Covid-19 foram mantidos mesmo após a pandemia, e sempre que necessário são reforçadas as Campanhas de Vacina, combate à dengue e saúde bucal. Essas demandas não são impostas de forma autoritária, de modo que a participação dos estudantes nessas campanhas sempre é feita com a autorização dos pais.

Os estudantes que frequentam a rede pública de ensino são, na sua grande maioria, oriundos das camadas populares. São eles de todos os bairros da cidade, dos distritos, das comunidades rurais e das cidades circunvizinhas. Esse perfil de estudantes se intensificou após década de 1970, com surgimento dos Cursos Técnicos em: Agropecuária, Contabilidade e Enfermagem. A escola também continuou ofertando o Curso de Formação de Professores na modalidade Magistério com a duração de três anos. A oferta dos cursos estimulou a população não só de Caetité, mas das comunidades circunvizinhas a matricularem os seus filhos, porque viam nessa instituição uma oportunidade de mobilidade social e crescimento profissional. A percepção ao analisar fotos do período é de que os adolescentes daquele contexto enxergava os espaços da escola como a extensão da sua vida social. O município naquele período oferecia pouco lazer aos jovens que incorporavam os afazeres pedagógicos a um cotidiano de uma comunidade que tinha pouco lazer a oferecer a sua juventude. Assim nasce a tradição e o desejo de pertencer uma escola pulsante, até os dias de hoje ela reflete e incorpora valores que acompanham as mudanças da sociedade.

Os estudantes permanecem, em média, onze anos na escola, se formos considerar a matrícula no Fundamental II e no Ensino Médio. Porém, nem todos conseguem concluir o Ensino Médio, visto que muitos desistem no percurso. Ainda optam pelo trabalho e infelizmente não se preocupam em prestar um vestibular, aprimorar nos estudos e se apropriar das oportunidades que as políticas públicas disponibilizam. Também é lamentável o papel

desempenhado por algumas famílias, que não acreditam no papel transformador da educação e não estimulam seus filhos a cumprirem as obrigações escolares.

O contexto pós-Covid-19 só fez escancarar alguns problemas sociais enfrentados pela escola e que estavam velados. A educação, a cada dia que passa, convive com profissionais e alunos desmotivados e sem perspectivas positivas na vida. A impressão que se tem é de que a educação perdeu o encantamento; até porque, com a popularização das mídias da internet, todos os problemas sociais se tornaram visíveis e socializados em tempo real para todos, sem distinção de idade. Como conduzir e orientar jovens diante dessas mudanças? A escola continua reproduzindo os rituais e por mais que tente se adaptar às mudanças a rotina continua a mesma. Uma prática que não dialoga com as gritantes transformações do presente.

Como o município é pequeno, todos os estudantes habitam o entorno da escola e vivenciam o pulsante cotidiano de uma cidade do interior da Bahia.

A escola é de fácil acesso, visto que se localiza, atualmente, em uma região central da cidade. A grande maioria, mesmo dos bairros distantes, se desloca a pé. Os menores são transportados em Van e os estudantes da zona rural utilizam “os amarelinhos”, ônibus do transporte escolar municipal, que mantém parceria com o governo estadual.

As famílias dos alunos que frequentam o IEAT são oriundas dos diversos segmentos sociais. Quem mais se dedica ao acompanhamento dos filhos são as mulheres. Algumas famílias participam das diversas atividades propostas pela Unidade de Ensino. Geralmente são os pais dos alunos que estão mais presentes e que têm o melhor desempenho no que se refere ao comparecimento na escola. Uma outra parte só comparece quando é convidada pela instituição.

Os convites geralmente são enviados aos responsáveis quando o aluno infringe as regras do Regimento Escolar, quando se percebe a infrequência dos mesmos na “Busca Ativa”, para entregar benefícios, para informar o rendimento escolar e a avaliação qualitativa pós-Conselho de Classe.

Segundo o Regimento Escolar, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia é responsável por fornecer a camiseta do uniforme escolar, a qual possui duas cores, branca e azul. O uniforme é escolar é importante porque ele representa a identidade da instituição. O escudo representa os valores e princípios defendidos por uma escola. O escudo que mais vigorou no IEAT foi o criado na década de 1960, quando foi homologada a criação do Instituto. No final da década de 1990 a Direção fez um concurso de desenhos e decidiu mudar o escudo, que vigora até os dias atuais.

A escola possui sessenta e quatro professores. Todos eles possuem formação na sua área de atuação. As titulações variam entre Especialização, Mestrado e Doutorado. Muitos dos professores são alunos egressos da instituição. Partindo desse pressuposto, tiveram a sua formação inicial nos Cursos Técnicos e de Magistério que foram ofertados pela mesma. São estes, na sua grande maioria, membros de famílias das camadas populares que se encaminharam na profissão através da Docência, os quais cursaram as Licenciaturas ofertadas pela UNEB, preparando-os para o ingresso na escola da sua formação por meio de um Concurso Público .

Muitos desses profissionais são da comunidade de Caetité. Desse modo, moram próximo à escola e não enfrentam dificuldades para se deslocar. Os professores que exercem a função como docente na instituição atualmente ingressaram mediante concurso público e, de acordo com o Estado, são chamados de ativos aqueles que exercem atividades no local. Na escola há também funcionários que atuam em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Na escola, os Professores do REDA ocupam mais a Carga Horária de Ciências da Natureza, que é a área mais carente de profissionais qualificados em nossa realidade.

A formação inicial dos docentes que atuam na escola foi no próprio IEAT. Começaram a sua trajetória na educação desde da 5ª série e depois fizeram Curso Técnico ou Magistério. Os que desejaram ampliar a formação profissional fizeram curso de Licenciatura na UNEB – Campus VI, na época Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité (FFCLC). Praticamente a “Faculdade” estava acessível a todos e era vista como um arremate para a formação e um privilégio para quem podia cursá-la. Ela, inicialmente, surgiu em uma das salas do Instituto, daí a familiaridade e um incentivo para estudantes que almejavam ter uma formação superior. Primeiro, ela era Licenciatura Curta, depois passou para Plena; assim, os docentes avançavam na formação e participavam de todas mudanças e oportunidades que a instituição disponibilizava. Concursados, os professores desejaram ampliar mais a formação e passaram a participar de vários cursos de Formação Continuada, a exemplo de cursos do IAT, em Salvador, e cursos a distância em outras universidades.

Ao prestarmos um concurso público, nos tornamos Professores Efetivos, sendo a profissão cheia de surpresas e novas experiências. Dentro de uma escola, começamos a nos descobrir, a encontrar nossos pontos fracos e fortes. Encontramos os grupos por afinidade, os nossos pares e parceiros de uma vida. Isso porque a escola acaba se tornando a extensão da nossa casa, da nossa família. Desse modo, a profissão nos conduz para vários caminhos e colaboramos com a educação ao exercer atividades na Gestão, Coordenação, Articulação de Área, Representante de Colegiado, Representante de Sindicato, dentre outros. Ressalta-se que

nos labores do cotidiano também ocorre a formação e o professor passa assumir outros papéis sociais, além da docência.

Nesse caminhar, todo docente comunga da mesma percepção quanto à possibilidade de uma aula dinâmica no pulsar da sociedade. A vida em comunidade é matéria para aprimorar o conhecimento dos discentes. As transformações do momento e as constantes publicações científicas convidam os docentes a ficarem atentos às mudanças, que dialogam com a formação em serviço e o estudo. Os docentes precisam estudar sempre, ficar atentos aos novos desafios que lhes são impostos. Uma das conquistas dos Professores foi assegurar uma disponibilização de tempo para o estudo que são as ACs.

O processo de formação continuada realizado pelo Estado por meio de seleções pode ocorrer das seguintes maneiras: presenciais, semipresenciais e a distância. Há também formação continuada disponibilizada pelo ministério da Educação e Cultura (MEC). As formações são importantes porque ampliam o horizonte de possibilidades dos educadores e os deixam mais familiarizados com as novas mudanças, auxiliam a repensar a sua prática e produzir conhecimento. A produção do conhecimento na Educação Básica, e de modo geral, é importante, porque estimula outros docentes e também outros alunos a se educarem para a pesquisa.

A escola é uma das instituições do Estado que pertence à comunidade. Diante disso, é dever de todos zelar pelo bem de todos. A instituição escolar na comunidade desempenha um papel imprescindível na vida dos jovens e adolescentes, pois é nesse espaço que é socializado e produzido o conhecimento. Na cidade de Caetité, o Instituto representa essas premissas. Por muitos anos foi a única escola que ofertou modalidades de ensino destinadas a esse público. Consolidou-se na comunidade e na memória afetiva dos estudantes egressos dessa unidade de ensino, sendo a que mais contribuiu com a educação no Sertão da Bahia.

A tradição em se formar excelentes alunos para a sociedade baiana dissemina na comunidade a ideia de uma escola que melhor prepara seus estudantes. Portanto, a tradição torna-se a principal propaganda para atrair as famílias a confiarem no Instituto. Atualmente as séries mais procuradas são os anos iniciais do Ensino Fundamental II, uma vez que a intenção dos responsáveis é que esses estudantes construam todo o seu percurso educativo nessa escola. Os alunos matriculados, hoje, na escola são filhos dos alunos egressos e seus familiares. Durante o período em que o Instituto ofertou o Curso de Formação de Professores, o Magistério e, depois, o Normal Médio eram os mais procurados.

2 INSTITUIÇÕES ESCOLARES, CULTURA, MEMÓRIA, ARQUIVO E COTIDIANO: LUGARES EDUCATIVOS MUITO ALÉM DO ENSINO

Todas as Instituições Escolares que encontramos na atualidade são produtos de uma construção histórica e os elementos que a constituem estão ligados diretamente a um contexto. Por isso, inserimos este estudo na compreensão da história da educação, no Alto Sertão da Bahia, considerando a necessidade de se dialogar com alguns temas que apontam caminhos na direção dos conceitos que ajudam a entender a Instituição Escolar, a Cultura, a Memória, o Arquivo e o Cotidiano, conforme uma legislação que está ligada a um âmbito de política de Estado.

Com esta motivação, apresentamos as discussões dos conceitos basilares desta pesquisa, destacando que toda escola é única e constituída de processos de formação que modificam e conservam o ambiente sociocultural do qual faz parte. “Atualmente, os estudos das instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação” (Nosella; Buffa, 2013, p. 19). Ainda sobre essa temática, Araújo e Gatti Júnior salientam:

A temática da História das Instituições Escolares não é nova no âmbito da historiografia da educação brasileira. Em termos científicos, ela está presente desde a constituição da disciplina; em termos científicos no Brasil, o que pode ser demarcado na década de 1950, seja por iniciativas pioneiras de pesquisadores vinculados aos centros regionais de pesquisa educacional (Araújo; Gatti Júnior, 2006, p. 23).

A temática da História das Instituições Escolares no Brasil vem sendo debatida no meio científico ao longo das décadas, o que é importante para se valorizar a contribuição de aspectos regionais na historiografia nacional. Em tempos anteriores não se pesquisava sobre a história das instituições escolares e nem se estimulava o professor a pesquisar sobre a escola, até porque uma pessoa licenciada não poderia fazer o ofício do historiador, que tinha o bacharelado.

Com o movimento de valorização e alargamento dos temas relacionados à educação, começam a surgir inspirações para produções acadêmicas e a culminância de trabalhos científicos importantíssimos para entender a educação nas suas variadas matizes no Alto Sertão da Bahia. Nessa direção,

Ao apresentar um olhar sobre a história das instituições escolares, devemos entender a escola como a instituição que lida de modo dinâmico com a

condição de ser produzida e produtora, instituída e instituinte de processos, práticas, formas de organização, perspectivas temporais e espaciais que aproximam de outras escolas e a distinguem. Entre o singular e o coletivo, entre o que se assemelha entre as instituições e o que as diferencia, investigá-la significa estar atento ao movimento interno e externo dessas instituições (Magalhães, 2004, p. 147 apud Luchese; Fernandes; Belusso, 2018, p. 57).

A atenção para os movimentos internos e externos de uma instituição perpassa pelo diálogo com as suas memórias e as culturas da escola. Cada instituição escolar possui particularidades da sua cultura que são constituintes e constituídas. As primeiras são aquelas impostas pela sociedade e reproduzidas pela escola e as segundas são construídas a partir da socialização no âmbito escolar. Essas culturas, por sua vez, ao mesmo tempo em que são impostas e diferenciadas, representam o perfil de uma instituição. Para Forquin (1993 apud Gonçalves; Faria Filho, 2005), é preciso diferenciar as características da cultura da escola e da cultura escolar. Para esse autor, devem ser consideradas as práticas e as situações escolares, que, segundo ele, possuem “[...] suas características de vida próprias, com seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolo” (Forquin, 1993, p. 167 apud Gonçalves; Faria Filho, 2005, p. 35).

As práticas e as situações escolares estabelecem a identidade de uma Instituição Escolar que transmite os valores repassados ao público. Esses valores são utilizados pela instituição como mecanismos que apontam o direcionamento do indivíduo na vida social. Bourdieu e Passeron (1992) reforçam o caráter educador da escola na sociedade atual, que é preparar indivíduos para viver em sociedade.

A escola, como reprodutora da sociedade, partilha seus ensinamentos com outras instituições sociais e, em outros tempos, impôs a cultura na sociedade não respeitando a diversidade escolar, muitas vezes, representada pelos estudantes. No mundo atual, nem sempre o que é transmitido pela escola é aceito, isso porque a sociedade se modernizou. Logo, também a escola precisará vencer os velhos paradigmas, pois não está sozinha na sua função de educar, nem sempre se atenta para as reais transformações no seu espaço. Quando não há reciprocidade na troca de culturas, perde-se o sentido da educação, que também se pauta no respeito à diversidade. As situações adversas encontradas na comunidade escolar mostram que cada instituição de ensino possui uma identidade, uma cultura escolar própria, um “conjunto de práticas que permitem a transmissão dos conhecimentos veiculados pela escola e a incorporação desses e novos comportamentos” (Julia, 2001, p. 10).

A pesquisa sobre a cultura escolar, ou melhor, as culturas de uma escola, contribui para promover o encontro de saberes, estabelecer mediação entre a cultura popular da localidade com o saber sistematizado e produzido pelas ciências, haja vista que nem sempre conhecemos a nossa realidade. Às vezes, o que pode ser familiar para um poderá ser exótico para outro: “Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema” (Velho, 1999, p. 127).

As diferenças culturais também produzem as memórias individuais e coletivas que são socializadas no tempo e no espaço da instituição e estão enraizadas nas subjetividades de uma comunidade como um todo. Essas memórias são importantes, porque através delas temos a oportunidade de entender um cotidiano que nos será revelado através das pistas deixadas por todos aqueles que um dia frequentaram aquela instituição. Sem as memórias contadas e registradas, no cotidiano escolar, o Historiador da Educação não teria a matéria-prima para dar respostas aos seus questionamentos no processo de construção da história. A memória é um patrimônio educativo que precisa ser preservado e difundido entre as gerações.

Na sociedade atual, que se caracteriza por grandes inovações presenciadas pela humanidade, “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade” (Lévy, 2001, p. 24). Deste modo, a sociedade do conhecimento universaliza a produção de memórias que é positiva para o pesquisador, o qual tem as ferramentas da internet e as mais variadas mídias para arquivar seus documentos, o que pode mudar as alternativas e políticas públicas de preservação dos acervos das unidades de ensino. “Daí a importância do debate em torno das questões que apontam para a preservação do patrimônio documental” (Souza, 2009, p. 128).

Dentro do debate em torno da preservação documental encontram-se propostas de se conservarem os Arquivos Educacionais como forma de fomento à produção do conhecimento. O Sudoeste da Bahia é um espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas propostas, porque há instituições preocupadas com essa preservação. Essa região apresenta inúmeras possibilidades de pesquisas que poderão ser elaboradas a partir das pistas encontradas nos arquivos. Portanto, “em nossa região, as possibilidades de pesquisas são amplas não obstante as carências de intervenções que potencializam o patrimônio documental” (Souza, 2009, p. 130-131).

Conforme Casimiro, Magalhães e Medeiros (2004), o Museu Pedagógico da Universidade Estadual da Bahia, situado na região Centro Sul do Estado, não se destina

somente à pesquisa, à extensão e ao estudo sobre a História da Educação nacional e regional mas, principalmente, visa à catalogação de fontes documentais primárias, cartográficas, iconográficas, fílmicas, sonoras, literárias, estatísticas, sejam elas orais ou escritas, no sentido de oportunizar olhares e leituras interdisciplinares sobre a Educação. Nesse sentido o Museu adquire um caráter e uma concepção de lugar vivo e dinâmico (Casimiro; Magalhães; Medeiros, 2004, p. 1).

Nunes (1996), ao apresentar a temática dos Arquivos e a Memória da Educação da Bahia, cita Gonçalves (2004) e Huysen (2000), que chamam atenção do recordar localmente para se conhecer globalmente, ou seja, partir do conhecimento particular para o geral. Nesse sentido, os autores reforçam a importância das memórias individuais e coletivas, que fizeram surgir ações direcionadas à criação de instituições (arquivos) que guardassem os vários registros (textuais, sonoros, imagéticos) produzidos e acumulados ao longo das atividades de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas.

Desse modo, “é fundamental preservar e desenvolver ações para que os acervos escolares sejam mantidos, guardados e disponíveis para que os historiadores da educação, ao acessá-los, tenham condições de narrar histórias dessas instituições” (Luchese; Fernandes; Belusso, 2018, p. 67).

Quando se amplia a dimensão de documentos históricos, tem-se a integração de novas abordagens, vencendo a visão positivista da história. Assim, todas as produções humanas são fontes históricas e a instituição escolar, que socializa todos esses conhecimentos, é um espaço privilegiado para essa ampliação. Barletta (2005 apud Vidal, 2005, p. 25), quando discorre sobre alagar o documento arquivístico em educação, chama atenção para a necessidade da constituição de museus que acolham a gama de móveis e materiais escolares utilizados nos vários períodos históricos, o que possibilitará ao pesquisador em história da educação conferir as possibilidades e limites acerca da apropriação dos objetos culturais pelos sujeitos da escola.

O acervo de uma instituição de ensino possui, em suas documentações, muitas memórias individuais que estão armazenadas no arquivo escolar propriamente dito e nas memórias afetivas daquelas pessoas que passaram pela instituição. Todos deixaram a sua contribuição na edificação da história daquela Unidade de Ensino. Tais memórias individuais, apesar de subjetivas, trazem uma unidade que as torna coletivas: “O arquivo pode fornecer elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que frequentaram ou frequentam, das práticas que nelas produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno” (Vidal, 2005, p. 24).

Entendemos, deste modo, o quão importante se torna a mobilização de muitas instituições em prol da preservação dos acervos da documentação escolar, mesmo havendo grande dificuldade para armazená-los adequadamente, digitalizá-los e para conquistar recursos humanos preparados para salvaguardar tais documentos. Sem a proteção e os cuidados devidos com todo o acervo documental de uma instituição não há como promover a democratização da pesquisa.

Quando se pensa em democratizar a pesquisa é necessário buscar mecanismos para que todos tenham oportunidades de forma responsável. Até porque o que é público é um direito e deve ser disponibilizado a todos, sem exceção. Essa sugestão também está expressa em Medeiros (2009), ao ressaltar que essa luta é do interesse de toda a sociedade e esta deve construir meios de democratização da pesquisa e formulação do conhecimento. Isso significa que:

O pesquisador de história da Educação poderá, como grande interessado, envolver-se na luta para que o direito de acesso aos documentos e arquivos sejam organizados, possuam pessoal e material adequado ao desempenho das suas finalidades, que possuam catálogos, meios de conservação e sistema de classificação (Medeiros, 2009, p. 187).

A luta pelo direito à preservação das memórias de uma instituição deve também fazer parte do plano de gestão das unidades de ensino, uma vez que os documentos das escolas ficam sob a tutela dos seus administradores. A preocupação se fundamenta na possibilidade da perda dessas informações na velocidade da comunicação e as ferramentas tecnológicas devem ser utilizadas como possibilidades de armazenamento dos registros que são muitos e acumulados de forma muito rápida. Desse maneira, deveria haver softwares para os arquivos paralelos à digitalização e documentos impressos das décadas anteriores à revolução tecnológica.

Outra preocupação que está ligada à tutela das memórias da educação de uma instituição são os objetos da cultura material, como recursos didáticos, exemplares de manuais do professor, livros, dentre outros, que nem sempre recebem os devidos tratamentos e, por falta de espaço, são encaminhados ao descarte. Toda esta situação revela a falta de um Centro de Memória da Educação que poderia estar localizado no próprio prédio escolar, dialogando com os respectivos materiais, podendo propiciar, além do ensino, a realização de atividades de extensão e pesquisa.

Na Instituição de Educação tudo é pedagógico, porque todas as práticas são educativas. Daí a necessidade de considerar os instrumentos produzidos pelos seus atores

fontes educativas, no diálogo constante entre o espaço físico (prédio), narrativas da formação docente e articulação com os demais sujeitos, dentre outros aspectos. Toda a construção das práticas educativas de uma determinada instituição deve ser preservada, portanto ressalta-se a importância do arquivo escolar.

Nesta perspectiva, o espaço físico se imbrica com o próprio arquivo. Ele presencia, conta histórias e comunica suas transformações ao longo do tempo. O diálogo com as diversas fontes educativas é a matéria-prima para os investigadores da História da Educação, que buscam pistas para interpretar as informações de um momento em que não estavam presentes.

Se o Arquivo Escolar é bem organizado há possibilidade de direcionar um tema escolhido. Nesse contexto, torna-se latente o auxílio de políticas públicas para a preservação das fontes produzidas no universo escolar, visando à proteção de um patrimônio que é de todos.

Os documentos de uma instituição escolar dentro das novas correntes historiográficas, a exemplo de *A Escola dos Annales*, não são apenas a documentação escrita, porque, em tempos remotos, quem produzia essas memórias era uma pequena parcela da sociedade. Atualmente o conceito de documento é bem mais democrático, porque contempla todas as produções humanas.

As instituições de ensino antigas analisadas como produções de uma parcela da sociedade não poderão ser vistas sob uma ótica romântica, como guardiãs de um passado que tutelam, em sua maioria, bens materiais de um determinado grupo social. Elas são o contraponto para se entender inclusive as divergências entre os segmentos sociais e como eles se apropriaram de uma cultura própria do espaço escolar. É o que afirma Santos (2001) no contexto da escola burocratizada, ou seja, há uma adoção do conceito de patrimônio cultural como bens produzidos no passado e representativos da produção cultural de determinadas camadas da sociedade.

Destaca-se que as instituições antigas têm muito mais a oferecer do que serem lembradas como museu, uma vez que cada pessoa, ao passar por uma escola, deixa marcas no percurso educativo. Em cada instituição escolar todos, de uma forma ou de outra, acabam socializando experiências.

Nosella e Buffa (2013, p. 36), por seu turno, encaminham a reflexão para um outro aspecto dessa particularidade da história local que está pautada na investigação da instituição social chamada escola. Segundo esses autores, é fundamental investigar as instituições escolares, pois a escola é um espaço social no qual vivemos uma grande parte da nossa vida,

seja como estudante, professor, funcionário da educação, dentre outros papéis sociais exercidos. Essa instituição que resiste ao tempo presencia mudanças e se adequa a contextos. Para Castanho (2021, p. 54), “o processo de institucionalização das instituições escolares foi um fenômeno que caracterizou fortemente a quadra final do século XIX e inicial do século XX. No Brasil, os seus antecedentes remontam ao período colonial”.

Além disso, faz-se necessário discutir o modo de se fazer a docência e quais sujeitos estiveram à frente deste ofício, considerando, muitas vezes, que a grande maioria era formada por mulheres, categoria em invisibilidade na sociedade em que eram professoras. Benito (2017, p. 177), quando fala dos sujeitos, reforça que “as suas passagens pela escola é um marco integrado no processo de construção ou de reconstrução de sua própria identidade narrativa”.

No que se refere aos professores, a memória das práticas escolares regula historicamente sua profissão como fundamento de uma tradição, de modo que eles podem se apropriar de uma cultura de um ofício ou uma referência para a crítica ou inovação. Essa reflexão analisa a cultura escolar como memória e o valor das lembranças e dos conteúdos que essa memória arquiva no magistério feminino, um fenômeno que não foi exclusivo do Alto Sertão Baiano. Em outros lugares do Brasil muitas mulheres estavam assumindo as funções docentes em situações bastante parecidas; a esse respeito, Almeida (2004) assinala que o ingresso dessas mulheres no sistema escolar deu-se em um momento histórico em que a profissão se tornou feminizada.

A pesquisadora acrescenta, ainda, que no curso de formação de professores ingressavam moças, aquelas que desejavam seguir a carreira, e a oferta de oportunidades incluía desde o ensino primário ao curso de nível superior, principalmente os que poderiam conjugar profissão com vida particular e criação de filhos, legítimas aspirações femininas (Almeida, 2004). O engodo das formadoras de opinião associadas às aspirações femininas legitimou as normas preconizadas pela sociedade capitalista, que viu no trabalho das professoras uma forma de educar as camadas populares com a finalidade de atender o mercado de trabalho.

Para Almeida (2004), possuir uma profissão significava a consolidação de uma conquista e também uma maneira de se libertar dos trabalhos domésticos e da subserviência masculina. A profissionalização feminina, através do magistério primário, foi a oportunidade de vislumbrarem a chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viverem da caridade alheia, de se libertarem dos grilhões domésticos e também uma

oportunidade de se adequarem às normas sociais e ao novo mundo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente.

As oportunidades proporcionadas pela carreira no magistério promoveram o preparo intelectual da mulher, porém sem livrá-la do estigma ligado às características atribuídas ao sexo feminino, tais como designações associadas às virtudes, aos trabalhos domésticos e à maternidade. Almeida (2004, p. 82) “acrescenta que a entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foram um fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, foram maioria nesse nível de ensino”.

A docência feminina, introduzida no Brasil, sofreu uma significativa influência religiosa, questão que se observa em manuais antigos, que detalham o rigor das condutas de uma docente, o que não a impediu de ser maioria nas séries iniciais. Todo esse perfil foi ampliado no período republicano. Nessa fase, ocorreu a modernização do Ensino Primário com foco nas escolas normais que preparavam professores para atuarem nesse nível de ensino. Souza (2004) explana que os republicanos implantaram no Estado de São Paulo um sistema público de ensino considerado moderno para a época. A autora ainda acrescenta que:

A reforma da instrução pública iniciou-se pela Escola Normal, mais especificamente pela criação da Escola-Modelo, considerada coração da reforma. Destinada à prática de ensino dos alunos-mestres da Escola Normal, a Escola Modelo funcionou como um campo de experimentação. Além de promover a formação técnica dos professores, atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente método intuitivo ou lições de coisas – e, ainda, como referência de organização da escola primária (Souza, 2004, p. 113).

Ao enfatizar conceitos como instituições escolares, cultura, memória, arquivo e cotidiano, buscamos entender a história da educação da região à luz de fontes documentais alusivas a eles. Há, por isso, uma reescrita da história da educação do Estado que pouco se conhece a partir das contribuições de lugares interioranos. Torna-se importante inserir especificidades de lugares regionais e apresentar uma diversidade de experiências, ampliando as discussões, tanto as que se equivalem quanto as que divergem. Todas importantes e constituidoras de muitas memórias e culturas educativas.

Estes temas foram basilares para as discussões teórico-metodológicas da pesquisa, questão a nos indicar a importância do papel das universidades baianas, neste caso específico de pesquisas, como esta em que apresentamos o processo educacional regional. Este estudo soma-se a muitos outros trabalhos com fontes regionais e ressalta a luta pela preservação dos patrimônios produzidos pelas instituições de ensino, a exemplo da Universidade do Estado da

Bahia (UNEB) Campus VI e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), as quais, por meio dos seus grupos de pesquisa e propostas, visam à proteção de toda a documentação produzida pelas instituições de ensino da região.

O Projeto Arquivo Escola foi uma proposta criada pelo Arquivo Municipal de Caetité, que tinha a preocupação de catalogar e assessorar as instituições escolares a organizarem os seus acervos. No Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) foram organizados materiais como: atas, registros de matrícula e documentos pedagógicos. Esses arquivos são mais do que simples registros, eles são fragmentos da memória coletiva de uma comunidade comprometida com a educação e a preservação do seu legado.

O IEAT possui um acervo documental de grande relevância para a história da educação no Alto Sertão da Bahia, cuidadosamente catalogado para preservar a memória insitucional e educacional da região. No espaço do Arquivo Escolar há materiais que testemunharam as prática pedagógicas e transformações sociais, políticas e educacionais que marcaram gerações.

A sociedade sertaneja imprimiu na educação uma cultura em outras regiões do Estado. Caetité ficou conhecida como a cidade que ensinou o sertão a ler. Esse privilégio, de certo modo, incentivou o surgimento de outras instituições de ensino e a educação passou a ser um grande patrimônio cultural nesse reduto. Segundo Santos (2001), a instituição que faz parte do patrimônio cultural, ao mesmo tempo, é alimentada por diversos patrimônios culturais. A título de exemplo, trazemos a memória do teatro em Caetité, a imprensa local, o cinema, complementos da educação escolar.

Esta representação, como conhecimento acumulado ao longo dos anos, fruto da herança cultural construída pelos sujeitos sociais, é uma tradição que está inserida dentro do processo de construção e reconstrução de uma memória educativa. No Alto Sertão, como nas demais regiões interioranas do Brasil no início do século XX, muitas mulheres tiveram o direito à instrução negado, mas também é possível identificar algumas da elite local contempladas pelo acesso à cultura escrita em articulação com diversas práticas educativas, conforme abordam estudos de Marques (2021). Uma profissão que lhes concedesse dignidade foi uma conquista que representou liberdades para algumas mulheres. Nas palavras de Almeida (2004, p. 67), “a inserção feminina num espaço profissional, representado pela educação da infância, no contexto das primeiras décadas do século XX, ocorreu em momentos paralelos ao movimento pela emancipação feminina”.

Portanto, o acesso às escolas da região foi um processo de conquista que, gradativamente, inseriu no ensino público mulheres menos privilegiadas pela sociedade,

conforme iremos destacar a contribuição do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), como instituição escolar que se protagonizou o processo de feminização do Magistério no Alto Sertão.

2.1 Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT: lugar escolar e não escolar

O IEAT e o seu espaço físico¹, que, para muitos, constitui uma memória, é indicador de experiências, cujas cicatrizes do tempo e das vivências de várias gerações tiveram a oportunidade de participar dele têm diversificadas vivências e convivências: “Os edifícios escolares registram em si mesmos conteúdos e valores de memória; são, ao mesmo tempo, indutores de influências duradouras, na lembrança dos atores que viveram sobre o abrigo de seus muros” (Benito, 2017, p. 187).

Os edifícios escolares por si só não contam a história de uma instituição, porque a história é construída pelos sujeitos que fazem parte dela. São esses sujeitos que deixam as pistas para desvendar e reconstruir o processo histórico dessa instituição. Essas histórias de vida são a base sólida para a construção do trabalho do historiador. “O primeiro aspecto que os sujeitos tendem a recordar, em relação à passagem pela escola, são os cenários nos quais esse processo se desenvolveu” (Benito, 2017, p. 186).

Os sujeitos que frequentaram o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) produziram memórias ao longo dos seus sessenta e dois anos de existência (1962-2024), que estão conservadas no Arquivo da Instituição. Junto a essa documentação encontram-se registros da trajetória da Escola Normal (instituição criada no final do Século XIX e reintegrada em 1926). Em registro do ano 1962 até a atualidade soma-se um total de noventa e oito anos de história com suas memórias da Educação no Alto Sertão da Bahia. Estas instituições possuem arquivos da documentação escolar. Ao ser descredenciada toda a documentação foi repassada ao Núcleo Territorial de Educação (NTE 13). Cada instituição pública estadual recebe orientações do Núcleo para saber como proceder na organização de todo acervo, pois é com base nele que se produzem os documentos comprobatórios da vida dos estudantes que passaram por essas instituições de ensino.

Os cuidados com a documentação das instituições de ensino da região foram essenciais para a preservação de acervos que praticamente estão completos. O que é

¹ No Anexo I, deste trabalho acadêmico, podem ser observadas fotografias dos prédios do Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT desde os anos 1950 até os dias atuais, nas Figuras de 1 a 6.

necessário são adequações dentro dos padrões exigidos para a catalogação desses documentos oficiais das escolas.

Ressalta-se que o IEAT está inserido na cidade de Caetité, um município localizado numa região conhecida como Alto Sertão da Bahia, denominação enfatizada no livro *Uma comunidade Sertaneja – Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)*, de Neves (1998). Nessa produção acadêmica, Neves (1998, p. 27) salienta que o povoamento do Alto Sertão iniciou-se no século XVIII, através do entrelaçamento dos descendentes dos primeiros indivíduos que se estabeleceram na região, formando um grupo social vinculado pelo parentesco. Seus integrantes espalharam-se principalmente pela Serra Geral, Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Planalto da Conquista e Norte de Minas Gerais.

O Estado da Bahia, segundo o IBGE (2019), possui uma extensão de 567.295 km², ocupa 6,6% da área territorial do país e possui várias particularidades geográficas, culturais e costumes, que são externados nos seus sotaques. Dentre essas características encontra-se a da região do município de Caetité, que, como foi apresentado anteriormente, encontra-se no Alto Sertão da Bahia, ao Sul da Chapada Diamantina e na Serra Geral. A distância do município de Caetité até o Estado de Minas Gerais é de aproximadamente 1h:59 minutos, sentido Espinosa-MG. Portanto, essa parte da Bahia possui características históricas e geográficas em comum.

A modernização e o caráter desenvolvimentista emergentes, nos anos 1940 e 1950, no Estado da Bahia, foram sustentados pelos defensores do pensamento liberal com a finalidade de minimizar o atraso da economia e proporcionar uma dinâmica de mudanças sociais e educativas. Com isso, Anísio Teixeira retornou à Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, como estratégia do governador Otávio Mangabeira, para estabelecer a relação entre mudança social e desenvolvimento econômico. Nesse período, o intuito era intervir no desenvolvimento regional com análises objetivas para atender às demandas emergenciais no tripé sociocultural, educacional e econômico (Santos, 2016).

A cultura dessa parte da Bahia, denominada Alto Sertão, se assemelha muito à cultura do Norte de Minas Gerais, que reflete uma forte contribuição na organização espacial em torno de um contexto histórico e geográfico que determina os costumes e o modo de ser do local. Ainda em consonância com Neves (1998), o conceito de região é dinâmico e varia conforme fatores físicos, sociais ou econômicos que interferem na definição do espaço.

No Alto Sertão da Bahia nasce uma cultura letrada que atravessou décadas e está ainda presente na memória de uma localidade sertaneja, com costumes extremamente rígidos e tradicionais, porque todo esse território teve suas origens nas propriedades rurais onde o

senhoriato agrário representava o único segmento social com acesso ao poder político e voz nesse espaço (Neves, 1998).

Neste cenário, a construção histórica de instituição escolar na região Sudoeste da Bahia vem de um passado distante e foi caracterizada como catequética, que privilegiava a instrução religiosa. Em Caetitê, as primeiras escolas foram formadas por ordens religiosas, a exemplo do Colégio São Luís Gonzaga, lugar escolar de alguns integrantes das famílias de elite.

Este prédio tornou-se as dependências da 2ª Escola Normal de Caetitê, de 1926, conforme a *Acta da instalação da Escola Normal de Caiteté*². A escola possuía dois pavilhões: o Góes Calmon (à esquerda) e o Rui Barbosa (à direita). O tempo contribuiu para que uma parte do prédio da antiga Escola Normal se transformasse em ruínas e fosse demolido, deixando na lembrança apenas o Rui Barbosa, que atualmente é a Câmara de Vereadores da cidade. Esta instituição escolar foi um espaço de vivência e convivência permeado de lembranças formadoras de memórias afetivas em torno de um ambiente que contribuiu para a instrução de sujeitos que usufruíram dos seus ensinamentos e que através deles passaram a se perpetuar no imaginário da população.

Assim sendo, como aconselham Luchese, Fernandes e Belusso (2018, p. 56):

A historicidade das instituições escolares precisa ser entretecida compreendendo-as como construções histórico-culturais que se articulam com o social, na multiplicidade de relações que se constroem nas convivências cotidianas com os sujeitos que ali estão e que vão matizando, hibridizando o modo de ser e fazer de tais instituições.

A instituição escolar não tem somente o propósito de transmissão de saberes. Ela abrange outras dimensões, a exemplo dos convívios entre as pessoas que constroem o cotidiano escolar, influenciando comportamentos, ações e decisões, numa troca recíproca de experiências, construções de valores, ensaios para uma vida em sociedade. Assim, “no plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados [...]” (Gatti Júnior; Peçanha, 2005 apud Castanho, 2021, p. 41).

² “Ao vinte uns dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e vinte e seis, ás quatorze horas, na sala principal do edifício do antigo Instituto São Luiz Gonzaga, que pertencia á Sociedade Nacional de Educação e foi desapropriada por Decreto do Excellentíssimo Senhor Governador do Estado, em data de vinte e dous de Março próximo passado, para n’elle ser instalada a Escola Normal d’esta Cidade de Caiteté, presentes o Excellentíssimo Senhor Diretor Geral da Instrucção, Doutor. Anísio Spinola Teixeira, o Director da Escola Doutor Edgar da Silva Travassos Pitangueira. Ata de Colação de Grau de 1926 a 1996” (Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT).

A cultura do Alto Sertão dialogava com uma cultura macro burguesa que, de uma forma ou de outra, interferia na legislação brasileira, o que impactou diretamente na organização curricular dos Cursos Normal e de Magistério. No contexto histórico em que foram criados os respectivos cursos de formação de professores no Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), na década de 1960 até o início dos anos 1990, a comunidade de Caetité compartilhava dois modelos representativos de família: a patriarcal e a burguesa. A família patriarcal incutiu nessa sociedade sertaneja o perfil de mulher ligado ao ambiente doméstico, encarregada de executar tarefas que são importantes, mas sob o olhar masculino consideradas inferiores. Já a concepção burguesa concebeu a ideia de mulher apta para o mercado de trabalho.

Como constatamos, o vínculo entre escola e sociedade sempre existiu, o que muda são as fases que caracterizam cada período, mas as relações humanas que ali se processam são intensas, significativas e de grande valor para a formação e conquista da cidadania. Para Gatti Júnior e Vale Gatti (2018, p. 34), “o conhecimento das instituições escolares é fundamental para a compreensão dos contornos específicos de qualquer sociedade, ainda que não se esgote em si mesmo, mas, sim, na compreensão dessas articulações em termos societários”.

Conhecer a dinâmica das instituições escolares e as suas particularidades, bem como outros aspectos, é tema que atrai os pesquisadores, porque a maioria das pessoas têm lembranças voltadas para as experiências vividas no âmbito escolar. Portanto, o estudo dessa dinâmica é importante para a pesquisa e produções historiográficas que compõem a história de vida dos professores a partir do cotidiano escolar. Daí que “atualmente, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação” (Nosella; Buffa, 2013, p. 19).

Em comum acordo com os estudos, trouxemos discussões sobre o modo de constituição educacional, na região, lugar que atraiu elites, que foram se solidificando no lugar em relações de poder e se tornando parte do segmento social com maiores privilégios políticos. É neste contexto que se insere o Alto Sertão da Bahia nos postos mais altos da política baiana. Esta peculiaridade é consolidada pelas deliberações políticas advindas da instauração da República e, com ela, o surgimento das instituições públicas de ensino, a exemplo da Escola Normal de 1926, o Ginásio³ e o Colégio Estadual de Caetité, que

³ Ginásio é o nome afetivo que muitos estudantes da comunidade utilizam para se referir ao Instituto. O termo também está associado à oferta do Curso Ginasial na década de 1950 na referida escola. Era uma modalidade de ensino que antecedia o Ensino Médio.

posteriormente, na década de 1962, transforma-se em Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Sobre a Escola Normal de Caetité, antes de 1926, fontes locais indicam significativa reação, na cidade, pela reintegração da instituição criada no final do Século XIX e fechada no início do Século XX⁴, questão que nos permitem entender o quão salutar foi sua existência, mesmo não tendo se efetivado. Neste tempo, parte significativa da família Teixeira, principalmente por motivos de estudos, já se instalava na capital baiana. De acordo com Marques (2021), a escrita epistolar das irmãs de Anísio Teixeira, pelos registros, denota o empenho popular pelo retorno desta escola para Caetité: “Leontina escreve à mãe, em 29 de abril de 1926, dizendo: [...] Li na A Tarde a notícia da inauguração da Escola Normal e da manifestação que fizeram a Anísio [...]” (Arquivo Público Municipal de Caetité, 2023).

Registra-se a movimentação de parte da população de Caetité daquele período, se consideramos sobre as instituições públicas que foram consolidadas com a República. Essas instituições públicas herdaram todas as características da sociedade aristocrática, que posteriormente foram mescladas com as ideias liberais socializadas em âmbito mundial. No Brasil, essas ideias liberais repercutiram na primeira metade do século XX, com a figura de um representante dessas aristocracias do Alto Sertão, Anísio Teixeira.

Nos Estados Unidos, Anísio Teixeira construiu suas bases intelectuais alicerçadas no método experimental e no Brasil dedicou-se a várias frentes da educação, desenvolvendo papéis sociais como escritor, tradutor, editor, estadista e educador, atuando principalmente na educação primária pública. Em 1935, quando assumiu interinamente a reitoria da Universidade do Distrito Federal, Anísio nunca deixou de destacar que a sua preocupação maior era o ensino primário. Enquanto foi diretor-geral de instrução da Bahia e do Rio de Janeiro sempre priorizou e defendeu o padrão liberal dos Estados Unidos (Santos, 2016, p. 28).

A construção do prédio que abrigou o IEAT em Caetité foi realizada a partir da proposta de educação popular do educador Anísio Teixeira, no final da década 1940, implantada na categoria de Ginásio e Escola Estadual de Caetité. Localizado na periferia da cidade, assim como se pensou a Escola Parque em Salvador, fazia parte de uma política de “[...] intervenção sobre a educação das classes populares no espaço da cidade” (Nunes, 1999, n.p.).

⁴ Marques (2021) destaca a memorialista Gumes (1975), a Escola Normal de Caetité foi criada pela Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895, mas sua instalação foi efetivada no ano de 1898.

A determinação de Anísio Teixeira com a educação primária possibilitou o surgimento de espaços favoráveis à manutenção do curso de formação de professores no interior baiano para atuarem no ensino primário. Caetité, sua terra natal, foi contemplada com a construção de um prédio moderno, com um perfil arquitetônico semelhante às universidades americanas, e uma Escola de Aplicação, em anexo a essa instituição de ensino, para funcionar como laboratório das práticas pedagógicas dos estudantes do Curso Normal.

O Alto Sertão da Bahia foi contemplado com a proposta de modernização desenvolvimentista de Mangabeira, e em Caetité foi autorizada a construção de um prédio escolar, no ano de 1949, que serviu de espaço de uma nova escola para funcionar o Curso de Formação de Professores. Esse prédio, em 1962, no governo de Juracy Magalhães e do Secretário de Educação Wilson Lins, foi transformado no Instituto de Educação Anísio Teixeira, conforme Portaria da SEC/BA: 1629, Diário Oficial: 05/02/1962.

Assim nasceu uma instituição que reverencia Anísio Teixeira, ícone do movimento liberal no campo da educação em nosso país. A instituição recebeu também a responsabilidade de continuar com a história de formação de professores iniciada no interior baiano nas primeiras décadas do século XX. O Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) representou, ao longo dos anos, os interesses da comunidade local e regional na formação de professores para atuarem na educação básica.

A referida escola também contribuiu para o surgimento de outras instituições responsáveis pelo ensino e educação, a exemplo da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, hoje UNEB Campus VI, o Clube da Amizade, sem falar em muitas escolas que foram surgindo a partir do trabalho dessa instituição de ensino. Nesse espaço foram formados profissionais para atuarem em diversos locais da região. Algumas escolas municipais e estaduais homenagearam os professores do Instituto, atribuindo a eles nomes honrosos de mestres que muito contribuíram para a educação de nossa cidade. Assim, essa escola constituiu uma importante fonte de pesquisa para se entender como se deu o processo de formação de docentes no Alto Sertão.

O Instituto de Educação Anísio Teixeira é uma escola que esteve presente na vida dos caetiteenses e a sua história foi partilhada pela comunidade sertaneja que usufruiu de várias oportunidades de ensino e produção do conhecimento, uma vez que essa instituição se transformou em um polo de atração no campo educacional.

Pioneiras no campo da educação, as instituições escolares, em terras sertanejas, estão em um contexto geográfico pouco estudado no Estado da Bahia. No que diz respeito às agências formadoras de professores, é necessário entender como se deu a respectiva formação

inicial de muitos docentes em diálogo com as políticas públicas vigentes. O intuito de se refletir sobre esse processo contribuirá também para a busca de fontes históricas de natureza diversa que são produzidas pelo cotidiano escolar e na adoção de práticas de preservação do acervo documental elaborado por todos aqueles que frequentaram seu espaço escolar.

As escolas, em todos os seus níveis de ensino, produzem uma grande quantidade de documentos. Uma boa parte desse material fica armazenado em locais inadequados, o que contribui para a perda ou deterioração desse acervo. No IEAT a documentação fica tutelada em um arquivo que dá suporte à secretaria da referida escola. O arquivo do Instituto representa a preservação das memórias da educação, no interior do Estado da Bahia, e deve ficar disponibilizado à comunidade de forma responsável, assim como os outros arquivos da região. Para Miguel (2021), o arquivo de uma unidade escolar é o departamento que contém as informações sobre a instituição, despertam a expectativa da descoberta e indicam caminhos, possibilidades, direcionamentos e interpretações.

O Arquivo Escolar do IEAT abriga o acervo de documentos e alguns recursos didáticos da Segunda Escola Normal de Caetité e de todos os cursos de formação de professores ministrados na referida instituição (1926-2014). Paralelo ao curso de formação de professores há outras modalidades de ensino e também documentos da atualidade. Ele se encontra no primeiro andar do prédio histórico e o seu acervo está organizado em estantes e armários de aço com a organização feita por ano e ordem alfabética em caixas apropriadas para a conservação dessa documentação.

A instituição possui uma servidora para cuidar e organizar a documentação, por isso o acervo é zelado e bem organizado, porque os mesmos representam a memória da escola e asseguram o direito a todos que passaram pela unidade de ensino de terem a sua vida escolar documentada.

O Instituto de Educação Anísio Teixeira foi considerado, por ocasião do Jubileu de Ouro da Escola Normal, a “Joia Preciosa do Sertão”⁵. A comparação feita por uma professora da época expressa a noção de patrimônio, um sentimento que é compartilhado por todos os que estudaram na instituição, o que a caracteriza como lugar de memória. Para Vidal (2021, p. 59), “a escola e seu arquivo poderiam estar em permanente diálogo com os museus escolares e centros de documentação e memória, constituídos dentro e fora das instituições escolares, criados como *lugares de memória*”. Como “lugar de memória” a instituição escolar possui

⁵ Vasty Azevedo: Ex-Professora do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Compara o IEAT a uma “Joia preciosa do Sertão – Ata do Jubileu da Escola Normal – 26/04/1976”. O Jubileu de Ouro foi uma celebração dos 50 anos da Escola Normal de Caetité (Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT).

patrimônios material e imaterial que constituem fontes elucidativas para se entender a trajetória histórica desse lugar. As fontes diversas contidas nos patrimônios da escola são memórias de toda comunidade na qual a instituição está inserida.

A memória é carregada de subjetividades e em relação à educação está arquivada nas lembranças de todos os que passaram pela instituição. Desse modo, o IEAT é um lugar “das memórias”. Gerações, famílias passaram por essa escola que possui características peculiares e estão armazenadas nas lembranças dos seus rituais, na sua didática e no diálogo com as outras instituições. Está vinculado à Lei de criação dos Institutos e, por essa condição, explicita que a diretriz do Estado da Bahia continuava com a formação docente em nível médio para atuar nas escolas primárias.

Conforme Araújo (2021), na Bahia, a reforma do ensino e a institucionalização da política em torno dos grupos escolares surgem em 1908. Já Mello (2011), ao analisar o contexto republicano na construção da escola pública para as camadas populares, julgou essa condição utópica, porque essa construção não ocupou seu devido lugar para a consolidação desse regime representativo. Na Bahia, nos primórdios da república, a preocupação com a escolaridade da sua população não foi extensiva a todos os níveis de ensino, ela teve foco na educação infantil.

Havia também uma preocupação em dignificar os espaços físicos das escolas dotando-as de prédios “salubres e higiênicos” e de materiais, como mobiliário, para os alunos. Expandi-las nesses parâmetros parece ter sido uma grande luta nos primeiros anos na República. A introdução de outras inovações (método intuitivo, grupo escolar, escola graduada etc.) que fizeram parte do ideário republicano aparecem de forma reduzida na legislação baiana.

Nesse contexto, a organização pedagógica dos grupos escolares também buscava modernizar o ensino com a adoção do método intuitivo, uma inovação que demandava o uso de materiais didáticos diversificados, como laboratórios e museus, como apontam Souza e Valdemarin (2004). Os grupos escolares surgiram no Estado de São Paulo em 1893, a partir da junção de escolas isoladas localizadas próximas entre si, sendo obrigados a seguir o modelo organizacional e os métodos das escolas-modelo do estado (Souza, 2004).

Esses grupos escolares representaram um marco importante na modernização da educação paulista. Conforme Souza (2004), a reforma da educação pública teve início na Escola Normal, especialmente com a criação da Escola-Modelo, considerada o núcleo central da reforma. A Escola-Modelo, além de servir à prática de ensino dos futuros professores formados pela Escola Normal, também atuava como um campo de experimentação

pedagógica. Além de contribuir para a formação técnica dos docentes, a Escola-Modelo foi responsável pela disseminação dos novos métodos de ensino.

Os primeiros grupos escolares inaugurados em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, uniram a estética arquitetônica com a lógica pedagógica das escolas graduadas. Diversos prédios foram construídos especificamente para essas instituições, utilizando estilos neoclássicos e ecléticos (Buffa; Pinto, 2002 apud Souza, 2004).

A escola graduada baseava-se na divisão dos alunos conforme o nível de conhecimento, organizando-os em grupos considerados homogêneos. Isso envolvia a criação de turmas, o uso do ensino simultâneo, a racionalização do currículo, a ordenação dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a implementação de um sistema de avaliação, a especialização do trabalho docente, além de prédios escolares com múltiplas salas de aula e vários professores. A escola graduada exigia uma organização metódica e sistemática do conhecimento a ser transmitido no ensino primário. A padronização dos programas e exames transformou as primeiras aprendizagens e outros saberes em conteúdos formais de ensino, com a lógica curricular orientando a estrutura escolar (Souza, 2004).

A gênese das escolas do Alto Sertão encontra-se nesse contexto desafiador e com a intencionalidade de preparar professores para atuarem no ensino primário, que foi estendido até a criação dos cinco Institutos na década de 1960, no Estado da Bahia. Carneiro (2009) menciona que a criação dos Institutos remete à década de 1930, quando Anísio Teixeira esteve à frente da Instrução Pública do Distrito Federal, que havia transformado a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação (Lopes, 2006 apud Carneiro, 2009).

O Instituto seria um Centro de Educação composto por: Pré-escola, Escola Primária, Escola Secundária e Escola de Professores com duração de dois anos em nível superior articulada com a Universidade Federal, criada por Anísio em 1935, sendo uma primeira tentativa de formar professores em nível superior no Brasil. A ideia de Anísio Teixeira foi reforçada pela Lei 1629/62, que criou os Institutos na Bahia. Ela deixa clara a intenção do pensamento anisiano para a Formação de Professores. De acordo com essa Lei:

Art. 3º A Escola Normal de Feira de Santana, a Escola Normal de Euclides Dantas, em Vitória da Conquista, a Escola Normal de Caetité e a Escola Normal Régis Pacheco, em Jequié, ficam transformadas em Institutos de Educação, respectivamente com as denominações de instituto de Educação Gastão Guimarães em Feira de Santana, Instituto de Educação Euclides Dantas, em Vitória da Conquista, Institutos de Educação Anísio Teixeira, na Cidade de Caetité, e Instituto de Educação Régis Pacheco, em Jequié.

Art.4º Além dos atuais cursos pré-primário, primário, ginásial, colegial e pedagógico passarão a integrar os institutos de Educação de que trata o artigo anterior os seguintes:

I – Cursos de aperfeiçoamento, com a duração de um semestre, dividido em dois períodos de 90 dias destinados à preparação de orientadores de ensino, delegados escolares, diretores de escola e professores especializados em jardim de infância e na didática do ensino das matérias de nível primário (Bahia, 1962).

A ideologia implantada em cada momento da história da educação do Brasil acompanhou o processo do surgimento das instituições escolares paralelo ao nascimento da escola primária e, como consequência, o surgimento dos cursos de formação de professores para essa modalidade de ensino. No Instituto de Educação Anísio Teixeira, a referida formação perdurou até a extinção do Curso em 2012, com a conclusão da última turma em 2014.

O desenrolar da trajetória do IEAT, inclusive o prédio e suas características arquitetônicas, explica elementos que compõem a história da educação no interior baiano. Elas são os registros que embasam as iniciativas de preservação dessa memória. Dentre as iniciativas estão a inclusão dessa instituição de ensino no Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB).

Em 2012, quando se extingue o Normal Médio, no Instituto, simultaneamente, ocorria o processo de implantação do MASB⁶. A equipe de trabalho, quase toda ligada à história dessa instituição, em planejamento participativo, definiu pela inclusão da instituição como um dos núcleos museológicos do MASB, pensando a preservação da história na formação docente da região. O MASB é um museu território, plurinucleado, que tem a sua sede no município de Caetité e engloba os municípios vizinhos de Guanambi e Igaporã. Por meio do MASB, uma entidade Pública criada pela Prefeitura Municipal de Caetité e que mantém parceria com outras instituições, foram criados vários Núcleos⁷.

A experiência do MASB é uma inspiração para o alargamento da noção de documento histórico. Nele o Núcleo do IEAT participa na categoria de escola que dialoga

⁶ Em 2011, forma-se o grupo de trabalho (GT) (representação formada por professores, alunos e comunitários da região). Naquele período, o GT certificou-se da presença da Renova Energia, empresa de implantação de parques eólicos, na região, e do trabalho da Zanettini Arqueologia-SP, com acervo arqueológico catalogado e já destinado a museu cadastrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁷ Núcleos museológicos são unidades descentralizadas, autônomas que promovem ações de preservação da cultura local a partir das especificidades da sua atuação. São eles: Escola de Caldeiras, Secretaria de Cultura de Igaporã, Escola do Tamboril, Comunidade Gurunga, Comunidade Pau Ferro, Associação das Mulheres, Instituto de Educação Anísio Teixeira, Moita dos Porcos, Comunidade Curral de Varas, Comunidade Pajeú do Josefino.

com os outros núcleos que possuem as mais variadas especificidades de produção do conhecimento. Benito (2017) enfatiza a experiência da museologia social para tecer redes, porquanto ajuda a construir micro-histórias de forma dinâmica e permanente. Mesmo seguindo uma diretriz legal, não se pode generalizar a formação docente no Estado da Bahia, até porque cada escola possuía uma identidade que está em consenso com a região e os seus costumes.

A memória da Escola Normal se solidificou no Instituto servindo de alicerce para o desenvolvimento da sua trajetória pedagógica ao longo dos anos. A aprendizagem da experiência e a construção da cultura empírica na escola têm muito a ver com a memória, que assume um papel fundamental na construção “cultural” dos sujeitos que se educam, dos seus espaços de formação, dos tempos e ritmos que ritualizam a vida das instituições escolares com seus conteúdos, com as suas normativas que regulam a sociabilidade pedagógica e a administração escolar (Benito, 2017).

A cultura empírica na instituição embasou a formação da parte prática e no processo de acolhimento aos novos docentes na Unidade de Ensino. Esse fator sempre falou mais alto do que as portarias e as legislações estabelecidas pelo poder público instituído. Ela fazia parte da cultura da formação e adaptação nas funções docentes instituídas. Amaral (2003 apud Luchese; Fernandes; Belusso, 2018) acrescenta que os sujeitos que atuam na instituição são, ao mesmo tempo, formados por ela. Eles dão vida às práticas e às normas de funcionamento dessa instituição. Os estudos regionais são pouco debatidos. Portanto, é “potente regionalizar os estudos históricos” na busca de compreender as singularidades locais e institucionais da realidade educacional no tocante aos municípios e Estados (Amaral, 2003, p. 24 apud Luchese; Fernandes; Belusso, 2018, p. 58).

As pesquisas que trazem aspectos regionais devem considerar não só as dimensões territoriais do Brasil e as suas diversidades. Elas devem estar atentas também aos detalhes, aos sujeitos, aos costumes, às práticas culturais, à religiosidade, às políticas, dentre outros. A importância de entender a realidade que nos cerca traduz-se em uma oportunidade de desvendar aspectos ligados à educação através da análise das pistas deixadas pelos sujeitos que fizeram a história de instituições de ensino em uma determinada comunidade. Nesse caso, convém considerar toda a riqueza de detalhes contidos nos processos de transformação/permanência, bem como as análises locais, regionais e institucionais ou das temáticas particulares que elucidam o cotidiano social ao longo dos tempos (Gonçalves Neto, 2018).

Essa cultura baseada na experiência, de certa maneira, marcou a formação inicial de muitos docentes na Unidade de Ensino. Desse modo, memória é o eixo estruturador de toda a cultura da escola, que também é responsável pela sua subjetividade. Assim, “novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e podem até imprimir um direcionamento ao trabalho, apontando para novas interpretações” (Miguel, 2021, p. 32).

De acordo com alguns estudos, uma outra via histórica para o estudo da cultura escolar é o da profissionalização dos professores. Nessa direção,

[...] para saber quais os critérios que foram utilizados para o recrutamento desses profissionais, principalmente quanto aos saberes e os *hábitos* que foram deles requeridos, um estudo que precisaria ser de longa duração, pois somente assim seria possível perceber as heranças e as modificações que se deram no decorrer do tempo (Julia, 2001 apud Gonçalves; Faria Filho, 2005, p. 44).

O processo de profissionalização dos professores é um fenômeno que se encontra nos ritos e rituais do IEAT. Trata-se de uma formação de professores que perdurou cinquenta anos (1962-2012) e que teve uma presença marcante de mulheres, promovendo o processo de profissionalização feminina no interior baiano. Dentre as aspirações, o que mais sobressaiu no percurso educativo do IEAT foi a formação de professores, uma tradição que perdurou décadas junto ao Governo do Estado da Bahia através das ações dos grupos de poder local.

Esses estudos serviram de embasamento para conhecimento e discussão sobre a história do Instituto de Educação Anísio Teixeira em conexão com a história da educação, na região, questão que agregará à integração de novos trabalhos na mesma área e em alusão a outras fontes, de modo que o debate se dê ampliando os pontos de convergência e divergência, todos salutaros ao processo da pesquisa. Esperamos, assim, que o fazer docente e outras práticas educativas nessa região e em outros lugares ganhem com esses estudos.

3 A LEGISLAÇÃO E A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1962-2012)

Ao estudar a História da Educação no Brasil, percebemos que um dos principais pontos de partida para se entender as características da trajetória educacional são as bases legais. Saviani (2021), ao tratar do paradigma educacional que inspirou a elaboração da legislação de ensino no Brasil, no decorrer do último meio século, observou que as concepções positivistas de educação estiveram presentes em todos os embates que foram alvo das tendências críticas no contexto do neoliberalismo ao longo da década de 1980. Essas tendências ajustaram a educação às demandas do mercado, em uma economia globalizada, centrada na sociedade do conhecimento.

Ao longo da sua trajetória histórica como instituição de ensino, o Instituto de Educação Anísio Teixeira presenciou e se inseriu nas mais variadas legislações e contextos educacionais. Ele traduziu à comunidade os mais variados projetos de governo, o que o elevou ao status de referência educacional no interior baiano.

A conjuntura atual é o palco das grandes inovações técnicas apreendidas pela humanidade. O aperfeiçoamento das técnicas e do trabalho, bem como o surgimento de outras, significou melhor qualidade de vida dos homens e, por outro lado, a aceleração das desigualdades sociais. O domínio dessas técnicas está ligado ao poder dos países mais ricos em relação aos mais pobres, tornando estes cada vez mais dependentes.

Sob a égide da globalização, a economia mundial tem sido utilizada como ideologia e se apoia nas bases neoliberais para sustentar os interesses financeiros, assim essa teoria liberal propõe à sociedade novas formas de vida.

Nessa direção, as agências reguladoras do capitalismo, o Estado e o Mercado, operaram pela lógica da acumulação, produção e apropriação de excedentes, ou seja, elas colocam em situações diferentes os que detêm o monopólio da economia e os que trabalham para produzi-los. Contudo, a exploração do trabalhador, no referido sistema, é intensa, uma vez que o setor financeiro no neoliberalismo determina as formas de produção.

No modelo econômico adotado, o sistema educacional não é organizado para atender com qualidade à grande maioria da população. Com base no novo paradigma produtivo, a escola continua atendendo muitos e a serviço de poucos, distanciando-se, assim, do processo de democratização do ensino. Consideramos, neste sentido, que a legislação educacional, a qual está entre os pilares que sustentam a vida da instituição de ensino, possibilita analisar vários aspectos pedagógicos e assegura direitos à comunidade escolar.

Consideramos, também, que é através dela que se estabelecem os currículos, as metodologias, os instrumentos, as formas de avaliação, os direitos dos servidores, matrículas e certificação de alunos na instituição, conclusão de cursos, designação para aplicação de recursos financeiros e porte da instituição, entre outros.

Neste estudo, temos o intuito de ponderar sobre como a legislação traça a trajetória da história de uma instituição de ensino situada no Sudoeste da Bahia, atualmente território do Sertão Produtivo, e que está sob a responsabilidade do Núcleo Territorial de Educação da Bahia (NTE 13). Essa instituição teve sua gênese no início do século XX e perdura como uma referência educacional no Estado da Bahia.

Essa escola foi e continua sendo uma referência como centro formador de professores e estudantes da região e adjacências. Com uma estrutura física imponente, é caracterizada por um prédio principal constituído pelo térreo e primeiro andar, vinte e três salas de aulas, laboratórios, biblioteca, refeitório, teatro e uma área externa composta de um complexo poliesportivo. As ofertas de Ensino da instituição são: Ensino Médio, Ensino Fundamental II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Regular⁸.

Com uma estrutura física imponente, a instituição passou por diversas adaptações ao longo dos anos, com base nas inserções normativas. A referida instituição teve que compartilhar, com o tempo, as mudanças a ela destinadas, as quais deixaram marcas por várias gerações. Nosella e Buffa (2013) destacam que quando a instituição escolar tem densidade histórica torna-se crucial que a sociedade identifique traços significativos desta própria história, ou seja, isso implica tratar-se não só das modificações físicas, mas da memória coletiva de uma comunidade.

Entendemos que essas mudanças representam o corpo e a alma de uma escola, que imprimem a identidade local. Por muitos anos, essa instituição escolar foi o centro das atenções do poder público e orgulho da comunidade, que a considera com grande valor.

O valor agregado a essa instituição adveio também das contribuições dos vários investimentos do Estado da Bahia, com as constantes metamorfoses dos embasamentos legais que a constituíram. As legislações, através do tempo, ajudam-nos a entender o sentido de cada transformação do IEAT, entendendo, também, o porquê desse sentimento de pertencimento, tão forte na comunidade local.

O Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) foi uma escola criada em decorrência da proposta de educação popular, por Anísio Teixeira. Ficava na periferia da cidade de

⁸ Sistema Intergrado de Gestão da Educação do Estado da Bahia (SIGEDUC). Disponível em: <https://sigeduc.educacao.ba.gov.br>

Caetité, da mesma forma como a Escola Parque em Salvador; fazia parte de uma política cuja intervenção sobre a educação das classes populares se deu em lugares periféricos urbanos (Nunes, 1996).

A proposta de educação para as classes populares redesenha o espaço geográfico, assim como aconteceu no município de Caetité em que uma instituição escolar torna-se responsável por modificar a vida da comunidade acadêmica e local. Esta ação nos leva à discussão sobre a legislação de um determinado período, que se constitui em uma importante fonte histórica para entender a trajetória da instituição que permaneceu por cinquenta e dois anos formando professores (1962-2014).

Quanto à história de uma instituição escolar, como ressaltam Nosella e Buffa (2013, p. 68), no livro *Instituições Escolares: por que e como pesquisar*, “os dados obtidos pelas diversas fontes, organizados e interpretados, conduzem o pesquisador a escrever o relatório final que é a peça mais importante da pesquisa”. As discussões sobre as instituições escolares, apresentadas por Nosella e Buffa (2013), oferecem uma abordagem multidimensional que permite compreender a complexidade do ambiente educativo. A História é fundamental para examinar a evolução das instituições ao longo do tempo, revelando como mudanças sociais e contextos históricos moldaram suas práticas e estruturas. Entender o passado das instituições escolares é crucial para identificar as raízes, os desafios atuais e as transformações necessárias para uma educação democrática.

A categoria cultural destaca a importância das práticas, normas e valores que permeiam as instituições escolares. Essa análise possibilita o entendimento de como a cultura escolar influencia a experiência educativa e a formação da identidade dos alunos. A categoria sócio-política foca nas relações interpessoais dentro das instituições, abordando dinâmicas entre alunos, professores e gestores, e de que modo fatores como classe, raça e gênero afetam a educação. A categoria econômica considera como questões de financiamento e recursos impactam a qualidade educacional. Juntas, essas categorias de análise fornecem uma visão abrangente e crítica das instituições escolares, possibilitando identificar tanto os desafios quanto as oportunidades de transformação dentro do sistema educacional.

De fato, entre os dados obtidos para se escrever a trajetória da instituição surgiram importantes pistas pela percepção da teoria e práticas, tendo como foco as decisões dos governos e suas políticas públicas. Tais procedimentos governamentais criam e validam legislações que fazem surgir um novo perfil de instituição escolar.

Trata-se de instituição escolar que apresenta singularidade em seus dados culturais nos seus mais variados contextos e períodos. Essas particularidades são responsáveis pela criação

da identidade local e da cultura escolar. Consideramos, neste sentido, a ideia contida em Benito (2017), na obra *“Escola como cultura: experiência, memória e arqueologia”*, que se trata de uma reflexão sobre as possibilidades oferecidas pelo patrimônio educativo como memória a ser preservada e difundida.

A educação escolar é um patrimônio socialmente construído e tem nas suas instituições de ensino um aporte social e científico que perdura por gerações. Ao mesmo tempo em que uma instituição produz memórias e também preserva, numa dinâmica que transcende os limites da sociedade, porque é constitutivo das relações humanas.

A construção de uma educação que representa a realidade de um local, além dos resultados de uma normatização, perpassa por inúmeras possibilidades que ultrapassam um olhar. Há de se considerar que são inúmeras as possibilidades de que o pesquisador se apropria para refletir sobre um tema, principalmente no que diz respeito à educação de um período ou de um território. As pesquisas trazem as subjetividades e com elas as vivências, como destaca Pierre Nora (1993), quando aborda sobre a importância de consideramos a memória a partir de sua constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que é importante lembrar.

Segundo Matos (2021), em Caetité, a escola era vista como um símbolo de progresso e modernidade. A educação e a alfabetização de crianças e jovens eram consideradas essenciais para estabelecer e disseminar os novos padrões de comportamento exigidos pela sociedade recém-republicana no final do século XIX e início do XX. Isso também representava a implementação de um novo estilo de vida, marcado pelo avanço e pela civilidade da sociedade moderna.

Matos (2021) informa que antes do século XX Caetité já apresentava essa tendência. Devido à sua trajetória histórica e características únicas, sendo chamada de “corte do Sertão”, conforme mencionado por Sampaio (2002), a cidade, apesar de enfrentar os desafios típicos de uma pequena localidade sertaneja, era reconhecida como uma referência na região em termos de civilidade e educação.

Considerando a instituição escolar como a esfera onde acontecem as trocas mútuas entre o ensino e a aprendizagem, é importante refletir sobre as normativas educacionais que traçam o perfil de uma escola presente na memória do Alto Sertão, que ao atravessar ciclos atende às propagandas ideológicas dos vários contextos históricos. Desse modo, é apresentada à sociedade brasileira a contribuição de uma comunidade sertaneja para educação com ênfase na formação de professores para atuarem nas séries iniciais do ciclo básico de ensino.

Vale frisar que a educação básica é um direito ao qual todos deveriam ter acesso, com instituições de ensino de excelência e professores bem preparados. No interior baiano, muitas escolas funcionaram em condições precárias, o que não permitia a todos os estudantes a permanência nessas instituições. Por esse motivo, a escola de formação de professores numa região interiorana representou um avanço para época e também desperta inspirações em muitos pesquisadores que buscam respostas aos mais variados aspectos e temas abordados.

Em processo de revisão da literatura sobre educação no âmbito da Escola Normal, destacamos dois aspectos: o primeiro é o contexto de Caetité-BA. Leite (2021) analisa a trajetória sobre o ser professora primária no interior do Estado da Bahia/Caetité (1926-1956). Nesse sentido, busca compreender como se deu a formação das professoras primárias, considerando a relação entre o ensino e aprendizagem da matemática e as relações de gênero e poder no Curso Normal da Escola Normal de Caetité. Quanto ao segundo, Miguel (2021) propõe compreender a trajetória do professorado primário da Bahia durante a primeira República. Situa-se no campo da História da Educação para investigar a profissão do(a) professor(a) primário(a) a partir de dois fenômenos: formação acadêmica, normatização legal e atuação política.

Importa, no entanto, que esta pesquisa, além de trazer histórias e memórias da Escola Normal de Caetité, apresenta um contexto da trajetória que retrata a história da educação. Isso indica a centralização de poderes, no âmbito federal e estadual, que exerceu forte influência nas políticas educacionais locais, situando o IEAT como escola-referência que passa a ser continuidade da Escola Normal de Caetité.

3.1 Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT: um avanço?

A criação do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) ocorreu no contexto em que houve a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024/61. Antes da aprovação da Lei 4.024/61, o Brasil tinha somente um sistema centralizado determinado no âmbito federal. É importante ressaltar esse aspecto porque foram décadas para ser contemplado o processo de descentralização na legislação educacional. O processo de descentralização dotou de mais autonomia administrativa os governos locais, pois ocorreu uma interface colaborativa entre as três esferas de poder. Assim, a Lei 9.394/96 contempla mudanças descentralizadoras, ratificadas na Constituição de 1988.

Antes, as mudanças presentes nas reformulações das Leis 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e 5.692/71 (Reforma do Ensino do 1º e 2º Graus) eram os referenciais

legais para o curso de formação de professores do Instituto de Caetité. É válido salientar que a Lei 4.024/61 foi uma permanência para a emissão de diplomas de Magistério e para os títulos de professor primário no IEAT até o ano de 1974.

No âmbito estadual, a instituição também se apoiou na Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia nº 2463/67 de 13/09/1967. O título da Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, Capítulo I, disposições preliminares, no seu parágrafo único, reforça a sustentação na LDB de 1961: “Parágrafo único – O sistema de Educação e Ensino observará as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, quanto à variedade de cursos, flexibilidade de currículos e articulação dos seus graus e ramos” (Brasil, 1961).

A seção IV, que trata sobre o Ensino Normal, na legislação do período, tratado como “Curso Colegial Normal”, reafirma o papel dos Institutos de Educação no Estado da Bahia, que outrora eram tratados como “Escolas Normais de Grau Colegial”, com a carga horária mínima de três anos no Magistério Primário:

III - Instituto de Educação - estabelecimento localizado na Capital ou no Interior do Estado, onde além de curso colegial normal, serão ministrados cursos de formação de administradores escolares, supervisores e orientadores de ensino, além de cursos de aperfeiçoamento e treinamento técnico-pedagógico necessário ao ensino primário, a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial com estágio mínimo de três anos no magistério primário (Bahia, 1967).

A referida escola foi caracterizada como Instituto em 1962, construído para dar continuidade ao trabalho da Escola Normal de Caetité, que já possuía experiências educacionais bem significativas e representação na região⁹.

A Lei nº 1629, de 23.02.1962, autoriza uma escola estadual no município de Caetité a funcionar como Instituto de Educação Anísio Teixeira. Essa mesma Lei transforma o “Instituto Normal Isaías Alves e as Escolas Normais Oficiais de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Jequié em Institutos de Educação:

⁹ Conforme Santos (1976), o começo do ensino em Caetité tem relação com os padres portugueses e depois com as famílias instruídas que aqui procuraram abrigo, pelo pendor às letras, teatro e música. Com a criação, no início do século XIX, das Escolas Régias (latim, português, música, geometria e lógica), surge a primeira Escola Normal de Caetité, criada em 24/08/1895 e fechada em 29/12/1903, por motivos políticos. Da época, registraram-se as iniciativas privadas no ensino: Escola Americana em 1912 de missionários presbiterianos, depois o Colégio São Luís Gonzaga do padre Luís Pinto Bastos, vigário da freguesia dos padres jesuítas. Expulsos de Portugal em 1910, a Companhia fundou o Colégio na cidade em conexão com o Antônio Vieira de Salvador; depois veio o Colégio Imaculada Conceição, em regime de internato, dirigido por freiras e fundado pelo primeiro bispo da diocese (Dom Manoel Raimundo de Melo – 1915/1925). Do colégio dos jesuítas, surge a Escola Normal (inaugurada em 21/04/1926), O governo, mais tarde, constrói os pavilhões Ruy Barbosa e Góes Calmon, dos quais, atualmente, só existe o Ruy Barbosa, onde está instalada a Câmara de Vereadores de Caetité. Em 1962, a Escola Normal é transformada no Instituto de Educação Anísio Teixeira, escola de formação de professores, um dos cinco Institutos de Educação da Bahia.

Art. 3º A Escola Normal de Feira de Santana, a Escola Normal de Euclides Dantas, em Vitória da Conquista, A Escola Normal de Caetité e a Escola Normal Régis Pacheco, em Jequié, ficaram transformadas em Institutos de Educação, respectivamente com as denominações de Instituto de Educação Gastão Guimarães, em Feira de Santana, Instituto de Educação Euclides Dantas, em Vitória da Conquista, Instituto de Educação Anísio Teixeira, na cidade de Caetité e Instituto de Educação Régis Pacheco, em Jequié (Bahia, 1962).

Nesse processo histórico, no caso do Instituto de Educação Anísio Teixeira há uma permanência no nome da instituição por mais de sessenta anos. O período contempla o tempo cronológico de duas gerações com a inserção das mais variadas propostas pedagógicas e mudanças de leis nos âmbitos federal e estadual.

Como Instituto, dentre os outros cinco existentes na Bahia, foi o que mais resistiu à perda de sua caracterização, enquanto lugar de formação docente, haja vista que encerrou sua última turma em 2014. Com uma longa história de formação docente no Instituto, é salutar a sua preservação, porque é importante conhecer as características dessa escola de formação, identificar as suas funções básicas de ensino e educação, bem como as diferentes concepções e vivências. As atualidades do seu legado estão nas contribuições, nos impactos, nas transformações socioculturais e nas relações de trabalho de muitos educadores da região.

3.1.1 O acervo: memória da instituição de ensino

O acervo que conta a trajetória da formação de professores no Alto Sertão Bahia está tutelado no prédio histórico do antigo Instituto de Educação Anísio Teixeira. Essa documentação, produzida nos mais variados contextos históricos, testemunha as mudanças produzidas pelas transformações sociais e as políticas públicas dos governos que compuseram as propostas de ensino nos âmbitos federal, municipal e estadual e que impactaram diretamente a região.

A importância de se organizar a memória documental de uma instituição escolar reside também no fato de se preservar a memória coletiva de uma região que contribuiu de forma significativa para educação da Bahia. Devido às contribuições no cenário educativo baiano é importante pensar na preservação dos registros documentais e do arquivo da instituição com a finalidade de preservar essa memória documental a fim de oportunizar o acesso à memória coletiva.

A inexistência de propostas de preservação dos acervos tutelados nas instituições de ensino certamente inviabilizará o desenvolvimento de pesquisas e manutenção desse patrimônio em seu local de origem ou a criação de um Centro de Documentação Regional. Para Magalhães e Casimiro (2006, p. 1), o uso dos documentos escolares como fonte histórica vem se desenvolvendo de forma crescente. O processo de discussão alcançado pela Ciência Histórica, pouco a pouco, foi sendo apropriado pela História da Educação.

Assim sendo, o cotidiano escolar, o trabalho docente e os saberes apreendidos e produzidos interferiram nos estudos histórico-culturais da educação. Daí a importância de se preservar fontes documentais construídas a partir dos processos de formação, socialização e identidade do professor.

Portanto, o acervo da Unidade de Ensino não é somente uma fonte histórica, mas é também uma extensão da Secretaria Escolar. Por esse motivo, são espaços físicos que se encontram próximos na referida instituição de ensino. A Secretaria Escolar tem a função de produzir e arquivar os documentos de todos os segmentos de uma escola, uma vez que os documentos produzidos por uma instituição de ensino são testemunhos da vida escolar dos estudantes.

Nesse aspecto, a Secretaria de uma instituição de ensino é uma importante fonte de pesquisa, porque todas as demandas de uma escola entram e saem deste setor. Por isso, um dos momentos mais importantes de um ano letivo é a matrícula. É nesse período que são formadas as turmas, a divisão do quadro de disciplinas de acordo com as matrizes, a programação dos professores e são aplicadas as normativas vigentes.

Cada turma formada é caracterizada por diferentes perfis de alunos, por idade, localização geográfica, entre outros. Nela encontramos diversas particularidades e os momentos vividos são únicos, contribuindo para que a instituição imprima uma identidade, que conseqüentemente estará na memória e cultura da instituição.

Ao chegar à instituição, os estudantes se deparam com o quadro de disciplinas, que mudam conforme as políticas públicas de cada governo. Temos um exemplo claro: as mudanças de nomes e cursos que foram introduzidos na escola de formação de professores do município de Caetité pós-criação do Instituto de Educação Anísio Teixeira, bem como as Matrizes Curriculares do Curso de Formação de Professores da década de 1970 até a década de 1990.¹⁰

¹⁰ Ver Anexos A ao H.

São dados obtidos em alguns momentos e que constituem importantes fontes históricas para estudar algumas dinâmicas da escola. Somados às informações da matrícula têm-se os dados das cadernetas, que apresentam os aspectos qualitativos e quantitativos da vida do estudante durante aquele período letivo e as metodologias adotadas pelo corpo docente para que se estabeleça a conectividade entre os conteúdos e o que se encontra nos quadros das disciplinas.

É na secretaria, também, que se encontram arquivadas as pastas individuais, as condutas disciplinares de alguns estudantes, bem como as leis e portarias de cada período da instituição, uma vez que para toda documentação emitida é necessário um embasamento legal. Constituindo um acervo riquíssimo de informações, a Secretaria do IEAT segue esse ritual há décadas e, por isso, o seu arquivo constitui um importante lugar de memória, que o elege como um espaço de investigação científica relativo a vários aspectos da História da Educação do Alto Sertão da Bahia. Em estudos de Paolo Nosella e Ester Buffa (2013) identificamos a defesa dos arquivos escolares como espaços de uma nova compreensão da história da escola.

Não temos uma soma exata dos documentos da Escola Normal de Caetité com os da atualidade, mas são muitos. Há quase um século de reunião de documentação, os quais guardam muitas memórias da instituição. Desde a ata de instalação, se passaram três gerações de estudantes que contribuíram com as suas vivências para criar uma identidade local na história da educação da Bahia.

De acordo com os documentos do período, em especial o intitulado *Acta da Sessão Solene para a collação de grão dos novos Professores d'esta Escola Normal* (10 de novembro de 1929), constata-se que o evento reuniu autoridades políticas, eclesiásticas, civis, o Inspetor Regional da 9ª Circunscrição Escolar e o corpo docente formado por dezesseis profissionais e doze concluintes.

A escola, recém-inaugurada, possuía um corpo docente diverso e elitizado, o que demonstrava um investimento muito alto para a contratação e efetivação do Curso no município de Caetité. A legislação do período estabelecia os vencimentos e formas de entrada na carreira. Na realidade de Caetité, professores como Alfredo José da Silva, Edgard Pitangueira e outros já eram professores efetivos do Estado; alguns entraram pela indicação política, contratação também prevista na legislação da época (Miguel, 2021). A autora ainda acrescenta:

A legislação validava a ideia de que os próprios docentes (professores da Escola Normal) conduzissem o processo de avaliação em concurso, no entanto, não compreendia que aquele espaço de formação fosse imprescindível para o exercício do magistério. Se a vocação predomina

sobre os conhecimentos primários, qualquer pessoa poderia ter esse chamado e reunir condições para a docência (Miguel, 2021, p. 119).

Naquele período, a maior parte da população era analfabeta, conforme primeiro censo sobre educação no país (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937). Conquistava-se, porém, para a região, uma instituição de ensino mantida com recursos públicos, mas frequentada por grupos oriundos da elite, inclusive com o número de matrículas baixíssimo. O que contradiz o art. 133, da Lei 1.846/25: “*nas aulas do Curso Normal os alumnos se dividem em grupo de 30. Nenhuma classe poderá, entretanto, ter menos de 16 alumnos, com a exceção da realidade de Caetité que contemplava doze alunos*”.

Quantos às formaturas, as articulações políticas são evidenciadas na figura do Presidente da mesa, que era o representante de duas autoridades políticas do Estado da Bahia: o Dr. Victal Henrique Baptista Soares (Governador do Estado) e Anísio Teixeira (Diretor Geral da Instrução). Deocleciano Pires Teixeira¹¹, chefe político do Partido Liberal, naquele momento solene, cumpriu o papel de ser o presidente da Mesa da Colação de Grau e representante de duas autoridades políticas, dentre elas o seu filho Anísio Teixeira e o Governador do Estado da Bahia. A sua atitude consolidou a força política do município de Caetité e registrou o início de um ciclo de formação de professores em uma remota região da Bahia:

Achando-se presentes o Excellentíssimo Senhor Doutor Deocleciano Pires Teixeira, representante do Excellentíssimo Senhor Doutor Victal Henrique Baptista Soares, Governador do Estado e o Excellentíssimo Senhor Doutor Anísio Spínola Teixeira, Diretor Geral de Instrucción, o Diretor desta Escola convidou-os a fazer parte da mesa, sendo que o primeiro na qualidade de presidente.

A Ata de Colação de Grau ainda nos informa, através do discurso do Diretor da Escola, Edgard Pitanguera, a importância que a educação tinha para aquela comunidade e a

¹¹ O Dr. Deocleciano Pires Teixeira, pai de Anísio Spinola Teixeira, estabeleceu-se em Caetité em 1885 e possuía uma extensa família. Era médico, profissão que abandonou para se dedicar à política. Ingressou no Partido Liberal. Exerceu diversos cargos públicos como Deputado Provincial (1882-1889), em 1890 foi Conselheiro Municipal (Vereador) e presidente do Conselho até 1892, quando substituiu o Dr. Joaquim Manoel na Intendência. Foi eleito Senador Estadual no período de 1893/1898 e reeleito em 1899-1904. Não completou seu segundo mandato devido à renúncia em abril de 1903. Após esse período ficou no ostracismo até o reconhecimento da sua posição política pelo Governador do Estado, o Dr. Góes Calmon. Esse reconhecimento deu a Deocleciano Teixeira o status de Governador do Sertão (Santos, 1995).

Segundo (Aguiar, 2011, p. 10), a trajetória política da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia, tem com cerne a atuação de Deocleciano Pires Teixeira no contexto da Primeira República. Os marcos temporais que caracterizam esse protagonismo estão ancorados nos anos de 1885, com a sua chegada em Caetité, e 1924, quando alcançou uma grande vitória política com a eleição de Francisco Góes Calmon para governador da Bahia. Deocleciano usou diversas estratégias econômicas e políticas para driblar os reveses da política baiana na República e alcançar proeminência na região alto sertaneja, com alianças no âmbito local, estadual e federal.

missão daqueles novos profissionais da educação: “dissimular pelos sertões bahianos a instrução”. No entanto, ao analisar o Art. 152 da Lei 1.846/25, fica evidente que a educação não poderia ser disseminada para todos dos “sertões bahianos”. As camadas populares não teriam condições de ingressar no Ensino Elementar e Secundário, porque a Escola Normal era para uma minoria que poderia pagar uma taxa de matrícula de 30\$000.

O discurso de uma educação popular sempre esteve pautado nos princípios da escola republicana, que tinha na sua base uma educação elitista, situação que perdurou no município de Caetité por longas décadas. A defesa da educação popular em um cenário de escolas com bases elitistas evidencia uma contradição entre as promessas de inclusão e as barreiras que limitavam o acesso das camadas populares. Nesse contexto, é essencial considerar que os níveis de educação ofertados eram apenas para o ensino primário e poucas pessoas tinham acesso aos outros níveis de ensino (médio e o superior). As pessoas que tinham acesso ao nível médio no Alto Sertão geralmente ingressavam nas escolas de formação de professores, que remontam à Escola Normal de Caetité (1926).

Embora o Diretor da Escola Normal, Edgard Pitangueira, enfatizasse a relevância da educação para o desenvolvimento da comunidade e a necessidade de levar a instrução aos sertões da Bahia, as disposições legais, como o Art. 152 da Lei 1.846/25, mostravam que essa intenção não se traduzia em práticas efetivas. A imposição de taxas de matrícula, que inviabilizavam o ingresso das camadas populares no Ensino Elementar e Secundário, revela que o modelo educacional vigente beneficiava apenas uma pequena fração da população. Essa discrepância entre discurso e realidade ressalta a urgência de se repensar as políticas educacionais, para que se estabeleçam verdadeiros caminhos de acesso à educação para todos, independentemente de sua condição socioeconômica.

O Art. 152 ainda apontava que a taxa de matrícula poderia ser paga em duas prestações: “a 1ª no acto de matricular-se, e a 2ª no mez de Julho”. No parágrafo único da Lei, havia uma exceção para os órfãos, os recolhidos às instituições pias e os patrocinados por instituições de assistência. A Lei nº.1846/25, também citada na Ata de Colação de Grau de 1929, trata do caráter laico do ensino, e no Art. 6º: “É livre o exercício do Magistério sob as condições presentes na lei”; no entanto, cita restrições em relação à localização do prédio das aulas, atenção para inspeção higiênica e o perfil legal para os que assim desejassem exercer o magistério.

Entre a incoerência legal e uma realidade de sertão pobre e sem investimentos públicos, são observadas muitas dificuldades e exclusão, principalmente neste começo. No município de Caetité, que se formou entre complexas relações de culturas diversas, a maior

parte da população vivia da agricultura de subsistência. Por outro lado, com a instalação da Escola Normal formou-se uma elite ligada à educação. Essa elite exerceu grande prestígio na comunidade por muitas gerações. Inclusive muitas instituições sociais foram batizadas por esses profissionais que prestaram valorosos serviços à educação na comunidade local e outros municípios da Bahia. Muitos deles fizeram parte do corpo docente do Instituto de Educação Anísio Teixeira e deram vida a essa escola que passou a ser uma importante referência de instrução para o Estado da Bahia.

3.2 O IEAT, escola-mãe do Alto Sertão da Bahia

Nesta subseção do texto, abordamos o IEAT como escola que se tornou referência na região e veio contribuir, através da formação de novos profissionais, para a instalação de novas unidades de ensino muito além de Caetité, conforme poderemos acompanhar pela apresentação e discussão de documentos a seguir, como o livro de ata da Instalação da Escola Normal: Solenidades e Congregação, que se efetivaram de 20/04/1926 a 16/01/1997, período anterior ao marco temporal estabelecido aqui, porém revelante para se conhecer o histórico da instituição. Consideramos relatos e cabeçalhos dos eventos promovidos pela Escola Normal de Caetité, de 1941 até 1962, e constatamos que passou por diversas fases e consequentes mudanças na designação dos cursos, segundo o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Nomes recebidos pelo Instituto de Educação Anísio Teixeira antes da Lei Nº 1.629 de 23.02.1962

1941	Escola Normal de Caetité
1942	Escola Normal de Caetité
1943	Escola Normal de Caetité
1944	Escola Normal Rural de Caetité
1945	Escola Normal Rural de Caetité
1946	Escola Normal Rural de Caetité
1947	Escola Normal Rural de Caetité
1948	Escola Normal Rural de Caetité
1949	Escola Normal Rural de Caetité
1950	Escola Normal Rural de Caetité
1951	Escola Normal Rural de Caetité
1952	Escola Normal de Caetité
1953	Escola Normal de Caetité

1954	Escola Normal de Caetité
1955	Escola Normal de Caetité
1956	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1957	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1958	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1959	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1960	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1961	Escola Normal e Ginásio de Caetité
1962	Instituto de Educação Anísio Teixeira

Fonte: Ata da Instalação da Escola Normal Solenidades e Congregações (20.04.1926 a 16.01.1997).

Nos anos de 1944 a 1951, a Escola Normal de Caetité e de Feira de Santana foram transformadas em Escola Normal Rural, em um contexto que a legislação defendia instituições para a formação de professores que atendessem aos interesses defendidos pelos setores rurais do período. A educação para o homem do campo, no período intitulado Estado Novo, pautava-se em conceitos de civismo, patriotismo e educação para o trabalho. Objetivava também a integração do Brasil nos âmbitos geográficos e econômicos. Portanto, a Constituição de 1937 contemplava a educação como ferramenta responsável pelos valores cívicos e econômicos.

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (Brasil, 1937).

A formação para a educação rural defendida na legislação no ano de 1937 chega ao Sertão Baiano em 1944, e de acordo com o quadro curricular da escola de Caetité apresentava uma divergência na formação dos profissionais para atuarem nesta modalidade de ensino. Considerando os documentos do período de 1949 a 1952, na Escola Normal Rural (Ginásio de Caetité) foi identificado que o ingresso na instituição se dava por Exame de Admissão a partir dos resultados obtidos nas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História. Os níveis de ensino eram designados em ciclos (1º Série, 2ª Série, 3ª Série e 4ª Série) e as disciplinas distribuídas como mostra o Quadro 2, adiante.

Quadro 2 - Distribuição das disciplinas por séries no Instituto

ANO	SÉRIES	DISCIPLINAS
1949	1ª Série	Português, Latim, Francês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, Geografia Geral, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico.
1950	2ª Série	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico.
1951	3ª Série	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho e Canto Orfeônico.
1952	4ª Série	Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História Brasil, Geografia Brasil, Desenho e Canto Orfeônico.

Fonte: Elaboração própria com base no Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Ficha Individual do Aluno do 1º Ciclo da Escola Normal Rural de Caetité do Período de 1949 a 1952.

Na análise do quadro de disciplinas, na ficha individual do(a) aluno(a) do período de 1949, foi possível perceber que, além da escola de Caetité atender os aspectos da legislação posteriormente à publicação da Constituição de 1937, não atendia à proposta de formação de professores para atuarem nas zonas rurais do Sertão da Bahia. A proposta pedagógica de uma Escola Normal Rural deveria contemplar, conforme Werle, Sá Brito e Nieonov (2007), três conhecimentos imprescindíveis: agricultura, enfermagem e higiene. Portanto, a realidade da formação de professores da Escola Normal Rural de Caetité, evidenciada nos documentos, configurou-se mais urbana do que rural.

De acordo com Lourenço Filho (1953 apud Ferreira; Lima, 2020), a maioria dos cursos regionais destinados à formação de docentes para atuar na zona rural ainda não se inseriu nas condições exigidas pelas normativas de criação dos cursos normais rurais; no entanto, os profissionais envolvidos no processo realizavam um trabalho que merecia ser reconhecido e analisado. Com base no Plano Anísio Teixeira, bem como na construção do prédio em que funciona atualmente o IEAT, há de se evidenciar que o mesmo se encontrava em uma fase de transição de governos, o que justifica manter na documentação da escola um título antigo e apresentar um quadro de disciplinas com uma formação mais urbana.

As Escolas de Iniciação Agrícola foram criadas em 1947, no governo do General Eurico Gaspar Dutra, conforme Decreto nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947. A Lei fixa a rede de estabelecimento para o ensino agrícola no território nacional. Estes deveriam obedecer às disposições da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, aprovada pelo Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, o qual estabelecia bases para a organização e o regime do ensino agrícola, que seria um ramo do ensino até o segundo grau. Era destinado exclusivamente para a

preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. No Capítulo I, das finalidades do Ensino Agrícola, Art. 4º, está registrado: “Ao ensino agrícola cabe ainda formar professores de disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços a esse ensino relativo, e bem assim aperfeiçoar-lhes os conhecimentos e competências” (Brasil, 1946).

Em conformidade, também, com a Revista do Serviço Público, de março de 1955, há um informativo sobre o tema, comunicando que Caetité recebe uma Escola de Iniciação Agrícola: *Escola de Iniciação Agrícola de Caetité-Bahia*. Informa ser da competência do Ministério da Agricultura o funcionamento de, naquele ano, 86 estabelecimentos destinados ao ensino agrícola, com localização em zonas rurais dos pontos mais variados do país, ora pertencentes à rede federal permanente, ora mantidos sob a forma de acordo entre a União e os Estados ou Municípios.

A escola de Iniciação Agrícola só poderia funcionar com a autorização do Ministério da Agricultura. Em Caetité o estabelecimento foi implantado em uma parte afastada da cidade, região que popularmente ficou conhecida na cidade como “Escola Agrícola”, atualmente Bairro Prisco Viana. Esses estabelecimentos seriam destinados à formação de mecânicos agrícolas e de moças habilitadas na economia rural doméstica. Em 1973, através de portarias e decretos normativos, o espaço da “Escola Agrícola” foi utilizado para a prática escolar do antigo Curso de Agropecuária do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

No Parecer nº 026-75, do Diário Oficial de 04/03/1975, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento de Cursos Profissionalizantes em nível de 2º Grau no Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité. De acordo com o Diário, em 1973, a referida escola requereu, junto aos órgãos competentes, a autorização para a implantação do Curso de Técnico em Agropecuária, porque, segundo o órgão, era esse estabelecimento o detentor “das melhores tradições pedagógicas”, que originalmente projetou-se como Escola Normal Rural de Caetité, sendo depois transformado em Instituto de Educação, o que o incluiu na categoria de Centro Regional de Educação na perspectiva do Plano Anísio Teixeira, que não foi efetivado no Estado.

Mesmo sem a devida efetivação do Plano Anísio Teixeira, o município de Caetité, terra natal do educador, foi contemplado com a construção de um “majestoso conjunto arquitetônico”, no padrão iniciado pela gestão Anísio Teixeira, a fim de constituir um centro regional, a exemplo das transformações da Escola Normal de Feira de Santana.

O texto do mesmo Diário ainda cita que a região de Caetité passou por um período de desequilíbrio na liderança educacional regional, ocasionada pelo desenvolvimento de outros municípios vizinhos. Para Caetité consolidar esse protagonismo foi instituída a sede da

Secretaria Estadual de Educação, na implantação de uma das vinte e duas Coordenadorias Educacionais do Estado, o que perdura até os dias de hoje, com o nome de Núcleo Territorial de Educação (NTE 13), e que iria revitalizar as aspirações populares relativas à educação no município.

Assim, “as tradições pedagógicas” postuladas pela herança da Escola Normal e materializadas no Instituto de Educação Anísio Teixeira estavam relacionadas, a princípio, às práticas, metodologias e valores educacionais; enfatizavam uma abordagem voltada para a formação integral do educador, integrando aspectos teóricos e práticos, além de promover uma educação laica e pública. No Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), essas tradições foram revitalizadas com o resgate do antigo Curso Normal Colegial, que preparava docentes para atuarem em diferentes contextos educacionais. Além disso, a instituição ampliou sua oferta ao incluir cursos profissionalizantes nas áreas de Agropecuária, Saúde e Comercial, refletindo uma visão mais abrangente da educação. Essa combinação não apenas atendeu às demandas sociais e econômicas da comunidade, mas também consolidou um compromisso com a inovação e a relevância da educação, preparando cidadãos para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

As propostas de inserção de novos cursos profissionalizantes e adequação do Curso Normal Colegial tinha como base legal a Lei 5.692/71 e as resoluções do Conselho Estadual de Educação Nº 125-71, 144-72 e 155-73, que tratam da Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus em sentido amplo, e pela Resolução 154-73, que transforma os antigos estabelecimentos do Ensino Normal em escolas de 2º grau.

Os documentos legislativos do período informam que a comunidade local se pautou no Plano de Implementação para solicitar as ofertas dos cursos técnicos profissionalizantes no Instituto de Educação Anísio Teixeira. Vários segmentos da sociedade caetiteense ligados aos setores da economia, como produtores agrícolas, profissionais da saúde e comerciantes, se uniram ao corpo docente e a Direção do IEAT, com o objetivo de lutar para que a oferta dos cursos acontecesse na referida instituição. Ocorreram muitas reuniões nas quais entidades públicas (Prefeitura Municipal, Hospital Regional, Posto de Higiene), privadas (ANCARBA, ORPAM LTDA, RINAJ-LTDA, ESCRITÓRIO MODELO), entre outros, firmaram compromisso juntamente com os professores da comunidade para lecionar disciplinas específicas.

Depois da inspeção prévia das instalações físicas da escola que iria ofertar os cursos e análise dos *Curriculum Vitae* de todos os professores, de se cumprir providências processuais por longos anos, foi estabelecido um cronograma de implantação com previsões para o início

dos cursos em 1973, com aprovação em 17.02.1975 e autorização depois da análise do Conselho Estadual de Educação em 04.03.1975.

Para corresponder às adequações da Lei e o pedido da comunidade local, o Instituto teve um crescimento significativo na matrícula, com ampliação dos cursos, mudou-se o nome e passou a ser o Complexo Escolar Anísio Teixeira (CEAT). A mudança de nome foi somente para fins legais, porque estava impregnada na comunidade a sua identidade como Ginásio de Caetité, o que perdura até os dias atuais.

Mesmo após a implantação dos Cursos Técnicos Profissionalizantes no Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), a sua identidade de curso era o Magistério, até porque a instituição carregava a herança dessa formação que foi extremamente significativa para a região. Portanto, desde que foi reformulado, por meio da Lei 5.692/71, o Curso de Magistério passou por muitas adequações, conforme detalha o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Nomenclaturas de títulos, cursos e habilitações

ANO	BASE LEGAL
<p>Até 1974 Título: Professor Primário Curso: Professor Primário</p>	<p>Lei 4.024/71 de 20.12.1961 Lei Orgânica do Ensino da Bahia nº 2463/67 de 13.09./67</p>
<p>A partir de 1975 Título: Professor do Ensino de 1º Grau 1ª a 4ª Série Curso: Formação para o Magistério (até 1979) Habilitação: Formação para o Magistério</p>	<p>De acordo com os Arts. 6º e 16º da Lei 5.692/71 de 11.08.1971 e com o disposto do Regimento Escolar</p>
<p>Em 1980 Título: Professor do Ensino de 1º Grau da 1ª a 4ª Série Curso: Habilitação Profissional Plena do Magistério do 1º Grau Habilitação: Habilitação Profissional Plena do Magistério do 1º Grau</p>	<p>Lei 5.692/71 De acordo com os Arts. 30 alínea “a” e 16 da Lei 5.692/71 de 11.08.1971, combinados com os Arts. 4º e 6º da mesma Lei.</p>
<p>A partir de 1981 Título: Professor do Ensino de 1º grau da 1ª a 4ª série Curso: Magistério de 1º grau</p>	<p>Lei 5692/71 De acordo com os Arts. 6º e 16º da Lei 5.692/71 de 11.08.1971 e com o disposto do Regimento Escolar</p>

Habilitação: Magistério de 1º Grau	
A partir de 1982 Título: Professor do Ensino de 1º grau da 1ª a 4ª série Curso: Magistério de 1º grau Habilitação: Magistério de 1º grau	Lei 7.044/82 de 18/10/1982 De acordo com o Art. 16 da Lei 7044/82 de 18/10/1982
A partir de 1997 Título: Professor do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série Curso: Magistério do Ensino Fundamental	Lei 9394/96 de 20.12.1996 De acordo com o Art. 24, Inciso VII, da Lei 9394/96 de 20.12.1996 e do disposto do Regimento Escolar.
A partir de 2004 Título: Professor da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental Curso: Formação de Docentes em Nível Médio – Modalidade Normal	Lei 9394/96 de 20.12.1996 De acordo com o Art. 24, Inciso VII, da Lei 9394/96 de 20.12.1996 e do disposto do Regimento Escolar.

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Manual do Secretário Escolar do Estado da Bahia – SEC/BA.

As reformulações no Curso de Formação de Professores transformaram a escola para atender uma legislação, como também modificaram o ambiente sociocultural no sentido de construir e desconstruir valores já solidificados, imprimindo uma identidade local. Nas análises da Legislação, no decorrer dessa argumentação, discute-se o processo histórico de um curso de formação de professores, nas suas particularidades, bem como essas transformações se consolidaram ao longo do tempo. As instituições escolares no Alto Sertão da Bahia surgiram no período de transição das escolas religiosas e na inserção da escola pública, leiga e gratuita. As dificuldades foram imensas, pois até hoje a educação ainda sofre restrições de classe social por ser herdeira de uma sociedade que pouco pensou em uma proposta educacional para as camadas populares. Mesmo com o objetivo de “dissimular pelos sertões bahianos a instrução” (Ata de Colação de Grau, 1929) e as aspirações de movimentos de alguns intelectuais que se empenharam em possibilitar o acesso à escola pública, a população menos favorecida, por muitas gerações, continuou em condição excludente.

As ideias liberais estiveram presentes no embasamento teórico de lideranças educacionais, a exemplo do filósofo Anísio Teixeira, articulador de várias políticas públicas que repercutiram no âmbito nacional, com destaque no estado da Bahia e no município de Caetité, sua cidade natal. Anísio Teixeira fazia parte da elite caetiteense e a sua atuação na política foi uma articulação do Dr. Deocleciano Pires Teixeira, seu pai. No entanto, esse

filósofo defendia a ideia de uma educação pública universal. Criticava o sistema dual de ensino, que distanciava as elites das camadas populares. Paradoxalmente, a escola em Caetité que leva o seu nome, por muitos anos, foi frequentada pelas camadas mais favorecidas do município. É bem verdade que estamos nos referindo aos mais favorecidos de um lugar que é sertão, certamente, muitas pessoas que não conseguiam sobreviver em grandes centros. Teriam se instalado no lugar se houvesse possibilidade em grandes centros?

Consideramos, no entanto, que eram pessoas que se vincularam à cultura escrita, privilégio que ainda não tinha chegado à população regional, na maioria, naquela circunstância. Processualmente, a camada popular foi acessando o ensino e, dentre os integrantes, pode-se perceber uma junção de pessoas que indicam uma diversidade, conforme fotografia¹² que compõe os estudos de Marques (2021, p. 200).

Como destaca Marques (2021), o *Pequenique Flor da Índia 1932*, título da figura mencionada, indica o ano de 1932 e demonstra a integração de vários públicos em experiências educativas, não necessariamente escolares. Deste modo, mulheres, homens, adolescentes e crianças, em práticas educativas, vivenciam o que Chartier (1991) discute sobre a importância da escrita como uma das conquistas da era moderna. Se estiver em uso, tem-se possibilidade de acessá-la.

Todavia, foi somente a partir da Lei 5.692/71 e da oferta dos Cursos Técnicos Profissionalizantes que os segmentos populares da cidade tiveram maior acesso ao Instituto, que passou a atender mais pessoas da região, segundo informações obtidas nas Atas de Resultados Finais dos Alunos que frequentaram a referida instituição de ensino nos períodos de 1970 a 1990 (Quadro 4).

Quadro 4 - Cursos, Graus e Séries do IEAT entre os anos de 1970 a 1990

ANO	GRAU, SÉRIES E CURSOS
1970	Ginásial: 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a Científico: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Colegial: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Normal : 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a
1971	Ginásial: 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a Científico: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Colegial: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Normal : 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a

¹² Anexo I (Figura 7).

1972	Ginasial: 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a Científico: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Colegial: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Normal : 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	
1973	Ginasial: 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a Científico: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Colegial: 1 ^o , 2 ^o e 3 ^o Normal : 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	
1974	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Normal: 2 ^a e 3 ^a Séries
1975	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries
1976	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Enfermagem: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries Supletivo do 1 ^o Grau
1977	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Enfermagem: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries
1978	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Enfermagem: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries
1979	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Enfermagem: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries
1980	1 ^o Grau 2 ^o Grau	5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a Séries Básico – 1 ^a Série Agropecuária: 2 ^a e 3 ^a Séries Contabilidade: 2 ^a e 3 ^a Séries Enfermagem: 2 ^a e 3 ^a Séries Magistério: 2 ^a e 3 ^a Séries

1981	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1982	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1983	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1984	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1985	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1986	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1987	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1988	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1989	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries
1990	1º Grau 2º Grau	5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries Agropecuária: 1ª, 2ª e 3ª Séries Contabilidade: 1ª, 2ª e 3ª Séries Enfermagem: 1ª, 2ª e 3ª Séries Magistério: 1ª, 2ª e 3ª Séries

Fonte: Atas de Resultados Finais de 1970 até 1990 - Secretaria do IEAT.

Diante do exposto, consideramos a análise dos processos educativos dentro do contexto em que os fenômenos históricos estão inseridos, lugar privilegiado no qual o pesquisador da educação precisa se atentar aos pequenos detalhes para evitar ideias anacrônicas nas suas elucidações. Consideramos, ainda, que a educação também pode ser compreendida a partir da observação das mudanças sociais, pois elas interferem na normatização dos valores, costumes, comportamentos e atitudes. As leis validam essas transformações.

Sobre este quesito, na subseção a seguir busca-se discutir a ressignificação do Instituto de Educação Anísio Teixeira neste tempo em que não se justifica mais realizar o que é mola propulsora da sua história, a formação docente. Por que não ressignificar suas histórias e memórias, realizando o ensino que está garantido em leis atuais?

3.3 O IEAT, proposta de ressignificação da formação docente

Cada ciclo experimenta uma transformação que, de forma direta ou indireta, impacta as instituições. Essas, por sua vez, principalmente as do âmbito público, foram responsáveis por oportunizar muitas mudanças e proporcionar conquistas reais para os segmentos menos favorecidos da nossa sociedade, enquanto exercício da cidadania.

O conceito de cidadania está reafirmado na Constituição de 1988, que dedica dez artigos no capítulo III à educação. Os princípios constitucionais são fundamentais para assegurar os direitos de todos os brasileiros na luta pelas condições de vida mais dignas. Os educadores têm muito a contribuir para que essas conquistas sejam uma realidade, porque a educação exerce um papel importante na construção de uma sociedade em que prevaleça mais solidariedade e empatia.

Cada ciclo que uma sociedade vive traz as suas especificidades que podem vir com as mudanças e permanências. A organização e o funcionamento de uma educação não dependem apenas de leis, até porque toda legislação decorre de uma subjetividade. A Lei, por si só, não é capaz de mudar uma realidade educacional. É preciso que haja a ação de pessoas que estejam empenhadas para que uma realidade seja modificada, de modo que as mudanças vêm dessas interpretações e daquilo que cada um internaliza.

As instituições escolares adquirem a autonomia de materializar os objetivos contidos nas políticas educacionais e, conseqüentemente, criam ciclos na história da educação, a exemplo do que está por trás das normatizações do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

As normativas, com os seus princípios legais, são elementos básicos para a execução de políticas educacionais que sustentam as esferas federal, estadual e municipal. Essas normativas estabelecem os fins da educação e os meios para alcançá-los. Ao se considerar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) instrumentos regularizadores da educação brasileira, percebemos que os princípios constitucionais são responsáveis por assegurar direitos e promover transformações no setor educacional.

Assim, as mudanças ocorridas nos períodos dos cursos Normal, Normal Rural, Ginásio, Colégio Estadual e Instituto perpassaram por espaços de tempo em que cada uma dessas Leis dialogaram com as mudanças da sociedade local e suas aspirações, tendo em vista corresponder às aspirações da sociedade.

A reforma 5.692/1971 foi aprovada após onze anos de discussões entre os parlamentares que a propuseram. Segundo Demerval Saviani (2013), é ela que reformula a primeira LDB 4.024/61. Em seu texto, *Funções de Preservação e de Deformação do Congresso Nacional na Legislação de Ensino: um estudo da política educacional*, ele desperta a atenção do pesquisador para aspectos que passam despercebidos sobre as emendas propostas pelos parlamentares aos projetos de leis do ensino, cujo teor se mostra eminentemente tecnicista.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) surgiu vinte e quatro depois e também passa por várias trajetórias importantes de elaboração e aprovação. Seu surgimento aconteceu com o Projeto de Lei na Câmara dos deputados através da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, posteriormente foi apresentada à sociedade através de um debate público em setembro de 1988.

Por outro lado, o Congresso Constituinte teve a atuação de intelectuais, como Florestan Fernandes, que presidiu e elaborou o capítulo “educacional” da Constituição de 1988, com o lema “Recursos Públicos exclusivamente para a escola pública”.

A proposta da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) não foi consenso entre os seus proponentes e, mesmo havendo discordância entre os parlamentares, o projeto foi aprovado pela Comissão de Educação por unanimidade e a partir daí passou a tramitar por outras comissões. Em janeiro de 1991, seguiu para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, passando por mais de mil e duzentas modificações.

O parecer dado por Darcy Ribeiro inicialmente foi rejeitado pelo projeto que concorria com o seu, mas a Câmara aprovou o proposto pelo Senador, o chamado substitutivo “Darcy Ribeiro”, que depois de passar pela Câmara foi acatado sem nenhum veto em dezembro de 1996 como a Lei 9.394/96.

A Lei 9.394/96 passou por avanços e recuos no que se refere ao Ensino Fundamental. Dentro dos avanços, a nova Lei abre possibilidades para que as práticas pedagógicas sejam ressignificadas e inovadoras, porque consideram que os princípios constitucionais são primordiais na vida dos cidadãos.

A nova Lei abrange todos os níveis da educação e reforça a importância da política pública educacional. É mais flexível porque articula em um único documento todos os níveis de ensino, da educação infantil até a Universidade, incluindo as especializações. Contempla também, além do ensino público, o ensino privado, a educação das minorias no que diz respeito às culturas e etnias.

A Lei 9.394/96 descentraliza a responsabilidade da educação do âmbito federal para as esferas estadual e municipal; as escolas ganham o status de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Toda a comunidade escolar é responsável pela elaboração do projeto político-pedagógico e colegiado escolar. No que se refere ao currículo, há uma base comum e outra diversificada que deverá atender às especificidades locais. Ela contempla todas as modalidades de ensino e formas de progressão e avanço.

Em relação aos recuos da Lei 9.394/96, há uma generalização no conceito de educação, o que ocasiona em um equívoco quanto à educação escolar e ensino. Outro aspecto que deve ser considerado é que o Plano Nacional de Educação (PNE) não é descentralizado, porque é elaborado pela União, o Conselho Nacional de Educação (CNE) ficou com suas atribuições restritas e as instâncias de participação democráticas diminuíram.

Demerval Saviani (2013) apresenta uma análise de documentos da legislação que foram importantes para o processo de tramitação da LDB 9.394/96 no congresso. Vale salientar que o primeiro esboço desta LDB tem a sua contribuição autoral e indica o quanto o estudo das leis que embasam as instituições escolares e a educação no nosso país permite entender uma possibilidade de fenômenos educacionais, por exemplo: a razão de se criarem políticas públicas no campo educacional, formação e profissionalização de professores. De todas as informações esboçadas neste estudo, há de se considerar que uma Lei não se restringe a artigos que tratam dos direitos e deveres. Ela é resultado das articulações e aspirações políticas de grupos divergentes. No título I, percebe-se que a família é considerada a instituição mais importante no processo formativo. Ela educa as pessoas para a vida em comunidade, e as instituições de ensino são responsáveis pela instrução e pesquisa, porquanto é nesse espaço que os conhecimentos produzidos pela humanidade são socializados. Logo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

A educação exerce um importante papel na nossa sociedade, que sofre as consequências de um sistema econômico desigual, onde só o conhecimento, a distribuição equânime da renda, dentre outros fatores, permitem-nos assegurar direitos que serão ferramentas para se conquistar a cidadania. No quesito educação, em uma sociedade democrática, todos nós somos responsáveis: desde o poder público, com as instituições do estado, à comunidade escolar.

Assegurar a conquista da cidadania deve ser uma luta de todos os segmentos envolvidos no processo educativo. Os direitos assegurados pela legislação são resultados de ações coletivas que transformam uma realidade. Lutar por uma educação de qualidade é uma tarefa coletiva que repercute nas decisões dos administradores públicos.

Por outro lado, é preciso considerar que o trabalho humano traz consigo subjetividades e imprime uma identidade a cada realidade local. No entanto, a legislação une as especificidades, apesar de entender a diferenciação apresentada nas condições de trabalho de cada escola. É a instituição de ensino, em articulação com a comunidade escolar, que tem o poder decisivo sobre a execução das políticas públicas. Essas instituições estão na base – é “o chão da escola” de quem conhece as especificidades do local. Infelizmente essas observações não são consideradas pelos governos. Daí a importância ouvir aqueles que estão na base, porque eles possuem a sensibilidade de entender a vivência escolar que faz parte do cotidiano. É nesse cotidiano que surgem as inspirações para os programas e ações propostos ao público escolar.

As diretrizes para a formação do magistério no Sistema Educacional do Brasil, a partir da Lei 9394/96, nos ajudarão a entender os fundamentos que orientaram a nossa formação e os aspectos que caracterizaram a sociedade no período em que a lei está sendo executada. A formação do professor se dá na prática e nas suas vivências cotidianas, o que poderá resultar em uma reflexão científica, política e social. Nessa formação, devem ser considerados: as condições, a identidade local e o contexto histórico.

Neste prisma, no início da década de 1990 o IEAT recebeu uma equipe significativa de professores através de um concurso público estadual. A grande maioria deles ex-alunos da

instituição e egressos da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, hoje UNEB – Campus VI. Os saberes adquiridos nas vivências e aqueles adquiridos a partir de processos de formação, ou seja, através da capacitação de professores, em cursos, ingressos nas licenciaturas e nas pesquisas, tornaram o fazer pedagógico mais significativo e contribuíram positivamente para a elevação do ensino na comunidade caetiteense.

Esse grupo de professores fez história, porque muitos são oriundos das camadas populares, os quais passaram a ocupar posições em uma escola pública que anteriormente era frequentada pelas minorias locais. Seguindo o pensamento do Constituinte, Florestan Fernandes, no seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006), observa-se que é preciso romper a opressão dentro das escolas, e estas devem possuir um caráter emancipador dos educandos, professores e trabalhadores da educação, características que compõem um espaço escolar democrático. É válido salientar que na história foi um marco ex-alunos que entraram no processo de expansão da escola pública, aqui, em especial, o IEAT; entraram por concurso público, conforme o estatuto do Magistério Público da Bahia:

Art. 14 O ingresso em qualquer dos cargos das carreiras do magistério público estadual dar-se-á sempre mediante concurso público de provas, de provas e títulos, ou de títulos, observada a legislação específica, em cada caso (Bahia, 1975).

A atuação de vários profissionais de educação na sociedade local está ligada à história de formação acadêmica em instituições que surgiram a partir das propostas normativas destinadas à educação no Alto Sertão, com destaque do protagonismo de Caetité como Centro Educacional no Estado da Bahia.

Diante disso, é preciso atentar para as intenções decorrentes da subjetividade política e suas articulações. Nesse sentido, o educador cidadão deve ter a percepção das normativas, o porquê elas são criadas e como elas devem ser executadas nas instituições escolares. O entendimento dessas normativas legais, assim como dos aspectos pedagógicos, é importante para a formação dos professores.

A formação de professores apresentada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, no artigo 61, trata da formação inicial e continuada:

Art. 61 – A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I- a associação entre teorias e práticas, mediante a capacitação em serviço;
- II- aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (Brasil, 1996).

A articulação entre teoria e prática na formação do professor é um aspecto bastante relevante. Através das vivências docentes é que são possíveis as relações entre a academia e o exercício profissional daqueles que vivem a educação. Nas suas reflexões como educador o professor aperfeiçoa a sua prática docente. Por isso, a reflexão tem a intenção de aprimorar as vivências docentes e, conseqüentemente, transformar vidas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam que a formação docente deve ser um processo reflexivo, ou seja: “a formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim, como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa” (Brasil, 1997, p. 30-31). Dos 92 artigos da LDB 9.394/96, muitos deles, de forma direta ou indireta, remetem ao tema “valorização dos profissionais de educação”.

Na legislação, o termo Profissionais de Educação aponta para todos os profissionais de uma Instituição de Ensino (Professores, Corpo Técnico Administrativo, Porteiros, Pessoal de Apoio, Faxineiros e Merendeiras). Todos são colaboradores que atuam no processo ensino-aprendizagem e são corresponsáveis pela qualidade do ensino.

Numa sociedade democrática, a educação deve ser vista como prática social e nem sempre é o resultado do consenso dos grupos que a fazem. A divergência de opiniões chama a atenção para as mudanças e através delas é que a sociedade se transforma. Ao apontar as normativas que definem a trajetória de uma instituição de ensino no interior da Bahia, percebemos que a temática principal foi a formação de pessoas para atender as mais variadas demandas do Estado, nos diferentes ciclos e contextos históricos. São normativas que partem de uma determinação geral, no âmbito federal, para as particularidades estadual e municipal.

A legislação apontou para uma característica universal, mas, em sua singularidade, observamos o quanto a instituição cria uma identidade própria que a distingue das demais. O IEAT é uma instituição de ensino que muito contribuiu na formação do Alto Sertão da Bahia. Por ocasião do Jubileu de Ouro da Escola Normal de Caetité ele recebeu uma homenagem descrita na Ata do Cerimonial. Foi comparado a uma “joia preciosa do Sertão da Bahia” (Azevedo, 1976).¹³

¹³ Vasty Azevedo – Ex-Professora do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Compara o IEAT a uma “Joia preciosa do Sertão – Ata do Jubileu da Escola Normal – 26/04/1976. (Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT).

A frase que homenageia o IEAT ilustra a sua relevância como instituição e como lugar de memória. O seu acervo guarda muitas histórias e nos convida a pensar como o espaço escolar pode ser um lugar de vivências e convivências históricas. Criar um espaço para abrigar a Memória da Educação no Alto Sertão da Bahia é uma ação de extrema relevância e sensibilidade dedicadas ao legado deixado pela formação de professores no interior do estado.

Atualmente, há um grande interesse de pesquisadores pela temática “História da Educação Local”; daí, a necessidade de preservar a nossa memória que está nas instituições formadoras. Para que ocorra a formação docente é preciso também que existam as suas agências formadoras. Aqui, neste estudo, estamos apresentando o Instituto de Educação Anísio Teixeira, uma Agência de Formação, ou seja, uma escola de formação de professores que testemunhou os mais variados contextos históricos, legislações e gerações que abordaram o processo inicial da formação docente no Alto Sertão da Bahia.

Esta instituição contribuiu, por décadas, na formação inicial de professores que ao ingressarem na profissão passaram a atuar em várias áreas do âmbito educacional do contexto baiano, indicando que o cotidiano escolar permite que as escolas produzam diversos tipos de documentos que são importantes fontes para a educação e para a sociedade. Por isso, esses espaços constituem-se em locais para a compreensão dos aspectos pedagógicos, das vivências, base para a construção de histórias de vida e das instituições.

Desse modo, é preciso pensar na conservação e organização da documentação das Escolas do Complexo Integrado de Educação¹⁴, a atual modalidade, em construção, que certamente será lugar para o ensino. Se não houver integração, principalmente dos que contribuíram ou contribuem para a história e memória do IEAT, o que acontecerá com todo o acervo produzido ao longo de tantos anos?

Como proposta de pesquisa, cabe a este texto, também, sugerir ressignificação do acervo do IEAT para fins de extensão e de pesquisa, considerando a aproximação direta com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e com projetos afins, de modo parceiro, a fim de realizar práticas educativas que indiquem o IEAT como lugar que fez e faz formação docente, considerando que poderá estimular os jovens do momento atual a buscarem a formação em licenciaturas do próprio campus da UNEB, que se integra ao novo projeto educacional.

Nessa direção, projeta-se o espaço público para disponibilizar o acesso e a recuperação, de forma eficiente, das informações contidas nos arquivos escolares, tendo em vista o direito à informação que está assegurado na nossa atual Constituição Federal e nas

¹⁴ Complexo Integrado de Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Caetitê. Criado pela Portaria nº 802/2024, Diário Oficial de 19/02/2014.

Leis Estaduais, que tratam da obrigação de disponibilizar essas informações para o público, que tem o direito de acesso aos arquivos mantidos pelo poder público. Portanto, a Lei Nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, assegura o seguinte:

Dos arquivos públicos

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Regulamento

§ 1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§ 2º - A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivista pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º - A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivista pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis (Brasil, 1991).

O pedido para criação de espaços diversos de memórias, conforme sugestão deste trabalho, parte da necessidade de potencialização de lugares de pesquisa, como os arquivos escolares na condição de lugares de memória para a produção científica. O IEAT abriga uma documentação de quase um século de história, haja vista que ele possui no seu acervo a documentação da Escola Normal de 1926, alguns recursos didáticos do período e livros pertinentes à temática em estudo que se encontram preservados na Biblioteca da instituição.

As instituições escolares, a exemplo do IEAT, são herdeiras de uma construção de memórias coletivas, associadas aos mais distintos contextos históricos. O Alto Sertão da Bahia teve o privilégio de conhecer, preservar e divulgar as memórias da educação local através da trajetória vivenciada por todos aqueles que um dia puderam usufruir dos ensinamentos adquiridos nos bancos escolares da Antiga Escola Normal ao majestoso Instituto de Educação Anísio Teixeira.

4 A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DOCENTE NO ALTO SERTÃO BAIANO

4.1 As Escolas Normais de Caetité (1895-1926)

Destaca-se, inicialmente, que as primeiras escolas normais do Brasil possuíam um caráter elementar. Santana *et al.* (2011, p. 182) lembram, com base em seu estudo, que

A escola publica funcionará em prédios construídos expressamente para esse fim pelo Estado, Municipalidades ou particulares ou em prédios locados pelo Governo, depois de reconhecida pela auctoridade escolar e médica, respectivamente, as suas boas condições pedagógicas e hygiênicas.

As primeiras Escolas Normais no Brasil possuíam um caráter elementar. Eram instituições de ensino dedicadas à formação de professores para atuarem no ensino primário, o que não foi diferente para o Estado da Bahia. Segundo Anísio Teixeira (2001, p. 11), essa escola primária, no sistema escolar baiano, deveria ser reconhecida por ser essencialmente uma organização escolar baiana, por ser sobretudo educativa, com métodos e recursos inovadores adaptados ao ensino e às particularidades da região.

O fenômeno da escolarização no Brasil atingiu quase todas as regiões, dentro das especificidades locais. No Alto Sertão da Bahia essa realidade educacional remonta ao final do século XIX, como uma das ações políticas da elite local representada pelo primeiro Governador da República (1892-1896), Joaquim Manoel Rodrigues Lima, no período que se convencionou chamar de Primeira República (Silva, 2022).

No entanto, a criação da primeira Escola Normal de Caetité em 24.01.1895 e fechada em 24.08.1903 não conseguiu resolver os problemas identificados, tais como o alto índice de analfabetismo e um corpo docente capacitado para atuar nas mais remotas regiões sertanejas, até porque a sua permanência foi efêmera.

No relatório de 1924-1928, de Anísio Teixeira (2001, p. 61), ao se referir ao Ensino Normal nas cinco zonas da Bahia¹⁵, explicita-se a necessidade de educadores para atuarem nessa respectiva modalidade de ensino: “a formação de um professor primário é, sem contestação possível, a formação especializada de um profissional. Dahi a necessidade da escola normal, da escola que forma os professores, ser uma escola profissional” (Teixeira,

¹⁵ Installe-se no nordeste uma nova escola normal; auxilie-se a reinsstalação da escola escola normal da Barra (Rio São Francisco), destruída pela enchente, e teremos o número de escolas normaes imprescindível para o momento: uma na zona sul, em Ilhéos (equiparada); uma no alto sertão (Caiteté); uma na zona do S. Francisco (Barra, equiparada); uma na zona centro-sertão (Feira de Sant’Anna); uma no nordeste (Bomfim); e três na capital (uma oficial-modêlo e duas equiparadas) (Teixeira, 2001, p. 66).

2001, p. 61). Também nesse Relatório apresentado ao Governador do Estado da Bahia Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, por intermédio do Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral de Instrução, Anísio Teixeira, ao mesmo tempo que reclama da falta de formação, salienta a falta de professores para as Escolas Normais: “O problema precisa ter uma solução mais modesta, mas igualmente completa” (Teixeira, 2001, p. 66).

A Escola Normal, de 1926, reaberta no Alto Sertão por Anísio Teixeira, experimentou as mudanças sociais advindas do processo de transição do Império para a República. Inserida em um Centro Educacional sertanejo, tentou resistir às necessidades e às exigências regulamentares, o que é expressado no Relatório feito em 1927 por Edgard Pitanguieras e enviado a Anísio Teixeira.

Iniciados os cursos no dia 15 de Fevereiro, conforme preceitua o Regulamento de Ensino, esta directoria começou o árduo trabalho de observação da marcha pedagógica de cada curso, a fim de, com os professores, em colaboração procurar melhorar o ensino, sob os vários pontos de vista que elle apresenta (Teixeira, 2001, p. 74).

O Diretor da Escola Normal, Edgar Pintagueiras, que foi fundada em 1926, salienta o caráter dinâmico da escola e a flexibilidade no sentido de adaptá-la a situações adversas próprias do cotidiano pedagógico, que foram superadas com a capacidade educativa dos seus mestres. Essa capacidade educativa é descrita na apresentação das disciplinas: Língua Portuguesa, Francês, Matemática, Geografia, História Universal e do Brasil, História Natural, Trabalhos Manuais, Desenho, Ensino de Prendas, Educação Física, Curso Fundamental, Escolas Anexas, Jardim de Infância, Higiene e Educação Moral.

Uma outra particularidade observada na Escola Normal de Caetitê (1926) é a composição do seu corpo docente:

os Professores “Cathedráticos” Alfredo José da Silva, de Português - Engenheiro José Francisco Junqueira Ayres - de Agricultura - Cirurgião Dentista Francisco Joaquim Bastos - de Francês, Professôr Aloysio da Costa Short, de Mathemática - Professora Helena Lima, de Geographia - Professores D. Carmem Spinola Teixeira, Dona Maria Constança Paranhos Cardoso, Dona Maria Ernestina Freire, Antônio de Meirelles, Dona Maria Theodolina Neves Lobão, da Escola Normal - Professoras Dona Beatriz Rodrigues Lima Hoffmann, Dona Lucilla Diógenes Girardi, D. Corina Torres Gallindo, Dona Alice Moreira da Cunha e Dona Nice Silveira Lima, das Escolas Reunidas - Professor Eleutério Vasques Tavares, Inspector Regional da nona Circunscipção Escolar, autoridades civis e eclesiásticas e pessoas gradadas não só desta Cidade, como também de localidades outras, foi

pelo Exm^o Director Doutor Edgard da Silva Travassos Pitangueira, catedrático de Pedagogia e Didactica, aberta a sessão solenne previamente convocada pelo mesmo [...] (Ata de Colação de Grau, 1929, p. 8-9).

Ao analisar a Ata de Colação de Grau da formatura da primeira turma de 1929, percebe-se que esse corpo docente é formado majoritariamente por mulheres, assim como a primeira turma de formandos:

de acordo com o artigo quinhentos e vinte um da Lei número mil oitocentos e quarenta e seis de quatorze de Agosto de mil novecentos e vinte e cinco procedeu a chamada das professorandas na seguinte ordem: Brasília Trindade Cardoso, Ena de Castro Mesquita, Eponina Zita dos Santos Gumes, Evangelina Neves Lobão, Dalcy Moreira Silveira, Judith Moreira da Cunha, Altamira Anísia de Souza, Maria Julieta Tanajura de Castro, Bellanisa Lima, Myrthes de Uzeda Costa e Joaquim Silveira Souza (Ata de Colação de Grau, 1929, p. 8-9).

Assim como o corpo docente, o corpo discente era majoritariamente feminino e, mesmo não havendo restrição entre os sexos, a ocupação das professoras nos espaços designados ao ensino elementar foi um fenômeno bastante parecido com os demais estados do Brasil.

Ao confrontarmos a história das mulheres com a história das mulheres na educação, verificamos que a inserção feminina num espaço profissional representado pela educação da infância, no contexto das primeiras décadas do século XX, ocorreu em momentos paralelos ao movimento pela emancipação feminina, numa sociedade que se apropriava de uma economia burguesa, experimentando o processo de industrialização nos grandes centros com raízes no patriarcado (Almeida, 2004).

Nos grandes centros, em especial nas regiões Sul e Sudeste, onde despertava o processo de industrialização brasileira, os homens preferiram desenvolver outras atividades, assim passaram abandonar as salas de aula, movimento que daria origem a uma feminização do magistério. Esse fator, associado à presença dos imigrantes, com a ampliação das atividades comerciais e com o crescimento dos setores sociais médios, oportunizou outras expectativas em relação à escolarização. Assim, foram incorporados novos hábitos e comportamentos na sociedade brasileira, que eram veiculados pela mídia impressa, através dos jornais e revistas (Louro, 2004).

Os novos costumes chegaram também no Alto Sertão da Bahia, privilégio de poucos, porque uma grande parte da população não tinha acesso às instituições de ensino da época. Isso que reforçava as relações de poder de uma pequena parcela da população que possuía

regalias e exercia sua competência a partir das inspirações da chamada cultura letrada, incorporada a partir de ideologias que reforçavam hábitos dos grandes centros do país. Inclusive Caetité passou a ser conhecida como Terra da Cultura. Adiante registramos um exemplo de um parágrafo da Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, intitulada *A Escola Activa*, apresentando novas concepções de ensino:

A CLÁSSICA escola de ensinar a ler, escrever e contar já está distanciando, rapidamente nas brumas do passado. A escola actual não procura dar ás crianças, somente a instrução, mal orientada e falha, hoje o ensino é activo, quer dizer, a criança é o centro desse ensino, dessa educação pelo trabalho, ao contacto com o mundo (Revista de Educação, 1928, p. 184).

A Terra da Cultura, também conhecida pelos seus munícipes como Princesinha do Sertão, associava o conceito de cultura ao de cultura letrada, o que era prerrogativa de poucas famílias. Ainda na mesma revista, instrumento de publicidade da Escola Normal de 1926, há uma seção, intitulada *Aos nossos leitores*, que enfatiza o isolamento da Escola no Sertão e critica a mentalidade do povo, o que seria um grande paradoxo, uma vez que a grande maioria da população não tinha oportunidade de ter acesso à educação formal. No entanto, a revista transmitia uma mensagem de uma sociedade acrítica e alheia ao verdadeiro sentido da educação.

O nosso orgam de publicidade, a REVISTA DE EDUCAÇÃO, que surgiu em nosso meio amparada pelos professores de Caiteté, desde do início vem arcando com muitas dificuldades, umas, próprias do isolamento em que vivemos no sertão, outras provenientes do acanhamento da mentalidade da maioria do povo, que ainda não tem noção propaganda educativa (Revista de Educação, 1928, p. 184).

Em outras partes do texto da Revista de Educação, isto é: “fator mais forte e mais poderoso que tem concorrido para que lancemos a âncora nas profundezas da imobilidade” (Revista de Educação, 1928, p. 184), os redatores desabafaram sobre procurar a ajuda das autoridades, a quinze prefeitos da região, porém não obtiveram apoio, o que os deixava esgotados e desanimados em ver o descaso pela causa da educação. Ainda enfatizaram que umas pequenas partes do professorado do Sertão não se apropriavam das novas doutrinas pedagógicas, o que reforçava a indiferença das autoridades e de alguns colegas da categoria. Essas atitudes vigoravam o que eles consideravam como uma justificativa para o descaso com a instrução em Caetité.

As propostas de reformas apontadas no âmbito da educação visavam atender a emergente sociedade industrial e bastante distante de uma realidade interiorana, que tinha na agricultura de subsistência e na pequena indústria artesanal um meio de vida. Daí a complexidade ao generalizar as instituições sociais e as suas práticas.

Entretanto, a realidade interiorana do Alto Sertão da Bahia compartilha da mesma característica das escolas normais que objetivavam formar professores e professoras, com a finalidade de atender a alta demanda escolar. Desejo que não foi concretizado como se esperava. Os relatórios dos grandes centros indicavam, curiosamente, que as escolas normais estavam formando um percentual maior de mulheres, diferente do que se imaginava (Louro, 2004).

Os sujeitos de uma escola de formação de professores contam a história de um espaço que se tornou feminino nas primeiras décadas do século XX, consequência do próprio movimento da sociedade republicana. Nesse movimento, reforça-se a crença da vocação feminina para educar a infância. Assim, surgem as associações da natureza feminina ao amor puro e generoso (Almeida, 2004).

Por décadas, o trabalho da mulher na docência foi visto como algo natural, sem a análise dos verdadeiros motivos que as conduziram a esse status. O trabalho docente foi fruto de muitas discussões e polêmicas preconceituosas, a exemplo de Tito Lívio de Castro, que assegurava uma aproximação entre a psicologia feminina e a infantil, uma teoria que direcionava uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças; para ele, um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa. Na direção contrária à de Castro, surgiram outras argumentações que afirmavam que as mulheres tinham “por natureza” uma inclinação natural para o trato com as crianças, pois elas eram as primeiras educadoras, portanto era adequado confiar a elas a educação escolar infantil. O magistério, de certo modo, era a “extensão da maternidade”, pois cada aluno ou aluna deveria ser visto como filho espiritual. Esses últimos argumentos seriam perfeitos, porque a docência não furtava a função feminina fundamental, pelo contrário, a complementava. Nesse caso, o magistério seria uma abnegação e ele seria direcionado às pessoas que teriam vocação. Todos esses discursos justificavam a saída dos homens da sala de aula (Louro, 2004).

Quase todos os discursos contribuíram para diminuir o trabalho desempenhado pelas mulheres, o que Freire (2005a) aborda como uma armadilha ideológica nada inocente, uma forma de abrandar sua vida profissional e de tentar aplacar a sua capacidade de luta e seu empenho e exercício em tarefas fundamentais inerentes ao trabalho pedagógico.

Além dos discursos de desvalorização ao trabalho pedagógico exercido pelas mulheres, a conquista da profissionalização das mulheres no magistério teria que enfrentar uma Escola Normal dos primeiros anos da República, com limitações orçamentárias e decisões políticas que nem sempre eram assertivas. Criadas para a formação de professores para atuarem no ensino elementar, não se inseriam nas preocupações governamentais com as capacitações dos seus profissionais (Almeida, 2004).

González (2021) interpreta a educação escolar burguesa por meios das políticas que demarcam o desenho das instituições. Esse desenho é indispensável para analisar a formação do indivíduo a partir das especificidades apresentadas pelas instituições escolares e suas práticas.

Uma das especificidades da Escola Normal de Caetité foi a influência de uma elite patriarcal, em nível regional, que, dentre outras propagandas políticas, ancorou-se na escolarização primária e na formação de professores para atender esse público. Esses grupos foram responsáveis pelas permanências de privilégios que reforçavam as suas posições dentro de uma esfera de relações de poder distintas. Uma permanência no Alto Sertão que iniciou com a Escola Normal de 1926 e seguiu até a década de 1970 no Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), com as novas orientações políticas introduzidas por meio da Lei 5.692/71 (Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus).

4.2 A popularização do Ensino no Instituto de Educação Anísio Teixeira

Na década de 1970, a escola pública no Alto Sertão passou a ser popular, no sentido de se tornar acessível a um maior número de pessoas e não só das elites, até porque os membros da comunidade acreditavam na educação como propulsora de melhores condições de vida. Assim, o Instituto, um estabelecimento estadual conhecido por sua tradição em formação de professores, passa a oferecer outros cursos, organizados de acordo com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFF 45-72) e observadas as Resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE), ao estabelecer que

O currículo de Contabilidade será cumprido em 3 séries anuais, totalizando 2.850 horas, das quais 1.520 são de educação especial, com maior concentração na 3ª série, quanto a matéria diversificada o colégio inclui Análise de Balanço e Relações Públicas. O Estágio Supervisionado é de 130 horas. Para Enfermagem, propõe-se um curso de 2.640 horas das 1.240, fora o Estágio Supervisionado, são de Educação Especial. A parte diversificada inclui matéria da relação elaborada por esse CEE. A opção de Técnico em

Agropecuária será também cumprida em três séries em 3.390 horas das quais 1.380 além de um estágio supervisionado de 420 horas. A parte diversificada também se refere a matéria da relação elaborada por este CEE (Bahia, 1975).

Os cursos, como já foi citado no capítulo anterior, partiram da iniciativa de alguns setores da economia local e das diversas solicitações da Direção e do corpo docente do Instituto de Educação Anísio Teixeira, que ampliou as suas modalidades de ofertas com a inserção dos cursos técnicos (Agropecuária, Contabilidade e Enfermagem).

A ampliação das ofertas dos cursos técnicos retirou o foco da formação de professores em nível médio, que antes era Normal, de modo que em 1975, com autorização para o funcionamento de Cursos Profissionalizantes em nível de 2º Grau, passou ser denominado Magistério.

Ter uma matrícula assegurada no Instituto foi uma conquista para muitos pais que o consideravam uma escola de excelência. Foi com esse pensamento que uma grande maioria de pessoas das camadas populares se esforçou para manter os seus filhos nessa escola e a inserção dos cursos técnicos delineou um outro caminho na trajetória que por décadas foi protagonizada pela formação de professores.

Com os cursos técnicos, a matrícula dos homens no curso de formação de professores, que já era baixa, caiu consideravelmente e estes migram para os cursos de Agropecuária e Contabilidade. As mulheres continuaram seguindo o curso da história de formação de professores escrita no Alto Sertão.

A Tabela 1, abaixo, apresenta, de modo quantitativo, o percurso traçado com a inserção dos cursos técnicos no Instituto de Educação Anísio Teixeira:

Tabela 1 - Quantidade de Formandos dos cursos normal e magistério do IEAT (1961-1992)

ANO	TOTAL	MULHERES	HOMENS
1961	57	52	05
1962	55	53	02
1963	51	46	05
1964	55	47	08
1965	54	48	06
1966	79	62	17
1967	80	64	16
1968	59	44	15
1969	78	60	18

ANO	TOTAL	MULHERES	HOMENS
1970	79	65	14
1971	75	56	19
1972	44	35	09
1973	76	61	15
1974	70	70	00
1975	65	50	15
1976	57	56	01
1977	54	53	01
1978	45	45	00
1979	34	34	00
1980	23	22	01
1981	23	23	00
1982	28	28	00
1983	16	16	00
1984	29	29	00
1985	21	15	06
1986	22	22	00
1987	66	59	07
1988	27	26	01
1989	41	39	02
1990	56	50	06
1991	24	24	00
1992	34	30	04

Fonte: Ata de Colação de Grau de 1926 a 1996 – Arquivo do IEAT).

Como é possível observar na tabela anterior, as mulheres constituíram ampla maioria nas duas modalidades de ensino (Normal, Magistério e Normal Médio), o que denota uma predileção masculina por outros cursos, sendo a única opção para o segmento feminino tornar-se professora de crianças, visto ser esta a profissão mais condizente com as mulheres. A Tabela 2, a seguir, apresenta essa constância:

Tabela 2 - Quantitativo de Concluintes do Curso Normal de 1926

MULHERES	HOMENS	TOTAL
10 – aproximadamente 90%	01- Aproximadamente 10%	11
CONCLUINTE DO CURSO MAGISTÉRIO (1975 – 1989)		
MULHERES	HOMENS	TOTAL
517- aproximadamente 91,5 %	44 - aproximadamente 8,5%	561
CONCLUINTE DO CURSO NORMAL MÉDIO – 2014		
36 – aproximadamente 88,8%	04 – aproximadamente 11,2%	40

Fontes: Ata de Colação de Grau da Escola Normal de Caetité (1926-1996) (Arquivo do Instituto).

A tabela 2, por sua vez, subdividida em períodos, mostra que esse dados se repetiram e se confirmaram até a última turma, em 2014, revelando uma diminuição do interesse masculino e predominância feminina. Logo, as transformações ocorridas na sociedade brasileira, na primeira metade do século XX, resultaram no surgimento de propostas educacionais que tentaram universalizar o ensino para todos, uma vez que poucas pessoas tiveram acesso à educação formal.

A inserção do Regime Político denominado Nova República¹⁶ promoveu mudanças na legislação brasileira e, com ela, a Constituição de 1988.¹⁷ Dentre os principais direitos preconizados na nova Constituição de 1988, destaca-se o acesso de todos os estudantes à escola pública. Atualmente é um direito assegurado no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A discussão sobre as prioridades da educação está muito presente no processo Constituinte, no qual Florestan Fernandes (1989) argumenta a sua defesa em relação à escola pública e o papel que a mesma representa para a construção de uma democracia substantiva. A sensibilidade do referido autor define a importância da escola pública em um país de desigualdade e aponta como a principal condição dessa transformação a humanização do indivíduo e da sua liberdade.

Não se pode falar em humanização e liberdade na escola pública sem considerar o trabalho daquelas pessoas que estão na base do processo formativo, os professores. Nesse

¹⁶ Período da história do Brasil que se iniciou em 1985, após o Governo dos Militares, e que vigora até os dias atuais.

¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil – Publicada no Diário Oficial da União nº 191 – A, de 5 de outubro de 1988.

sentido, a Constituição de 1988, no Art. 206, acrescenta: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições pública e de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantido na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos, assegurado o regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia do padrão de qualidade (Brasil, 1988).

O Art. 206 deixa evidente que a reforma educacional deverá ocorrer dentro das instituições de ensino no sentido emancipador dos estudantes, docentes e os trabalhadores da educação. Todos os parágrafos da Lei acima nos levam a repensar o ambiente escolar, como espaço democrático e de direito.

Nesse caminhar, é preciso compreender que a educação deve ser um bem público e um direito humano fundamental, e base para a efetivação de outros direitos. Desse modo, é reforçada a visão humanista que associa o direito à educação com a dignidade, justiça social, inclusão e diversidade. Assim, deve ser pensada a qualidade de oferta educativa, como elemento-chave para a boa formação e valorização dos professores (Gatti *et al.*, 2019).

Na contemporaneidade, a preocupação principal do Estado é o aligeiramento da capacitação dos seus profissionais e o enxugamento da máquina estatal. Mesmo tendo um amplo mercado para os professores das séries iniciais, os cursos de nível médio foram acabando e poucas pessoas se aventuram a fazer um curso de pedagogia.

Os cursos de formação de professores de outrora eram considerados uma formação superior, até porque a expertise da formação era repassada não só na teoria, também com uma grande preocupação com a parte prática. “A grande propaganda que se faz em relação à melhoria do ensino público é a da valorização do professor, porque é mais viável os programas de complementação pedagógica e não os de formação” (Gama, 2005, p. 34).

Embora não seja a formação profissional o fator único dos problemas relacionados à aprendizagem, essa ação se estende na busca das condições de trabalho e de uma profissionalização que permita ao professor intervir nos destinos da educação e da profissão.

Neste caso, uma luta majoritariamente feminina, uma vez que estas se tornaram maioria nos cursos de formação docente, conforme discutiremos na subseção a seguir.

4.3 A Profissionalização das mulheres no Instituto de Educação Anísio Teixeira nos cursos: Normal, Magistério e Normal Médio

O contexto socioeconômico e político do Brasil influenciou a ideologia pedagógica de teóricos como Anísio Teixeira e as reformas educacionais que foram base para as mudanças educacionais na atualidade. As tendências pedagógicas das décadas de 1920 e 1950 evidenciaram o pensamento liberal democrático da Escola Nova.

As reformas educacionais foram resultados de uma conjuntura que atendia modelos pedagógicos propostos pelo Novo Plano Nacional de Educação, apresentado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O novo plano também salientava a criação de um Sistema Nacional de Educação, a laicização da escola pública, o que provocou discussões entre o Estado e a Igreja. Os manifestantes em prol das novas propostas para a educação pública acreditavam que as escolas religiosas eram responsáveis pela educação erudita e elitista, o que estaria na via oposta do projeto modernizador e reformador do ensino.

Mesmo com a defesa da extinção do ensino nas escolas religiosas, não se efetivou a separação de fato, pois o Estado assegurou à Igreja a manutenção e o controle sobre o ensino primário. O que representou um grande entrave para as camadas populares, que durante décadas tiveram dificuldades para ingressar na educação pública.

No entanto, na década de 1960 surgiram as primeiras experiências educacionais voltadas para o atendimento das camadas populares. Em 1962, Paulo Freire alfabetizou trezentos trabalhadores rurais em quarenta e cinco dias. No entanto, essa proposta ousada e comprovadamente eficaz foi interrompida pelas circunstâncias políticas que o Brasil enfrentava no período.

Com a abertura política ocorrida a partir de 1978, também exigência da sociedade civil, e no cenário da Anistia e das chamadas Diretas Já, que conclamavam eleições diretas para presidente, Paulo Freire retornou ao Brasil com a construção de um influente legado para a realidade educacional da atualidade.

A Educação Libertadora que na atualidade está associada à necessidade de oportunizar às classes populares o acesso à escolarização básica em contextos anteriores destinava-se a

poucas pessoas. Nesse funil educacional, a modalidade que equivale ao Ensino Médio ou aos cursos Técnicos estava direcionada às camadas médias urbanas.

Assim, diante de uma instituição escolar socialmente construída e com suas raízes direcionadas a um passado distante no que tange à identidade local, retomamos a história da escola Normal no Brasil e na Bahia.

4.3.1 O Curso Normal

O processo de feminização do magistério pode ser entendido como resultante de uma intervenção estatal no controle da docência – a determinação de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários (Louro, 2004, p. 37).

São inúmeras as motivações que promovem a inserção das mulheres nos cursos de formação de professores. No interior baiano, assim como outras regiões remotas do Brasil, a formação docente representa uma melhoria na profissão e também uma garantia de trabalho para as classes populares. Por isso, quem procurava a formação de professores em nível médio geralmente eram pessoas dessa classe, pois, para elas, o Magistério era um mecanismo de ascensão social.

Os cursos de formação de professores criados a partir de 1920 já possuíam um público diferente e mesmo a Escola Normal, que se ampliou na década de 1930 e foi regulamentada em nível nacional pela Lei Orgânica de Ensino (1942-1946), que definia o ensino profissionalizante, cumpria o papel de preparar o professor no ensino primário de então: seletivo e elitista. Refletia, desse modo, as contradições das estruturas de poder existentes; o sistema de ensino, que se fundava nos princípios do populismo e nacionalista, vivia o retrocesso classista, de cunho literário e acadêmico.

Segundo Rocha (2000), a Escola Normal que se expandiu foi a profissionalizante secundária, amplamente frequentada pelas mulheres da classe burguesa, que não tinham a intenção de se profissionalizar e sim se preparar para seu “destino social” de mães de família e esposas. Desse modo, o currículo e os conteúdos dessa escola estavam voltados para essa finalidade. Já o caráter elitista da Escola Normal e dos Institutos de Educação pode ser atestado em 1963, período em que muitos professores brasileiros não se diplomaram nas Escolas Normais.

Esses fatos agregam a essa discussão que os interesses das normalistas não estavam associados ao desempenho da profissão e, de outro lado, o fato de que a expansão quantitativa

das Escolas normais não correspondeu à regulamentação profissional da professora, favorecendo o preenchimento político-eleitoreiro dos cargos.

Inicialmente a docência feminina estava intimamente ligada às tendências discriminatórias que se estendiam ao gênero, classe e etnia. Essas desigualdades marcaram a execução do trabalho docente nos diversos contextos em que as mulheres atuavam. Não havia equidade de gênero nas carreiras científicas e nem tecnológicas em que elas atuavam. Almeida (2004, p. 74) acrescenta que, mesmo com iniciativas a favor do sexo feminino, dentro dos lares, as famílias continuavam idênticas, com as esposas e filhas condicionadas ao poder patronal que orientava as regras de condutas que constantemente eram confirmadas pela sociedade.

Mesmo distante das outras regiões mais desenvolvidas do país e da capital do Estado da Bahia, as informações que se propagavam eram de Caetité como um centro desenvolvido, e desde o final do século XIX já ostentava o título de Princesinha do Sertão (Leite, 2021, p. 102). A ideia de ser um centro irradiador de cultura assegurou ao curso de formação de professores uma forte influência na sociedade local, o que fez com que pessoas dos diversos segmentos da sociedade optassem por matricular seus filhos em uma escola de formação de professores. Para terem acesso a este direito, muitas famílias da zona rural procuravam casas e pensionatos para acolherem seus filhos, mais especificamente as moças. Algumas moravam em casas de parentes e outras em casas de família. Para essas jovens a jornada era dupla: trabalho e estudo. Havia também um outro perfil de estudantes, aquelas que eram das cidades circunvizinhas e que as famílias possuíam uma boa condição econômica. Estas, por vezes, possuíam casas alugadas ou se hospedavam em pensionatos.

Leite (2021, p. 145), nas fontes analisadas, cita Caetité

[...] como destaque no cenário educacional da Bahia como cidade portadora de uma concepção educacional focada na formação humana e na necessidade de formar mestres com potencialidade e habilidades para disseminar o ensino que proporcionasse o desenvolvimento das capacidades individuais das pessoas, visando o bem-estar individual e coletivo.

Muitas das mulheres, consideradas grandes mestres da cidade de Caetité¹⁸, exerceram um trabalho de relevância para a formação da juventude do Sertão. Três delas, posteriormente, foram homenageadas pelo poder público Municipal que batizou prédios escolares com seus nomes. São elas: Emiliana Nogueira Pita e Therezinha Bomfim. Já Tereza Borges de Cerqueira foi homenageada na esfera estadual.

¹⁸ Figura 8 do Anexo I

Em um outro documento, com timbre do Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Secundário, Inspeção Seccional de Salvador, encontra-se um evento intitulado “Segunda Missão Pedagógica”, uma atividade de preparo para o trabalho pedagógico, ocorrido nos dias 15 e 16 de junho de 1996. Nele houve a participação ativa e majoritária das professoras do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) na apresentação dos mais variados temas, o que mostra um outro perfil dessas docentes além da sala de aula e da gestão, como ilustra o Quadro 5, seguinte.

Quadro 5 - Segunda Missão Pedagógica (1966)

PALESTRANTES	TEMÁTICOS DOS PALESTRANTES
Prof. ^a Idalina Cardoso Vieira	Despolitização da educação
Prof. ^a Elza Souza Silveira	O Adolescente e sua integração no meio social
Prof. ^a Emiliania Nogueira Pita	A constelação familiar e sua influência
Rev. Homero Lima Meira	Educação do adolescente em amor e verdade

Fonte: Laboratório de Pesquisa em Didática da História (LAPEDHI) - Acervo em organização.

Os antigos professores, além de transmitirem saberes, deixaram um legado também, o prestígio que as profissões lhes conferiram. Elas se tornaram um exemplo a ser seguido. Foi nesse contexto, numa atmosfera de reconhecimento dos trabalhos prestados em prol da educação da região, que se inseriam os cursos Normal, Magistério e Normal Médio.

Os cursos de formação de professores, por muitos anos, foram importantes para a educação básica brasileira. Essa formação ocorria basicamente em nível médio e a maior demanda era atendida pela Rede Estadual de Ensino. Ao identificar esta particularidade, a Secretaria de Educação Fundamental do MEC¹⁹, por meio da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas do Departamento de Políticas Públicas do Ensino Fundamental, analisou as propostas e os programas de dezessete estados, dentre eles: a Bahia.

Essa análise tinha como objetivo identificar o perfil dos Cursos de Formação de Professores que, com a Lei 5.692/71, sofreram uma gradativa descaracterização, alterando a sua estrutura curricular. De acordo com essa Lei, a escola de formação de professores deixou sua especificidade de escola formadora e passou ser uma habilitação, assim nasceu o curso de Magistério.

¹⁹ Referências para Formação de Professores – MEC/Secretaria Fundamental, 1999.

4.3.2 O Curso de Magistério

O Curso de Magistério, no Instituto de Educação Anísio Teixeira, era regido pela Lei nº 5.692/71. Tinha a sua ação centrada apenas na assimilação de conteúdos isolados e o modelo de formação baseado em transmissão de conhecimentos. O conhecimento era dividido em disciplinas, o que dificultava a constatação de que algumas disciplinas poderiam se aproximar e fazer complementações necessárias. Quando o conhecimento era construído sobre a realidade, muitas vezes era carente de reflexão.

Na escola de formação de professores, o conhecimento era produzido na forma de transposição didática e a análise de situações pedagógicas ficava restrita apenas ao estágio, como garantia de prática para o futuro professor.

Os alunos, desde o 1º ano de estudo, eram conduzidos a observar a sala de aula. No 2º ano havia um pequeno momento prático, que era a coparticipação, e no 3º ano o Estágio.

O Estágio de Regência era feito no período de um mês, o que constituía a situação pedagógica do curso, e o acompanhamento de Estágio era feito somente pelo Professor de Estágio. No caso do IEAT, os professores das metodologias acompanhavam também o Estágio do 3º ano. A Escola Laboratório não participava efetivamente do planejamento de Estágio, somente disponibilizava os conteúdos para os estagiários criarem suas aulas.

Os conteúdos trabalhados nos cursos não asseguravam nem a formação geral adequada e nem a formação profissional consistente. Os estágios eram divididos em: Observação (para os alunos do 1º Ano), Coparticipação (para os alunos do 2º Ano) e Regência (para os alunos do 3º Ano). Dessa forma, os estudantes tinham uma formação aligeirada e não eram orientados dentro dos princípios da ação-reflexão-ação.

Uma outra característica a ser considerada no Curso de Magistério era a inexistência de integração adequada entre os conteúdos da educação geral e dos cursos profissionalizantes, não havia articulação entre a teoria e a prática, e a organização curricular era apresentada através de grades, nas quais as disciplinas são dispostas de forma hierarquizada e fragmentada, uma característica muito prejudicial para a formação. Os quadros da Organização Curricular do Curso Normal durante a década de 1960 e os utilizados no Curso de Magistério seguem anexados, organizados cronologicamente.

No entanto, o IEAT, que possuía experiência há décadas na Formação de Professores, não teve o seu curso de formação descaracterizado com a Lei 5.592/71. A expertise na formação de professores contribuiu para que o curso desse continuidade à trajetória que começou com a Antiga Escola Normal.

A credibilidade na formação de professores estimulou a comunidade a ter a escola como uma referência. Era comum as famílias dos estudantes dormirem em filas para conseguirem uma vaga no Instituto de Educação Anísio Teixeira. No imaginário popular a formação era equiparada à de um curso universitário. Uma ideia consolidada através da tradição da Escola Normal e que reverberava naquele atual contexto.

Os estudantes que frequentaram a rede pública de ensino eram, na sua grande maioria, oriundos das camadas populares, advindos de todos os bairros da cidade, dos distritos, das comunidades rurais e das cidades circunvizinhas. Esse perfil de estudantes se intensificou após a década de 1970, com o surgimento dos Cursos Técnicos em: Agropecuária, Contabilidade e Enfermagem. A escola também continuou ofertando o Curso de Formação de Professores na modalidade Magistério, com a duração de três anos. A oferta dos cursos estimulou a população não só de Caetité, mas das comunidades circunvizinhas a matricular os seus filhos, porque eles viam nessa instituição uma oportunidade de mobilidade social e crescimento profissional.

Neste curso de Formação de Professores na modalidade de Magistério, as formandas eram orientadas a produzir os recursos didáticos ou recursos de ensino, como eram chamados no período. Nas aulas de Didática, eram orientadas à construção de recursos audiovisuais para serem aplicados nas séries iniciais do que chamamos Ensino Fundamental I. As formandas tinham que ser dinâmicas, caprichosas e criativas, porque todos os recursos eram feitos de forma artesanal, como, por exemplo, o normógrafo (que era um molde de letras), com vários centímetros.

Para Luchese, Fernandes e Belusso (2018, p. 236), a instituição escolar desenvolve culturas escolares singulares que têm a finalidade de adaptar-se a teorias de ensino, legislações, normatizações e políticas de ensino. Ela cria formas de comportamentos a ensinar, de aprender e de incorporar valores.

Assim, alguns objetos foram utilizados na cultura escolar dos estudantes do Curso de Magistério, a exemplo de cartazes, faixas, murais. O flanelógrafo²⁰ era composto por duas partes, que se transformavam em quatro; as duas partes de fora eram cartazes decorativos que indicavam meses e estações do ano, aniversário dos alunos, uma imagem para inspirar um aula ou construir um texto; as duas partes de dentro possuíam uma parte de flanela que servia de mural que recebia figurinhas (flanelogravuras²¹) com uma lixa para aderir à flanela, também confeccionadas pelas formandas, e o quadro de pregas, que também se transformava

²⁰ Figura 9 do Anexo I.

²¹ Figura 10 do Anexo I.

em um Quadro valor de lugar. Esse recurso era multifuncional, era muito útil nas aulas práticas.

As flanelogravuras podiam ser utilizadas no móbile, que era um outro recurso de ensino utilizado em todas as Áreas do Conhecimento. As formandas também poderiam e deveriam fazer o uso das réalias, que eram a representação de uma realidade. Esse recurso era bastante utilizado nas aulas de Ciências e Geografia, e os estudantes eram estimulados para essas criações, porque compravam brinquedos e através deles eram explanados os conteúdos.

A construção dos recursos audiovisuais era o momento mais aguardado pelas alunas do Curso de Magistério, que sonhavam com os temas. Compravam papel de cartas para escolherem as melhores decorações para seus materiais; era como se fosse a organização de um enxoval para um Estágio de Regência, como já mencionado na introdução deste estudo.

Quando chegava finalmente a Regência, era o momento de fazer planos: Planos de Curso, Planos de Unidade e de Aula. A Professora de Estágio que ministrava didática passava todas as orientações para as construções dos planos que deveriam estar em conformidade com a série escolhida, conteúdos e faixa etária dos estudantes. Tudo isso deveria ser registrado no caderno de Estágio²².

Naquele contexto, utilizavam muito o mimeógrafo e o estêncil, que consistiam em um recurso artesanal para se construir e reproduzir as chamadas “tarefinhas”, que poderiam ser uma atividade ou avaliação.

A formação inicial dos docentes que atuaram na escola ocorreu no próprio IEAT. Começaram a sua trajetória na educação desde a 5ª série e depois fizeram Curso Técnico ou Magistério. Os que desejaram ampliar a formação profissional fizeram curso de Licenciatura na UNEB – Campus VI, na época Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité (FFCLC). Praticamente a “Faculdade” estava acessível a todos e era vista como um arremate para a formação e um privilégio para quem podia cursá-la. Ela inicialmente surgiu em uma das salas do Instituto. Daí a familiaridade e um incentivo para estudantes que almejavam ter uma formação superior.

A FFCLC consolidou a tradição do município em ser um polo de educação e assegurou a formação em nível superior para as camadas populares dessa região sertaneja. Naquele contexto histórico, somente a classe média da região tinha acesso a um curso de nível superior.

²² O Caderno de Estágio (Figuras 11 e 12 do Anexo I) era um recurso obrigatório no Estágio de Regência. Nele havia os Planos Diários que deveriam ser apresentados aos professores antes das aulas e rubricados pelos mesmos. O Plano Diário continha a metodologia da aula.

Inicialmente, ela era Licenciatura Curta, depois passou a ser Plena, e os docentes cresciam na formação e participação em todas as mudanças e oportunidades que a instituição disponibilizava. Concursados, os professores desejaram ampliar ainda mais a formação e passaram a participar de vários cursos de Formação Continuada, a exemplo de cursos do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em Salvador.

Em verdade, durante o período de Estágio de Regências as Escolas da cidade já observavam as alunas que poderiam ocupar uma das suas vagas como professora. Sabendo disso, todas se empenhavam para fazer o melhor que podiam. Eram extremamente habilidosas na arte de ensinar, construíam os seus recursos de ensino, preparavam as matrizes que seriam copiadas no mimeógrafo, forravam os cadernos dos alunos, estudavam para deixar as aulas mais criativas, tinham que manter a disciplina, o “antigo controle de classe”, tinham que se vestir adequadamente, manter as unhas cortadas, ser caprichosas, manter a postura de docente, entre outros aspectos.

Todas as alunas mestras se empenhavam ao máximo, porém o funil da seleção limitava as vagas e poucas conseguiam as colocações que almejavam. Nesse sentido, muitas formandas viam a possibilidade de exercer a profissão nas comunidades rurais. Essas heroínas da educação enfrentaram vários percalços em escolas sem nenhuma estrutura, sem saneamento básico, classes multisseriadas. Eram merendeiras, faxineiras, enfim, exerciam todas funções dentro da escola. Por outro lado, as várias funções desempenhadas lhes outorgavam a condição de se tornarem autoridades nas localidades em que atuavam.

Ainda na década de 1970, era comum muitas moças recém-formadas serem convidadas para ocuparem cadeiras de ensino em municípios do Extremo Sul da Bahia, uma articulação que era feita diretamente com os Professores do Curso de Formação de Professores e os familiares das estudantes.

Era comum, também, os chefes políticos desses locais entrarem em contato com os Professores do IEAT para indicarem as formandas que iriam ocupar as vagas de regentes nesses lugares remotos. Muitas jovens, corajosas e determinadas, aceitaram o desafio e propagaram o nome de Caetité como uma terra de intelectuais e de valores educacionais sólidos.

Na região, o município de Caetité ficou conhecido como a cidade que “ensinou o Sertão a ler”, e inúmeros estudantes passaram por experiências pedagógicas em escola pública, que era mantida com os recursos públicos e era frequentada pela elite.

Por muitas décadas, mesmo com a popularização do ensino, a elite ocupou vagas nas escolas públicas do município. Inclusive, existe uma crença no imaginário popular de que nos

tempos de outrora a escola atingia o objetivo de educar e os professores eram mais bem preparados para o exercício da profissão.

4.3.3 O Novo Normal Médio

Nos anos de 1990 houve um retorno à modalidade de Ensino Normal de quatro anos. O IEAT em Caetité teve a sua última turma de Normal Médio em 2014. O Curso Normal Médio no Brasil remota à primeira Escola Normal em Niterói, no ano de 1835. Em 1946, o Decreto-Lei nº 8.530 fixou normas para a implantação dessa modalidade de ensino no território nacional. A reforma nº 5.692/71 instituiu a “habilitação para o Magistério” e a LDB nº 9.394/96 valorizou a formação em nível superior e em nível médio.

A interpretação do Art. 62 da LDB nº 9.394/96 contribuiu para o esvaziamento do curso a partir de 1996 e, em alguns casos, o seu encerramento em cidades que ofertavam essa modalidade de ensino, conforme sinaliza o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2007 (Tabela 3).

Tabela 3 - Números de escolas com Normal Médio no Brasil

REDE	2004	2005	2006
Estadual	1.045	1.245	1.279
Federal	02	06	05
Municipal	255	233	235
Particular	368	439	733
TOTAL	1.670	1.923	2.252

Fonte: INEP (2007).

Entretanto, as matrículas iniciais no curso apresentavam os seguintes dados (Tabela 4):

Tabela 4 - Matrícula inicial do Normal Médio no Brasil

REDE	2004	2005	2006	2007
Estadual	271.192	328.563	381.499	169.891
Federal	774	1.263	1.704	32
Municipal	44.644	48.051	46.997	28.322
Particular	33.606	45.828	84.181	11.204
TOTAL	350.216	423.705	514.381	209.449

Fonte: INEP (2007).

Ocorreram muitos encontros e debates para a adequação do Curso Normal Médio a fim de adequá-lo à nova LDB, Lei 9394/96. Por isso, em 2008 aconteceu o Fórum Nacional do Curso Normal Médio. Em 2009, houve o diagnóstico de egresso do Curso Normal Médio, referindo-se ao período de 2003/2007 (SEB/MEC). Ainda em 2009, ocorreu a articulação entre as secretarias estaduais de educação: RS, BA, PR, com a finalidade de assegurar a permanência do Curso.

Diante da campanha para a permanência e revitalização do Curso Normal Médio foi votado na Câmara dos Deputados o Projeto Lei nº 280, de 2009, que restringe a formação de docentes em nível superior, em licenciatura plena, sem menção ao curso médio, na modalidade Normal. Contudo, ocorreu o parecer da Senadora Fátima Cleide favorável à permanência do curso Normal Médio com a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. Por fim, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, discutiu e aprovou a retirada da parte do texto de seu documento final que previa a extinção do curso Normal Médio para a formação docente no país.

A trajetória do Curso Normal Médio na Bahia começou em 1836 e em Caetité desde de 1895, quando foi criada uma escola de formação de professores. Desde a promulgação da Lei 9394/96 o ensino normal enfrentou inúmeros desafios. Em 1996, existiam 307 escolas da Rede Estadual com oferta do Magistério em nível médio (SEC/BA, 1999).

No ano de 2010, havia somente 74 escolas estaduais que ofereciam a referida modalidade de ensino, totalizando 9.078 matrículas (SEC/BA, 2010). A Tabela 5, adiante, detalha esse quantitativo entre os anos de 2001 e 2007.

Tabela 5 - Matrícula Inicial no Curso Normal Médio da Bahia

Dep. Adm.				
Ano	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
2001	20.130	8.897	1.022	30.049
2002	42.819	16.163	2.622	61.604
2003	55.403	18.197	2.223	75.823
2004	60.550	19.016	4.302	83.868
2005	53.856	16.653	7.649	78.158
2006	48.856	15.065	8.049	71.970
2007	7.950	6.975	1.046	15.971

Fonte: SEC/MEC/INEP. Elaboração: CIE/SUPAV/CAI.

Os municípios, na Bahia, que ofertavam o Curso Normal Médio em 2010 foram: Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Ribeira do Pombal, Alagoinhas, Jacobina, Irecê, Piritiba, Feira de Santana, Salvador, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Valença, Itaberaba, Seabra, Ibotirama, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Guanambi, Caetité, Brumado, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Itabuna, Ilhéus, Eunápolis e Teixeira de Freitas (SEC/BA, 2010).

Em razão de uma grande quantidade de municípios que ofertava o Curso Normal na Bahia, o Conselho Estadual de Educação CEE/BA estabeleceu a Resolução 098/2002 que determina as diretrizes para a implantação e o funcionamento das unidades escolares e para a organização curricular. O Curso seria disposto em quatro anos, com uma carga horária de 4.000h.

A política pública para o Curso Normal Médio, na Bahia, após 1996, estabelecia também a racionalização da oferta em 1997, com a extinção do curso no noturno. Em 2001 e 2002 limitava-se a uma escola por município. Em 2003 houve o fim das matrículas na série inicial do curso e o bloqueio de matrículas dos egressos do Ensino Médio no Curso Normal Médio. Em 2005 ocorreu a extinção do curso em algumas escolas e criação de turmas exclusivas para remanescentes.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, a SEC/BA manteve algumas decisões anteriores e liberou a abertura de novas turmas de 1º Ano mediante a análise e autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Educação Básica (SUDEB). No final de 2009 foi autorizada a implantação do Curso Normal Médio em 16 escolas estaduais para o ano letivo de 2010.

Observa-se que em 2009 houve um esforço coletivo para a construção de uma nova política para a formação de professores em nível médio. O foco da discussão foi voltado para a escola, sua organização e suas inovações. Foi retomada, ainda, a discussão sobre a importância e a valorização do Curso Normal Médio no Estado e levantamento de dados, realização de seminário e constituição de uma comissão, na qual o Instituto de Educação Anísio Teixeira também foi escolhido.

Nesse mesmo ano ocorreu em Salvador um Seminário: “Questões e Proposições para uma Nova Organização Pedagógica”. Nesse Seminário foram socializadas experiências de outros estados (RJ, RS, PE e PR) e de unidades de ensino da rede pública estadual. O IEAT também apresentou suas experiências no Seminário. Foi feita também apresentação dos encaminhamentos do MEC.

Instaurada a Comissão para Estudos e Redefinição da Nova Política do Curso Normal Médio, esta foi encarregada de elaborar o diagnóstico do Curso Normal Médio na Rede Pública Estadual de Educação, definir novo currículo, estabelecer proposições para o funcionamento e as condições de oferta dessa modalidade de ensino.

As categorias de análise escolhidas para o diagnóstico do Curso Normal Médio foram: análise do currículo, indicadores de desempenho direcionados para o estudo por série de 2001-2009, caracterização das unidades de ensino. Das 58 escolas que ofertavam o Curso Normal Médio na Rede Estadual em 2009, somente 37 responderam o diagnóstico, tendo um percentual de 63% das respostas. As informações foram importantes, porque reforçaram a necessidade de uma nova política de formação para o Curso Normal Médio.

A proposta pedagógica do Curso Normal Médio possuía uma estrutura e dinâmica curricular voltadas à formação dos educadores para atuarem especialmente na educação infantil, com ênfase na alfabetização de crianças e de jovens e adultos.

A organização pedagógica em áreas do conhecimento seria integrada e a matriz curricular deveria se desdobrar em algumas áreas e componentes curriculares. Havia também o diferencial de prioridades e de habilidades práticas, tendo a teoria como elemento de sustentação.

O trabalho com projetos traria uma nova perspectiva para o processo de ensino/aprendizagem, pesquisa interdisciplinar, pedagogia de projetos no currículo do Curso Normal Médio: cidadão reflexivo e criativo. Os educandos seriam corresponsáveis pelo trabalho e por suas escolhas do seu objeto de estudo ao longo do desenvolvimento do projeto.

O desenho do currículo era composto de base nacional comum, de uma parte diversificada e a outra profissionalizante, integradas e articuladas. A parte prática e pedagógica deveria ser contemplada desde o 1º ano do curso – associação entre teoria e prática.

A carga horária do curso era de 4.000h, distribuídas em quatro anos e a adoção de uma matriz do Ensino Médio com a possibilidade de progressão dos educandos para o Curso Normal Médio. Nesta matriz ainda havia a possibilidade para o aproveitamento de estudos previstos na Resolução CEB nº 2 de 1999, feitos exclusivamente no noturno; e a carga horária de 1.200 horas, incluídas 400h de práticas pedagógicas e acrescidas 400h de Estágio Supervisionado – Regência: totalizando um mínimo de 1.600h.

A proposta ainda deveria apresentar sintonia com a recomendação pedagógica do Curso Normal Médio e o currículo deveria contemplar os componentes da formação

profissional com as devidas adaptações da carga horária, com metodologias adequadas às idades, à maturidade e à experiência de aprendizes.

A prática da formação e a regência possuíam uma carga horária de 1.080 horas distribuídas ao longo do curso, incluindo a Regência de Classe e o efetivo exercício da docência. Ela acontecia na 3ª Unidade do 4º ano do curso com uma carga horária mínima de 200h. O acompanhamento da regência era feito pelo Professor Articulador, trabalhando com os componentes das práticas pedagógicas e dos fundamentos metodológicos.

Os Cursos Normal Médio e de Magistério eram o tipo de formação mais procurada no município, até a sua extinção no ano de 2014. A extinção do Curso Normal Médio gerou uma enorme comoção na comunidade escolar, que redigiu um documento que foi enviado à Secretaria de Educação do Estado.

Naquela ocasião, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), a Superintendência da Educação Básica (SUDEB) e Assessoria de Programas e Projetos Especiais (ASPPES) cogitaram reformular a política pública para o Curso Normal Médio, levando em consideração os debates atuais sobre essa modalidade de ensino, bem como a própria trajetória histórica desse curso em questão. Para tanto, foram considerados as discussões e os posicionamentos dos conselhos federal e estadual, comissões, câmaras parlamentares, associações e representações profissionais, como a CONAE (Conferência Nacional de Educação).

Contudo, a Portaria nº 8535/2011 contrariou as ideias da Comissão (Portaria nº 14.631/090), que dedicou dias, meses e anos de trabalho para a Construção de uma nova proposta para o Normal Médio das Escolas Baianas que possuem essa modalidade de ensino.

Todas essas discussões inspiraram o Governo da Bahia a (re)direcionar o foco da discussão sobre escola, sua organização pedagógica e suas inovações. Nessa perspectiva, as escolas que ofereciam o Curso Normal Médio tiveram que ampliar e expandir as discussões sobre este tema. Em meio a esse debate das políticas para a educação, encontra-se a formação do professor, que aparece vinculada à melhoria na qualidade da educação e que vem sendo objetivo de vários programas e ações governamentais.

Para o corpo docente do IEAT, a extinção do curso normal representou a perda da sua identidade e os valores conquistados ao longo da história da educação no município. Naquele momento, o IEAT perdeu o sentido da sua formação e rematava um ciclo de formação de professores no Sertão da Bahia.

5 CONCLUSÃO

No espaço escolar percebe-se que as mulheres ocupam os mais variados espaços de formação. Elas estão quase em todas as atividades da escola. Os papéis sociais representados pelas mulheres educadoras nas escolas de Formação de Professores não se distanciam do pessoal, da vida privada. É no tratamento do trabalho e na subjetividade docente que se marcam os saberes. Conforme teorizamos, nesta pesquisa, as escolas normais objetivavam formar professoras para um desempenho pedagógico calcado no humanismo, na competência e nos valores sociais.

No que tange à reflexão sobre a vida de professor, da escola e do trabalho docente, percebemos que se soma aos conhecimentos adquiridos na formação a experiência de vida desse próprio docente, que se completa na prática educativa. Essa experiência de vida começa com o eu estudante e se completa com o eu Professora.

A educação está sujeita às mudanças que, por sua vez, a inserem no seu contexto histórico, com todas as particularidades daquele momento. No decorrer das décadas, há de se observar algumas especificidades no tratamento dos professores frente à função que desempenhavam. Os professores de 1960 eram sujeitos da dinâmica educativa, na década de 1970 eram vistos como reprodutores das desigualdades, nos anos 1980 executores de projetos. Essas descrições, de certa forma, chegam a desmerecer o trabalho docente, uma vez que não se pode responsabilizar esses profissionais pelas mazelas sociais.

No entanto, na década de 1990 os pesquisadores passaram a enfatizar estudos voltados para a investigação dos professores, identidade e vida prática. O resgaste da vida do professor pela história da educação e pelas políticas educacionais é também uma forma de valorização do trabalho desses profissionais que são bastante importantes para o desenvolvimento dos projetos de educação, com as suas políticas públicas.

No contexto histórico em que foram criados os cursos de formação de professores, a comunidade de Caetité compartilhava dois modelos representativos de família: o da família patriarcal e o da família burguesa. A família patriarcal incute na sociedade o perfil de mulher ligado ao ambiente doméstico, encarregada de executar tarefas que são importantes, mas na perspectiva masculina são consideradas inferiores. Já a concepção burguesa concebe a ideia de que as mulheres pobres devem participar da manutenção financeira da família, e se tornarem educadoras passa a ser essa opção.

Os segmentos dos trabalhadores que desempenhavam tarefas mais populares viam na escola de formação de professores uma oportunidade de mobilidade social, uma concepção que atravessou décadas para a comunidade caetiteense.

As mulheres, nas salas de aulas brasileiras e nos outros espaços sociais, vivem com homens, crianças e outras mulheres, diferentes e intrincadas relações, nas quais sofrem e exercem poder. Pensá-las apenas como subjugadas empobrece demasiadamente sua história, uma vez que mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de impor discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. Enfim, de construir uma história às avessas, exclusivamente apoiada na trajetória daquelas que foram “subversivas”.

As diferenças e ambiguidades, as cumplicidades e oposições são elementos propositalmente inseridos nesse texto, com vistas a provocar leituras e reflexões que não homogeneizem as mulheres professoras, já que, muito possivelmente, foi por meio e em meio a diferentes discursos e práticas que elas acabaram por se produzir como professoras “desviantes” e transformadoras.

Trata-se, portanto, do que Paulo Freire chamou de mudança, que seria a própria essência da democracia: “Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constante” (Freire, 2005b, p. 98). Entretanto, o Brasil possuía uma elite “burguesia nativa” muito resistente, com grande apego ao passado e sem projeto de educação. É o que Florestan Fernandes (2006) percebe na luta pela escola pública. Esse apego ao passado é o que inviabiliza as reformas democráticas; por isso, era importante avançar na proposta de universalização do ensino, e não apenas limitar ao ensino primário.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lielva Azevedo. “**Agora um pouco da política sertaneja**”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité – 1885-1924). 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2011.
- ALMEIDA, Jane Soares de. A educação feminina e a formação profissional do século XX. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).
- ARAÚJO José Carlos Souza. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil** - conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- BAHIA. **Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925**. Reforma a Instrução Pública do Estado. Salvador, 1925. Disponível em: <https://modosdefazer.org/wp-content/uploads/2020/07/lei-n.c2ba-1.846-de-14-de-agosto-de-1925.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BAHIA. **Lei nº 1629 de 23 de fevereiro de 1962**. Transforma o Instituto Normal Isaías Alves e as escolas normais oficiais de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Caetité e Jequié, em Instituto de Educação e dá outras providências. Salvador, 1962.
- BAHIA. **Plano Estadual de Educação: objetivos e metas**. Salvador, 2004.
- BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura** - Experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** - lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 05 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 21 set. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 01/99**. Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação de Professor na Modalidade Normal em nível médio. Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 02/99**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais, em Nível Médio, na Modalidade Normal. Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução do CNE/CEB nº 01/2003**. Dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade normal, em relação a prerrogativa do exercício da docência em vista do disposto na Lei 9394/96. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 03/2003**. Situação formativa dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Brasília, 2003.

BRASIL. **Educação básica**: coletânea de legislação. Brasília: Senado Federal, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CARNEIRO, Rita de Cássia Oliveira. **Histórias de mestras**: o sentido de ser professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães (1968-2000). Orientador: Elizeu Clementino de Souza. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Justino de Sousa (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. Museu pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a história da educação do centro-sul da Bahia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 207-220, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/507>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares - Final do Império e Primeira República no Brasil. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191, jan./abr. 1991.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Uma formação intelectual e social convenientes [...]: formação de professores rurais (Brasil, 1942-1963). **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 3, p. 942-960, set.-dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não** – cartas a quem ousa ensinar. 15. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

GAMA, Alexandra Valéria Flora. **Estudo de uma experiência de formação de professores em EAD: avanços e obstáculos na prática pedagógica**. 2005. 35f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio; VALE GATTI, Giseli Cristina do. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos de. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Orgs.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

GATTI, Bernardete Angelina; SÁ BARRETTO, Elba Siqueira de; DALMAZO, Marli Eliza ANDRÉ, Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores no Brasil: novos cenários de formação**. Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Brasília: UNESCO, 2019. 351p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Prefácio. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Orgs.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIAS FILHO, Luciano Mendes. História das Culturas e das Práticas Escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A Cultura Escolar em Debate - questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LEITE, Angelita de Souza. **Constituir-se professora primária no interior do estado da Bahia – Caetité (1926-1956): relações de gênero, conhecimento matemático e poder**. 2021. 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. DEL PRIORE, Mary (Coord). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, Unesp, 2004. p. 443-481.

LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Org.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana R.; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Museu Pedagógico: o processo de catalogação das fontes documentais escolares em Vitória da Conquista. **HistedBR**, p. 1-7, 2006.

MARQUES, Zélia Malheiro. **Correspondências de mulheres do alto sertão da Bahia (1844 - 1950) [manuscrito]**: práticas de leitura e de escrita. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos Escolares. CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Justino de Sousa (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. Escola Primária na Bahia e sua gestão. In: SANTANA, Elizabete Conceição; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; MELLO, Maria Alba Guedes Machado; SOUZA, Ladjane Alves; COSTA, Natalli Soeiro; SOUZA, Sandra Silva e; BRANDÃO, Verônica de Jesus (Orgs.). **A construção da Escola Primária na Bahia - Leis de reforma e regulamentos da instrução (1890 - 1930)**. Volume II. Salvador: EDUFBA, 2011.

MIGUEL, Antonieta. **O professorado primário da Bahia**: formação acadêmica, normatização legal e atuação política (1889-1930). 2021. 401f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador-BA: Edufba, 1998.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Mulheres baianas nas artes da escrita**: tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926-1960). 2015. 300f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no RJ-1870/1937. 10. ed. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 155-224.

NUNES, Clarice. Um Olhar Sobre Anísio. In: **Seminário “Um olhar sobre Anísio”**. Mesa Redonda “Política Educacional”, Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH /PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

REVISTA DE EDUCAÇÃO – Orgam da Escola Normal de Caiteté, Anno II, Num. 8, abril e junho de 1928.

REVISTA DE EDUCAÇÃO – Orgam da Escola Normal de Caiteté, Anno II, Num. 24, abril e junho de 1928.

ROCHA, Adriana de Oliveira. **Aqui é Escola Normal de Caetité** – espaço público e democracia? (1926-1956). Vitória da Conquista, BA: UESB, 2000.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTANA, Elizabete Conceição; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; Mello Maria Alba Guedes Machado de; SOUZA, Ladjane Alves; COSTA, Natali Soeiro; SOUZA, Sandra Silva e; BRANDÃO, Verônica de Jesus (Organizadores). **A Construção da Escola Primária na Bahia** - Guia de referências temáticas nas leis de reforma e regularmentos - 1890-1930. Vol. I. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, Pequeninina e Ilustre**. 2. ed. [s.l.]: Gráfica Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Wilson da Silva. **O liberalismo em Anísio Teixeira**: os fundamentos para uma educação pública. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.

SILVA, Mozana Dantas. Quem n'esta capital, e nos centros civilizados da Bahia, conhece Sr. Rodrigues Lima? Atuação de Joaquim Manoel Rodrigues Lima no Governo do Estado da Bahia (1892 - 1896) (UNEB - Campus V) - ANPUH - Brasil (2019) - **30º Simpósio Nacional de História**, Recife -2019.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SOUZA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas**: as normalistas em Feira de Santana (1925-1945). Feira de Santana, Bahia: [s.n.], 2001.

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr. (Coleção Educação Contemporânea).

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino no Estado da Bahia (1924 – 1928)**. Edição fac-símile. Salvador: Gráfica do Colégio Apoio, 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e Práticas Escolares. Uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA; Rosa Fátima de; VALDEMARIN; Vera Teresa (Orgs.). **A Cultura Escolar em Debate**. Questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar
In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil** - Conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

ANEXO A - Matriz Curricular utilizada na década de 1970

058/10

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA
CAETITÊ - BAHIA
QUADRO CURRICULAR III

HABILITAÇÃO: PROFESSOR PRIMÁRIO
DURAÇÃO: 3 anos

DISCIPLINAS	CARG. H. SEMANAL			
	1º	2º	3º	
EDUCAÇÃO GERAL P. de Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	3	2
	História do Brasil e da Bahia	3		
	Geografia do Brasil e da Bahia	3		
	E.M.C.	2	2	2
	O.S.P.B.		2	
	Matemática	3		
	Ciências Físico-Químicas	3		
	Biologia			2
	Higiene e Puericultura		3	
	TOTAL	18	10	6
FORMAÇÃO ESPECIAL P. de Profissionalizante	Estatística		3	
	Psicologia Geral	3		
	Psicologia Evolutiva		2	
	Psicologia da Aprendizagem			3
	Sociologia Geral e Educacional			3
	História e Filosofia da Educação		3	
	Administração Escolar			3
	Didática Geral	3		
	Didática Especial		3	
	Linguagem		3	
Ciências		3		
Estudos Sociais			2	
Matemática			2	
Práticas de Ensino		4	8	
P. de	Artes Industriais			2
	Literatura Infantil			2
ESTÁGIO SUPERVISIONADO				120 h.
TOTAL	6	18	25	
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	
TOTAL GERAL	27	31	34	

ANEXO B - Matriz Curricular utilizada em 1973



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 30 DIAS SEMANAIS: 05 N° DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1973

DURAÇÃO: 2.730 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)																TOTAL	CRÉDITO
		SÉRIES																	
		1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º		8º			
T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P		
EDUCAÇÃO GERAL NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1	2	1	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	150	
	Língua Estrangeira (Inglês)	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	
	Educação Artística	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	60	
	Geografia do Brasil e da Bahia	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	História do Brasil e da Bahia	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Educação Moral e Cívica	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	60	
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	
	Matemática	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	
	Física	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	
	Química	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	
	Biologia	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	
	Programas de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	30	
	PARTE DIVERSIFICADA	Desenho	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
TOTAL		24		24		5		5		4		4		-		-		990	
FORMAÇÃO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTES	Comunicação e Expressão	-	-	-	-	1	1	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	120	
	Integração Social	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Iniciação às Ciências	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Fundamentos de Educação I (Asp. Psicológicos)	2	1	2	1	-	-	-	-	3	2	3	2	-	-	-	-	240	
	Fundamentos de Educação II (Asp. Sociológicos)	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Fundamentos de Educação III (Asp. Hist. Filosóf)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60	
	Didática I (Especial)	-	-	-	-	3	3	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	240	
	Didática II (Matemática)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	1	2	-	-	-	-	120	
	Didática III (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	90	
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Práticas de Ensino	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	Práticas de Ensino (Matemática)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	60	
	Práticas de Ensino (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	60	
Resolução do CEE (Incluídas)	Estudos Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	60	
	Literatura Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	60	
TOTAL		3		3		25		17		30		16		-		-		1.410	
Estágio Supervisionado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	
Educação Física		2	2	2	2	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	180	
Orientação Educacional		(2)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ensino Religioso		-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	30	
TOTAL GERAL		29		29		32		24		37		23		-		-		2.730	

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino (Art. 10 da Lei 5.692/71).
OBS.: O Ensino Religioso é dado através de palestras e sessões.

ANEXO C - Matriz Curricular utilizada em 1974



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 30 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1974

DURAÇÃO: 2.730 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)														TOTAL	CRÉDITO		
		SÉRIES																	
		1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º				8º	
		T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P			T	P
EDUCAÇÃO GERAL NUCLEO COMUM	Lingua Portuguesa e Literatura Brasileira	1	2	1	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	150		
	Lingua Estrangeira (Inglês)	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120		
	Educação Artística	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Geografia	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	História	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60		
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30		
	Matemática	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Física	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Química	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Biologia	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Programas de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	30		
PARTE DIVERSIFICADA	Desenho	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
TOTAL		27		27		3		3		3		3		-		-	990		
FORMAÇÃO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTES	Comunicação e Expressão	-	-	-	-	1	1	-	2	-	2	-	2	-	-	-	120		
	Integração Social	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Iniciação às Ciências	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Fundamentos de Educação I (Asp. Psicológicos)	-	-	-	-	2	1	2	1	3	2	3	2	-	-	-	240		
	Fundamentos de Educação II (Asp. Sociológicos)	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Fundamentos de Educação III (Asp. Hist. Filósof)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60		
	Didática I (Geral)	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Didática II (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	150		
	Didática III (Ciências)	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Didática IV (Matemática)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	1	2	-	-	-	120		
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Práticas de Ensino (Ciências)	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Práticas de Ensino (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Práticas de Ensino (Linguagem)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60		
Resolução do CEE (Incluídas)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60			
Estudos Regionais Literatura Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60			
TOTAL		-		-		28		28		20		18		-		-	1.410		
Estágio Supervisionado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120		
Educação Física		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	180		
Orientação Educacional		(2)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ensino Religioso		-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	30		
TOTAL GERAL		29		29		33		33		26		24		-		-	2.730		

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino(Art. 10 da Lei 5.692/71).

OBS.: O Ensino Religioso é dado através de palestras e sessões.

ANEXO D - Matriz Curricular utilizada em 1975, 1976 e 1977



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 30 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1975 / 1976 / 1977

DURAÇÃO: 2.730 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)														TOTAL	CRÉDITO
		SÉRIES															
		1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º			
T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P		
EDUCAÇÃO GERAL NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1	2	1	2	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	150
	Língua Estrangeira (Inglês)	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120
	Educação Artística	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	Geografia	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	História	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	30
	Matemática	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
	Física	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
	Química	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
	Biologia	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
	Programas de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	30
	PARTE DIVERSIFICADA	Desenho	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		27	27	3	3	3	3	3	3	-	-	-	-	-	-	990	
FORMAÇÃO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTES	Comunicação e Expressão	-	-	-	-	1	1	-	2	-	2	-	2	-	-	-	120
	Integração Social	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	Iniciação às Ciências	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	90
	Fundamentos de Educação I (Asp. Psicológicos)	-	-	-	-	2	1	2	1	3	2	3	2	-	-	-	240
	Fundamentos de Educação II (Asp. Sociológicos)	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	60
	Fundamentos de Educação III (Asp. Hist. Filósof)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60
	Didática I (Geral)	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
	Didática II (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	150
	Didática III (Ciências)	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	60
	Didática IV (Matemática)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	1	2	-	-	-	120
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	Práticas de Ensino (Ciências)	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
	Práticas de Ensino (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	60
Práticas de Ensino (Linguagem)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60	
Resolução do CEE (Incluídas)	Estudos Regionais	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60	
	Literatura Infantil	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60	
TOTAL		-	-	28	28	20	18	-	-	-	-	-	-	-	-	1.410	
Estágio Supervisionado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120
Educação Física		2	2	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	180
Orientação Educacional		(2)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Religioso		-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	30
TOTAL GERAL		29	29	31	31	23	21	-	-	-	-	-	-	-	-	2.730	

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino (Art. 10 da Lei 5.692/71).
OBS.: O Ensino Religioso é dado através de palestras e sessões.

ANEXO E - Matriz Curricular utilizada em 1978



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
 DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 30 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1978

DURAÇÃO: 2.730 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)														TOTAL	CRÉDITO		
		SÉRIES																	
		1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º				8º	
T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P				
EDUCAÇÃO GERAL NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1	2	1	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	150		
	Língua Estrangeira (Inglês)	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120		
	Educação Artística	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Geografia	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	História	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	60		
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	30		
	Matemática	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Física	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Química	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Biologia	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Programas de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	30		
	PARTE DIVERSIFICADA	Desenho	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	
	TOTAL		27		27		3		3		3		3		-		-	990	
FORMAÇÃO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTES	Comunicação e Expressão	-	-	-	-	1	1	-	2	-	2	-	2	-	-	-	120		
	Integração Social	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Iniciação às Ciências	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Fundamentos de Educação I (Asp. Psicológicos)	-	-	-	-	1	1	2	2	3	2	3	2	-	-	-	240		
	Fundamentos de Educação II (Asp. Sociológicos)	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Fundamentos de Educação III (Asp. Hist. Filosóf)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60		
	Didática I (Geral)	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90		
	Didática II (Ciências)	-	-	-	-	-	1	2	2	1	2	2	-	-	-	-	150		
	Didática III (Estudos Sociais)	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60		
	Práticas de Ensino (Estudos Sociais)	-	-	-	-	1	1	2	2	2	2	2	2	-	-	-	210		
Prática de Ensino (Ciências)	-	-	-	-	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	90			
Resolução do CEE (Incluídas)	Estudos Regionais	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	60			
	Literatura Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	60			
TOTAL		-		-		27		26		20		21		-		-	1.410		
Estágio Supervisionado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120		
Educação Física		2		2		2		2		2		2		-		-	180		
Orientação Educacional		(2)		(2)		-		-		-		-		-		-	-		
Ensino Religioso		-		-		-		-		1		1		-		-	30		
TOTAL GERAL		29		29		32		21		26		27		-		-	2.730		

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino (Art. 10 da Lei 5.692/71).
 OBS.: O Ensino Religioso é dado através de palestras e sessões.

ANEXO F - Matriz Curricular utilizada em 1980 e 1982



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 – DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – CAETITÉ – BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ – BAHIA

MATRIZ CURRICULAR – 2º GRAU – HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 36 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05
ANO: 1980 a 1982 DURAÇÃO: 3.158 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES			CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)					
			SÉRIES			Est. Sup.	TOTAL	
			1ª	2ª	3ª			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	03	-	03		216
			Língua Estrangeira Moderna (Inglês/Francês)	02	-	-		72
			Educação Artística	02	-	-		72
		Estudos Sociais	Geografia	02	-	-		72
	História		02	-	-		72	
	Organização Social e Política do Brasil		-	01	-		36	
	Educação Moral e Cívica		-	-	02		72	
		Ciências	Matemática	03	-	-		108
	Ciências Física e Biológicas		03	-	-		108	
	Física		03	-	-		108	
Química	03		-	-		108		
Biologia	03		-	-		108		
		Programas de Saúde	-	-	01		36	
	Resolução CEE (Incluídas)	Desenho	02	-	-		72	
TOTAL			25	01	06		1.152	
FORMAÇÃO ESPECIAL	PARTE DIVERSIFICADA	INSTRUMENTAIS	Comunicação e Expressão	-	03	-		108
			Integração Social	-	02	-		72
			Iniciação às Ciências	-	-	02		72
			Literatura Infantil	-	02	-		72
			Jogos e Recreação	-	02	02		144
			Matemática	-	02	-		72
		PROFISSIONALIZANTES	Fundamentos da Educação (Aspectos Biopsicológicos)	-	03	04		252
	Fundamentos da Educação (Aspectos Sociológicos)		-	02	-		72	
	Fundamentos da Educação (Aspectos Histórico-Filosóficos)		-	-	02		72	
	Didática Geral		-	03	-		108	
	Metodologia da Comunicação e Expressão		-	03	-		108	
	Metodologia dos Estudos Sociais		-	02	-		72	
	Metodologia da Matemática		-	-	03		108	
	Metodologia das Ciências		-	-	02		72	
	Práticas de Ensino		-	02	02		144	
Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau	-		02	-		72		
	Resolução CEE (Incluídas)	Estatística Educacional	-	-	02		72	
		Recursos Audiovisuais	-	-	02		72	
SUB TOTAL			-	28	21		1.764	
		Estágio Supervisionado	-	-	-		170	
TOTAL			25	29	27		1.934	
ATIVIDADES COMUNS		Educação Física	02	-	-		72	
		Ensino Religioso	-	-	-		-	
		Orientação Educacional	-	-	-		-	
	TOTAL GERAL			27	29	27		3.158

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino(Art. 10 da Lei 5.692/71).
OBS.: Seguido por todas as séries em 1980; pela 2ª e 3ª série em 1981 e pela 3ª série em 1982.

ANEXO G - Matriz Curricular utilizada em 1981 e 1987



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 36 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1981 a 1987

DURAÇÃO: 3.554 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES			CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)				
			SÉRIES			Est. Sup.	TOTAL
			1ª	2ª	3ª		
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Comunicação e Expressão	03	03	03	324	
		Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	02	-	-	72	
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês/Francês)	02	-	-	72	
		Educação Artística	-	-	-	-	
		Estudos Sociais	02	-	-	72	
	Geografia	02	-	-	72		
	História	-	02	-	72		
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	02	72		
	Educação Moral e Cívica	-	-	02	72		
	Ciências	Matemática	03	-	-	108	
Ciências Física e Biológicas:	Física	02	-	-	72		
Química	02	-	-	72			
Biologia	03	-	-	108			
Programas de Saúde	-	-	02	72			
Resolução CEE (Incluídas)	Desenho	02	-	-	72		
TOTAL			23	05	07	1.260	
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAIS	Comunicação e Expressão	-	03	-	108	
		Integração Social	-	02	-	72	
		Iniciação às Ciências	-	-	02	72	
		Literatura Infantil	-	02	-	72	
		Jogos e Recreação	-	03	03	216	
		Matemática	-	02	-	72	
	PROFISSIONALIZANTES	Fundamentos da Educação (Aspectos Biopsicológicos)	02	03	03	288	
		Fundamentos da Educação (Aspectos Sociológicos)	-	02	-	72	
		Fundamentos da Educação (Aspectos Histórico-Filosófico)	-	-	02	72	
		Didática Geral	03	-	-	108	
		Metodologia da Comunicação e Expressão	-	03	-	108	
		Metodologia dos Estudos Sociais	-	02	-	72	
		Metodologia da Matemática	-	-	03	108	
		Metodologia das Ciências	-	-	02	72	
		Metodologia de Ensino	-	04	04	288	
Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau	-	02	-	72			
Resolução CEE (Incluídas)	Estatística Educacional	-	-	02	72		
Recursos Audiovisuais	-	-	02	72			
SUB TOTAL			05	28	23	2.016	
Estágio Supervisionado			-	-	-	170	
TOTAL			28	33	30	2.286	
ATIVIDADES COMUNS	Educação Física	03	-	-	108		
	Ensino Religioso	(02)	-	-	-		
	Orientação Educacional	-	-	-	-		
	TOTAL GERAL			31	33	30	3.554

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino(Art. 10 da Lei 5.692/71).

ANEXO H - Matriz Curricular utilizada em 1988 e 1990



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DIREC/24 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAETITÉ - BAHIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA CAETITÉ - BAHIA

MATRIZ CURRICULAR - 2º GRAU - HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

DIAS LETIVOS: 180 SEMANAS LETIVAS : 36 DIAS SEMANAIS: 05 Nº DE AULA/DIAS: 05

ANO: 1988 a 1990

DURAÇÃO: 3.554 h

DISCIPLINAS / ÁREAS DE ESTUDO / ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA SEMANAL (ANUAL)						
		SÉRIES			Est. Sup.	TOTAL		
		1ª	2ª	3ª				
NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	03	03	03		324		
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	-	-		72		
	História	02	-	-		72		
	Geografia	02	-	-		72		
	Organização Social e Política do Brasil	-	02	-		72		
	Matemática	03	-	-		108		
	Física	02	-	-		72		
	Química	02	-	-		72		
	Biologia	03	-	-		108		
	Educação Artística	02	-	-		72		
	Programas de Saúde	-	-	02		72		
	Educação Moral e Cívica	-	-	02		72		
	Educação Física (Jogos e Recreação)	03	03	03		324		
	Ensino Religioso	(02)	-	-		-		
	Resolução CEE (Incluídas)	Desenho	02	-	-		72	
TOTAL		26	08	10		1.584		
Instrumentais	Português	-	03	-		108		
	Estudos Sociais	-	02	-		72		
	Ciências	-	-	02		72		
	Matemática	-	02	-		72		
DIVERSIFICADAS	PROFISSIONALIZANTE	Fundamentos da Educação, Aspectos Biopsicológicos	02	03	03		288	
		Fundamentos da Educação, Aspectos Sociológicos	-	02	-		72	
		Fundamentos da Educação, Aspectos Histórico- Filosóficos	-	-	02		72	
		Didática Geral	03	-	-		108	
		Metodologia do Português	-	03	-		108	
		Metodologia dos Estudos Sociais	-	02	-		72	
		Metodologia das Ciências	-	-	02		72	
		Metodologia da Matemática	-	-	03		108	
		Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau	-	02	-		72	
		Metodologia de Ensino	-	04	04		288	
		Estatística Educacional	-	-	02		72	
		Resolução CEE (Incluídas)	Literatura Infantil	-	02	-		72
			Recursos Audiovisuais	-	-	02		72
		SUB TOTAL		05	25	20		1.800
		Estágio Supervisionado		-	-	-		170
TOTAL GERAL		31	33	30		3.554		

A Orientação Educacional é uma constante no Estabelecimento de Ensino (Art. 10 da Lei 5.692/71).

10/80

ANEXO I – Fotografias

Figura 1 - Prédio na década de 1950



Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 2 - Prédio na década de 1990



Fonte: Arquivo Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 3 - Prédio na década de 1990



Fonte: Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 4 - Prédio do IEAT anos 2000



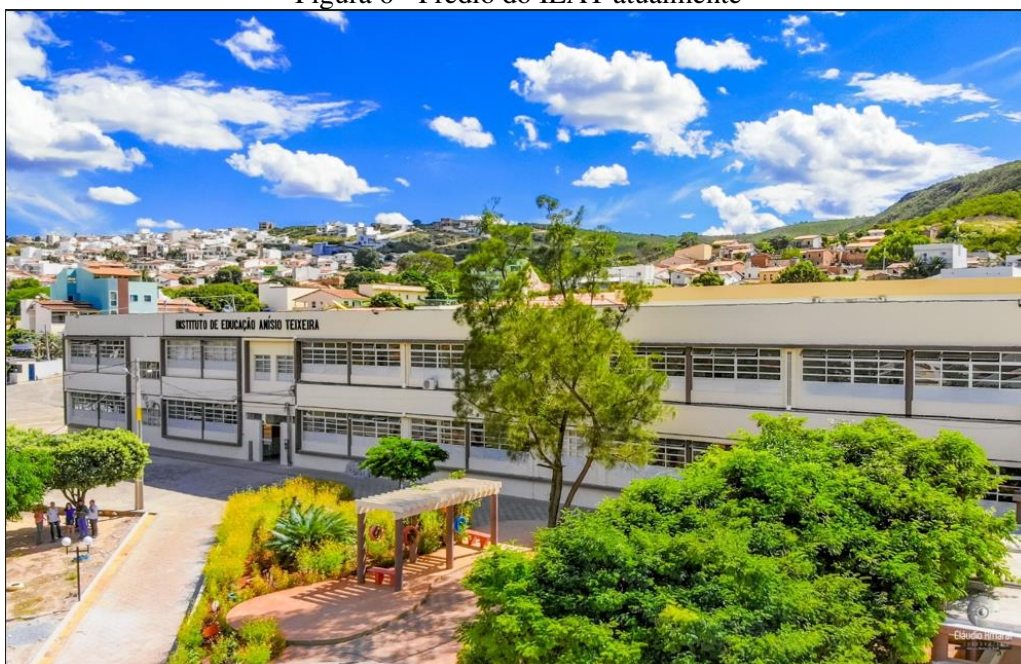
Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 5 - Prédio do IEAT atualmente



Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 6 - Prédio do IEAT atualmente



Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 7 - Um piquenique na Flor da Índia



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC).

Figura 8 - Corpo Docente e Discente do IEAT na comemoração do Jubileu de Ouro da Escola Normal (1976)



Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Figura 9 - Flanelógrafo



Fonte: Acervo Particular de Ana Teixeira Duarte – Formanda da Turma de Magistério de 1988.

Figura 10 - Flanelogravuras



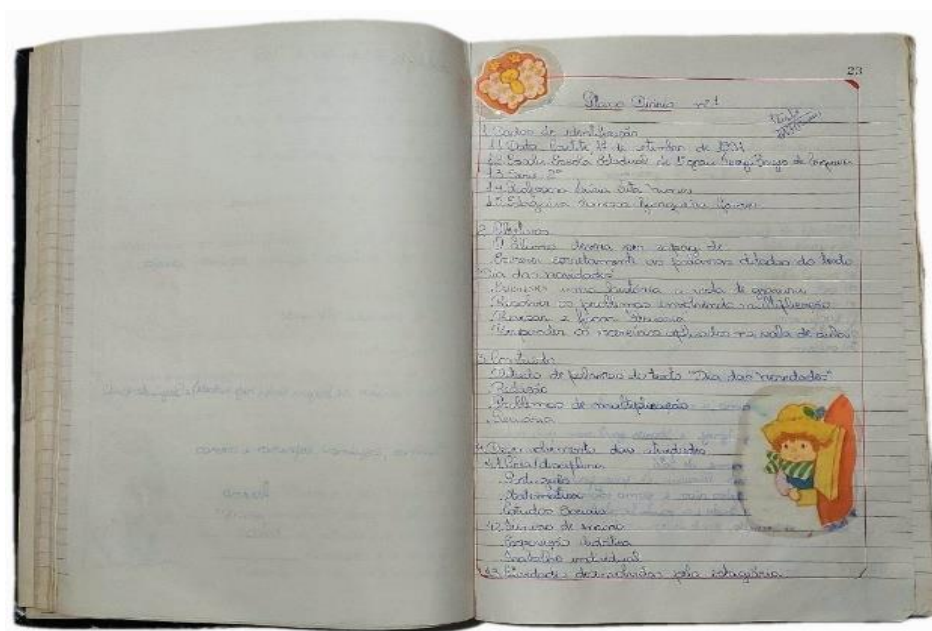
Fonte: Acervo Particular de Ana Teixeira Duarte – Formanda da Turma de Magistério de 1988.

Figura 11 - Caderno de estágio



Fonte: Acervo particular de Vanessa Junqueira Gomes – Formanda da Turma de 1991 do IEAT.

Figura 12 - Caderno de estágio



Fonte: Acervo particular de Vanessa Junqueira Gomes – Formanda da Turma de 1991 do IEAT.